

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

GABRIELA FELIPE MARTINS

**A QUEDA DE UM IMPÉRIO: NARRATIVAS DA FALÊNCIA DO BANCO MAUÁ &
CIA. NA IMPRENSA DA CORTE E NO PARLAMENTO (1874 – 1875)**

Varginha/MG

2021

GABRIELA FELIPE MARTINS

**A QUEDA DE UM IMPÉRIO: NARRATIVAS DA FALÊNCIA DO BANCO MAUÁ &
CIA. NA IMPRENSA DA CORTE E NO PARLAMENTO (1874 – 1875)**

Dissertação apresentada como parte do requisito para obtenção do título de Mestre em Economia pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Economia e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Fontelas Rosado
Gambi

Varginha/MG

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca *campus* Varginha

Martins, Gabriela Felipe.
M386q A queda de um império : narrativas da falência do Banco Mauá Cia. na
imprensa da Corte e no parlamento (1874-1875) / Gabriela Felipe Martins. -
Varginha, MG, 2021.
129 f. : il. -

Orientador: Thiago Fontelas Rosado Gambi.
Dissertação (mestrado em Economia) - Universidade Federal de Alfenas,
campus Varginha, 2021.
Bibliografia.

1. Bancos - História. 2. História econômica. 3. Economia. I. Gambi,
Thiago Fontelas Rosado. II. Título.

CDD – 332.10981

GABRIELA FELIPE MARTINS

A QUEDA DE UM IMPÉRIO: NARRATIVAS DA FALÊNCIA DO BANCO MAUÁ & CIA. NA IMPRENSA DA CORTE E NO PARLAMENTO (1874 – 1875)

A banca examinadora abaixo-assinada aprova a dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Economia pela Universidade Federal de Alfenas, Campus Varginha. Área de concentração: Economia e Desenvolvimento.

Aprovada em: 19 de agosto de 2021.

Prof. Dr. Thiago Fontelas Rosado Gambi
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Bruno Aidar Costa
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães
Instituição: Universidade Federal Fluminense



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Gabriel Guimarães, Usuário Externo**, em 19/08/2021, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Fontelas Rosado Gambi, Professor do Magistério Superior**, em 19/08/2021, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Aidar Costa, Professor do Magistério Superior**, em 27/08/2021, às 18:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0575540** e o código CRC **7BE4196F**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Sueli Felipe dos Santos e Marcio Martins Moreira, que se dedicaram e se empenharam na busca de me proporcionar sempre o melhor, incluindo a educação. Agradeço a ambos pela pessoa que eu sou e por, diversas vezes, terem sonhado meu futuro junto comigo. Acrescento aqui o agradecimento por terem se privado de diversas coisas para conseguirem me manter durante o período do mestrado. Sem eles eu não conseguiria chegar aonde cheguei, e sei que eles me acompanharão por onde for, seja para o que for, sempre com muito amor e carinho.

Agradeço também a minha irmã, Daniela Felipe Martins, minha eterna pequena, a paixão da minha vida, que nunca me abandonou e que, nos momentos mais difíceis da minha vida, foi mais forte do que eu e me mostrou o que é o amor de irmã. Agradeço pelas horas a fio me ouvindo falar sobre Mauá e por todo o apoio emocional e psicológico para que eu conseguisse atingir os meus objetivos.

Agradeço ao Edson Luís, amigo de longas datas e atualmente meu namorado, por ter me acompanhado nas noites de insônia e de preocupação, e por não ter deixado que eu sofresse com a solidão e a saudade da minha família enquanto eu estava morando longe de todos. Agradeço também pelas leituras e dicas, além de sempre me ouvir falando sobre meus estudos.

Agradeço ao meu orientador, Thiago Fontelas Rosado Gambi, que simplesmente me ensinou tudo aquilo que aprendi sobre ser mestre. Thiago me tirou da mais profunda ignorância sobre a pesquisa e a escrita e me tornou uma nova pessoa, com um novo olhar do mundo. Além disso, também me ensinou o que é ser um(a) professor(a) com todo o seu carinho e dedicação pelo ofício.

Não posso deixar de agradecer os meus amigos de turma, pessoas que estiveram na luta desde o princípio. Os dias de diversão e os dias de estudos incansáveis também foram essenciais para que eu pudesse chegar até aqui. As diversas histórias e as coisas que aprendi com eles me marcaram como pessoa, renovando vários conceitos morais e me ensinando várias coisas além dos livros.

Por fim, e não menos importante, agradeço a Deus, à Nossa Senhora e a todos os santos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

As dificuldades, porém, fizeram-se para serem vencidas.

Visconde de Mauá

RESUMO

Para tratar do processo de falência do Banco Mauá & Cia., precisamos voltar no tempo e entender toda a trajetória dos negócios financeiros de Mauá. Muitos dos acontecimentos históricos que a afetam não se restringem ao Brasil, abrangendo também a Europa, a América do Norte e a América Latina, em especial o Uruguai, cujo contexto político e econômico contribuiu para a falência de seu banco. Essa trajetória se iniciou no Brasil, em 1851, com a criação do Banco do Brasil cujas atividades foram encerradas após a fusão, forçada pelo Estado, com o Banco Comercial do Rio de Janeiro. Essa primeira experiência foi sucedida pela Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia., que se tornou em poucos anos um importante estabelecimento bancário e que, em seus doze anos de atividade, abriu diversas filiais no Brasil e no mundo, enfrentando duas importantes crises econômicas: a de 1857 e a de 1864. Os desdobramentos dessas crises, principalmente a de 1864, geraram impactos negativos de curto e longo prazo para a instituição, obrigando Mauá a reorganizar seus negócios e, finalmente, criar o Banco Mauá & Cia. no Brasil. Este trabalho investiga a falência desse banco na bibliografia e em fontes documentais, a fim de reconstituir como tal processo foi narrado na imprensa e abordado no parlamento brasileiro. Por meio dessa reconstituição é possível notar diferentes interpretações do processo e posicionamentos – de apoio ou crítica a Mauá – que revelam o quanto seus negócios financeiros e, conseqüentemente, a derradeira falência de seu banco, estavam imbricados em questões políticas, o que corrobora parcialmente a versão apresentada por Mauá em sua Autobiografia.

Palavras-chave: Barão de Mauá; Brasil; falência; história econômica; imprensa.

ABSTRACT

To deal with the bankruptcy process of Banco Mauá & Cia., we need to go back in time and understand the entire trajectory of Mauá's financial business. Many of the historical events that affect it are not restricted to Brazil, but also encompass Europe, North America and Latin America, especially Uruguay, whose political and economic context contributed to the failure of its bank. This trajectory began in Brazil with the creation of Banco do Brasil, in 1851, whose activities were ended after the merger, forced by the State, with Banco Comercial do Rio de Janeiro. This first experience was succeeded by Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia., which in a few years became an important banking establishment and which, in its twelve years of activity, opened several branches in Brazil and abroad, facing two important economic crises: those of 1857 and 1864. The consequences of these crises, especially that of 1864, generated negative short and long-term impacts for the institution, forcing Mauá to reorganize its businesses and, finally, to create Banco Mauá & Cia. in Brazil. This work investigates the bankruptcy of this bank in the bibliography and documental sources, in order to reconstruct how this process was narrated in the press and discussed in the Brazilian parliament. Through this reconstruction, it is possible to notice different interpretations of the process and positions – supporting or criticizing Mauá – which reveal how much his financial business and, consequently, the ultimate bankruptcy of his bank, were imbricated in political issues, which partially corroborates the version presented by Mauá in his Autobiography.

Keywords: Barão de Mauá; Brazil; bankruptcy; economic history; press.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO BANCO MAUÁ & CIA.: BANCO DO BRASIL E BANCO MAUÁ, MACGREGOR & CIA.	12
2.1	MAUÁ E AS FINANÇAS: O BANCO DO BRASIL DE 1851	12
2.2	O BANCO MAUÁ, MACGREGOR & CIA. E AS CRISES DE 1857 E 1864.....	20
3	BANCO MAUÁ & CIA.: SUA HISTÓRIA E SEU AUGE (1867-1873)	41
3.1	O BANCO MAUÁ & CIA. NO URUGUAI.....	41
3.2	O BANCO MAUÁ & CIA. NO BRASIL	50
4	BANCO MAUÁ & CIA.: O DECLÍNIO E A FALÊNCIA A PARTIR DA BIBLIOGRAFIA, DA IMPRENSA E DO PARLAMENTO (1874-1875)	78
4.1	DECLÍNIO E A FALÊNCIA NA BIBLIOGRAFIA	78
4.2	O PROCESSO DE FALÊNCIA NA IMPRENSA E NO PARLAMENTO	83
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
	REFERÊNCIAS	118
	ANEXOS	122

1 INTRODUÇÃO

A América Latina do século XIX estava em constante ebulição, atravessando diversas crises econômicas e políticas, sendo palco da Guerra do Paraguai, um dos maiores conflitos armados do continente. É razoável pensar que o Brasil não estaria em situação diferente dos países vizinhos, e realmente não estava. O país, apesar da instalação do regime monárquico, também passou por momentos de instabilidade política e econômica. Um desses momentos de tensão ocorreu com a abolição do tráfico negreiro no início da década de 1850, fato que teria obrigado grandes traficantes, em certa medida, a realocar seus capitais. É o que nos conta Irineu Evangelista de Souza, o Barão e, posteriormente, Visconde de Mauá, em sua autobiografia (MAUÁ, 2011, p. 127).

Nesse contexto de capitais livres em busca de valorização, Mauá se junta a outros comerciantes da praça do Rio de Janeiro para abrir um banco que pudesse recebê-los. Surgia assim, em 1851, o Banco do Brasil, estabelecimento que marca o início da trajetória bancária de Mauá. Como é conhecido, esse banco encerrou suas atividades em 1853 devido à intervenção governamental que efetivou sua fusão com o Banco Comercial do Rio de Janeiro dando origem a uma nova instituição.

Esse movimento levou Mauá a organizar, em 1854, a Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia, que logo se tornou uma importante instituição bancária com diversas filiais. Esse estabelecimento operou por doze anos e foi marcado pela ajuda ao governo na crise de 1857 e por pedir-lhe socorro na crise de 1864. Em retrospectiva, Mauá afirma em sua autobiografia que esse teria sido, na verdade, o Banco Mauá & Cia. em sua primeira fase de organização. De fato, com o fim do Mauá, MacGregor & Cia., surgiria na praça do Rio de Janeiro, em 1866, o Banco Mauá & Cia.

É necessário esclarecer que Mauá já era proprietário de um banco, também chamado Mauá & Cia., em Montevideu. Aberto em 1856, esse banco, apesar de estrangeiro, era um dos mais importantes do Uruguai à época e estabeleceu estreitas relações com o governo daquele país. Com a reorganização de seus negócios bancários em 1866, o banco de Montevideu, apesar de mais antigo, torna-se uma filial da instituição brasileira.

O Banco Mauá & Cia. atuou por doze anos, administrando as consequências da crise de 1864 sobre os negócios financeiros de Mauá. Finalmente, num cenário de instabilidade econômica, a instituição pediu uma moratória em 1875 e, posteriormente, a falência em 1878.

O objeto deste trabalho é justamente a falência do Banco Mauá & Cia. e seu objetivo é acompanhar esse processo na imprensa da Corte e no parlamento brasileiro, por meio da análise, não muito convencional nesse caso, dos jornais da época e dos anais das sessões do senado e da câmara dos deputados entre 1874 e 1875.

O que motivou a escolha desse objeto e do objetivo é o fato de que, na literatura, as explicações sobre a falência de Mauá estão fundamentadas, basicamente, em sua Autobiografia, que aponta seis motivos para o seu infortúnio: (1) o veto do governo ao uso da sociedade comandita por ações do Banco Mauá, MacGregor & Cia; (2) as leis financeiras; (3) as decisões dos tribunais; (4) o montante de dinheiro empregado na estrada de ferro Santos – Jundiaí; (5) os problemas enfrentados pelo banco no Uruguai; e, por último, (6) a negativa da liberação de crédito por parte do Banco do Brasil que seria crucial para salvar a imagem do crédito do Banco Mauá & Cia. na Europa (MAUÁ, 2011, p. 260-269). Tais explicações se repetem em diversos autores¹ que estudaram Mauá e razão pode estar ligada à utilização da mesma fonte, nos levando a perguntar se outras fontes, como os jornais ou os anais do parlamento, poderiam conter informações que pudessem constituir narrativas sobre a falência de Mauá e se corroborariam a explicação apresentada na Autobiografia.

A pesquisa realizada foi basicamente bibliográfica e documental: percorremos estudos sobre Mauá e seus empreendimentos, a fim de levantar as análises sobre a falência do banco; utilizamos a hemeroteca digital da Biblioteca Nacional para pesquisar os jornais da época e os anais câmara e do senado para analisar os discursos parlamentares. Foram analisadas as sessões do parlamento do final de 1874 até meados de 1875, e selecionados os seguintes jornais da Corte: A Reforma, Diário do Rio de Janeiro, A Nação, A Pátria, Jornal da Tarde, Jornal do Comércio, O Globo e O Mequetrefe. Esses jornais foram escolhidos por serem publicados e circularem na Corte, onde se encontrava a matriz do Banco Mauá, e, portanto, nos quais havia maior possibilidade de aparecerem matérias ou informações sobre sua falência. A pesquisa consistiu na busca por informações por meio de palavras-chave como “Banco Mauá”, “Mauá”, “crise” e “falência”.

Embora o objetivo do trabalho seja aprofundar o conhecimento sobre a falência do Banco Mauá por meio de novas fontes, é imprescindível contextualizá-la com a reconstituição da trajetória dos negócios financeiros de Mauá. Por isso, o conjunto da dissertação não se

¹ Utilizam a Autobiografia de Mauá em suas análises: Calmon (1947); Faria (1926); Figueira (2002); Gambi (2010); Guimarães (1997; 1999); Lima (1976); Minadeo (2002); Neves e Silva (2013); Souza (2007); Villela (1999).

ateve aos anos cruciais de 1874 e 1875, e partiu de sua primeira experiência bancária quase 25 anos antes de sua falência. Não obstante, foi enfatizado o estudo do Banco Mauá & Cia. desde a criação no Uruguai até a ruína no Brasil, a fim de discutir o seu funcionamento, as relações políticas envolvidas em suas decisões e, finalmente, acompanhar o seu declínio, primeiro, pela literatura, e, em seguida, por meio da imprensa e do parlamento.

Tendo isso em vista, esta dissertação está estruturada em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo tratará dos “Antecedentes históricos do Banco Mauá & Cia.: Banco do Brasil e Banco Mauá, MacGregor & Cia.”, sendo composto por duas seções, sendo a primeira, “Mauá e as finanças: o Banco do Brasil de 1851”, e, a seguir, “O Banco Mauá, MacGregor & Cia. e as crises de 1857 e 1864”. O segundo capítulo tratará especificamente do Banco Mauá & Cia., reconstituindo sua história de 1867 a 1873, sendo dividido também em duas seções: “O Banco Mauá & Cia. no Uruguai” e “O Banco Mauá & Cia. no Brasil”, organizada segundo a atuação do banco em Montevideu e no Rio de Janeiro. Por fim, o terceiro capítulo trata do declínio e da falência do banco a partir das novas fontes, sendo também dividido em duas seções: “O declínio e a falência na bibliografia” e “O processo de falência na imprensa e no parlamento”. O trabalho se encerra com as considerações finais nas quais são apresentados os resultados do exercício de comparação da interpretação da falência do Banco Mauá nos jornais e no parlamento com aquela apresentada por Mauá e pela literatura.

2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO BANCO MAUÁ & CIA.: BANCO DO BRASIL E BANCO MAUÁ, MACGREGOR & CIA.

2.1 MAUÁ E AS FINANÇAS: O BANCO DO BRASIL DE 1851

Para entender o surgimento do Banco Mauá & Cia., é necessário voltar um pouco no tempo, até o ano de 1851, data de início dos empreendimentos bancários de Irineu Evangelista de Souza, futuro Barão e Visconde de Mauá. Irineu Evangelista fundou várias casas bancárias ao longo de sua trajetória empresarial, como o Banco do Brasil, o Banco Mauá, MacGregor & Cia. e o Banco Mauá & Cia, este último com agências no exterior e nas vinte e uma capitais das províncias do Brasil (BESOUCHET, 1943, p. 48). Os antecedentes do nosso “banco protagonista”, o Banco Mauá & Cia., passam, portanto, por aquelas duas instituições.

Segundo Mauá, no início de 1851, após a suspensão do tráfico negreiro em 1850, uma grande soma de dinheiro se encontrava disponível no mercado e sem alocação definida. Mauá tratou desse deslocamento de capitais na sua Autobiografia e salientou sua ideia de reuni-los e direcioná-los “para um centro donde pudessem ir alimentar as forças produtivas do país” (MAUÁ, 2011, p. 127). Associou-se, então, com capitalistas do Rio de Janeiro, entre eles Darrigue de Faro, Pimenta Bueno, Isey Levy, Pereira da Silva, Teófilo Ottoni e Ribeiro Carvalho² (GANNS, 2011, p. 129), e organizou um banco com o nome de “Banco do Comércio e Indústria do Brasil”, mas que após a alteração do seu projeto de funcionamento, passou a se chamar ‘Banco do Brasil’,³ sendo o segundo com esse nome a entrar em funcionamento (FARIA, 1976, p. 93). Na avaliação de Guimarães (1997, p. 122), essa mudança tinha um significado muito importante, já que estava ligada à possibilidade do banco tornar-se “um banco emissor a nível nacional”.

² Darrigue de Faro foi o primeiro Visconde e o segundo Barão de Rio Bonito, sendo também um fazendeiro, político brasileiro e oficial da Guarda Nacional; Pimenta Bueno, o Marquês de São Vicente, foi um magistrado, diplomata e político brasileiro; Isey Levy foi o primeiro judeu no Brasil imperial a ter como profissão o jornalismo, além de atuar no comércio; Pereira da Silva foi um político, romancista, historiador, poeta e tradutor brasileiro; Teófilo Ottoni foi um jornalista, comerciante, político e empresário brasileiro; Ribeiro Carvalho foi um político, jornalista, escritor, poeta e tradutor brasileiro.

³ Neste trabalho vamos tratar o Banco do Brasil de 1851 como o “Banco do Brasil de Mauá” visto que, apesar desse banco ser o segundo a entrar em funcionamento com esse nome, ele não possuía nenhuma ligação formal com o Estado. Chamá-lo de “segundo Banco do Brasil” pode gerar confusão com outros bancos de mesmo nome e ligados diretamente ao Estado.

Esse era para Mauá o “espírito de associação” sendo direcionado para fundar um banco. Na reunião referente à sua fundação, Mauá proferiu seu famoso discurso a respeito desse “espírito”, no qual enfatizava que:

[...] o espírito de associação, senhores, é um dos mais fortes elementos da propriedade de qualquer país; ele é, por assim dizer, a alma do progresso. [...] É o espírito de associação, quem fez e faz a prosperidade da Inglaterra, pois é ele quem fornece os meios de se executarem essas obras gigantes que, [...] operam essa prodigiosa multiplicação dos capitais que ali se observa. É o espírito de associação que dotou este país em vinte anos de 1.600 léguas de caminhos de ferro [...] que deu aos ingleses os meios de comunicarem seus pensamentos de um extremo ao outro da ilha, com velocidade dos raios por meio de telégrafos elétricos. [...] É o espírito de associação que faz com que os Estados unidos, seguindo as pisadas da mãe pátria, emparelhando-a logo maravilhem o mundo com o exemplo de seu progresso [...] (MAUÁ, 2011, p. 128).

O discurso feito por Mauá evidencia a importância que ele atribuía à força da união de capitais em produzir negócios e a confiança na potencial geração de riqueza para o país, enfatizando que o espírito de associação era o caminho da prosperidade e do progresso, tal como apontava o exemplo inglês. Não obstante, a prática de Mauá nem sempre correspondia ao seu discurso de empreendedor liberal. Cosentino e Gambi (2019, p. 7) chamam a atenção para o fato de que, apesar de defender o espírito de associação e a livre iniciativa, os negócios de Mauá eram relativamente dependentes do Estado e, contrariando seu discurso, o Barão nem sempre se sentia confortável com a concorrência contra seus empreendimentos.

No Brasil, não havia legislação bancária antes da promulgação do Código Comercial de 1850 e o Banco do Brasil de Mauá foi o primeiro banco criado após a publicação dessa legislação (FARIA, 1933, p. 218). O Código Comercial tinha como finalidade fiscalizar e legislar as atividades comerciais no Brasil e formulou para o país “uma legislação mercantil própria” (GUIMARÃES, 1997, p. 95). Legislou especificamente sobre a atividade de banco, considerada um ramo do comércio. Considerava banqueiros os comerciantes que tinham por profissão as operações chamadas de banco (Art. 119), mesmo sem especificar quais eram, e que tais operações seriam julgadas e decididas pelas regras estabelecidas no próprio Código (Art. 120). Os depósitos feitos nos bancos ou estações públicas estariam sujeitos às disposições dos Estatutos da instituição (Art. 285). Além disso, e não menos importante, havia também as obrigações comuns a todos os comerciantes, como a indicada no Art. 12, cujo teor previa que todos os comerciantes seriam obrigados a lançar com clareza todas as suas operações de comércio (BRASIL, 1850), algo essencial nas operações bancárias, uma vez que a confiança do público no banco é um fundamento do negócio.

O Banco do Brasil de Mauá surgiu na praça do Rio de Janeiro, autorizado pelo decreto de 2 de julho de 1851, como um fornecedor de crédito para a indústria e o comércio, podendo ser de emissão desde que autorizado para tal ato pelo governo imperial. Vale lembrar que, para abrir um banco naquela época, não bastava reunir capitais, era preciso também uma autorização do governo e nesses casos era consultado o Conselho de Estado. Embora tenham surgido dúvidas nesse conselho quanto à legalidade do pedido de Mauá, a autorização foi obtida (GUIMARÃES, 1997, p. 126).

É importante destacar também a proximidade de Mauá com o Estado, especialmente por meio de seus bancos e empresas de infraestrutura. Era, no entanto, uma relação ambígua ora tendo seus interesses atendidos, ora sendo contrariados. Como veremos, em 1853, o seu banco foi fundido ao Banco Comercial do Rio de Janeiro por ordem do Estado; em 1854 a criação do Banco Mauá, MacGregor & Cia. sofreu objeções e, em 1857, o mesmo banco presta ajuda ao Estado; na crise de 1864 o Banco Mauá, MacGregor & Cia. recebeu ajuda do Estado; em 1875 o Banco Mauá & Cia. precisou mais uma vez de ajuda, mas lhe foi negado qualquer auxílio.

O Banco do Brasil de Mauá nasceu com o intuito de ser grande. Seu capital nominal era duas vezes maior que o do principal banco brasileiro da época, o Banco Comercial do Rio de Janeiro, cujo capital nominal montava a 5.000 contos. Os 10.000 contos do banco de Mauá estavam divididos em vinte mil ações de 500.000 réis cada. Entretanto, o banco iniciou suas operações com apenas 2.000 contos, sendo que o restante foi integralizado apenas em 1853 quando o estabelecimento se fundiu com o próprio Banco Comercial do Rio de Janeiro (CALÓGERAS, 1960, p. 97).

Segundo o estatuto, o banco deveria ser administrado por nove diretores eleitos anualmente pelos acionistas com mais de vinte ações. Existia o respaldo para criar caixas filiais em outras províncias e, se criadas, seriam subordinadas à forma de administração e direção do banco. Com a eventual criação das caixas filiais, o acesso ao crédito seria expandido para outras províncias, o que seria coerente com a intenção de se tornar um emissor a nível nacional, como mencionado anteriormente.

O Banco do Brasil realizava empréstimos, descontos e depósitos. Interessante notar que o banco usava como tática para atrair mais correntistas o pagamento de uma pequena remuneração sobre os depósitos feitos na instituição (FIGUEIRA, 2014, p. 14). Não era um emissor de notas bancárias, mas o estabelecimento podia emitir vales bancários, instrumentos

de crédito de curto prazo que rendiam um pequeno juro. Entretanto, esses vales continuavam circulando mesmo após o seu vencimento, convertendo-se na prática em meio de troca. Desse modo, havia uma discussão no governo sobre a natureza monetária dos vales. Fosse por meio de notas ou vales, a chamada moeda escriturária⁴ contribuía para o progresso do crédito no Brasil (SILVA, 1983, p. 63).

A discussão sobre a natureza monetária dos vales era importante porque implicava no controle da oferta de moeda no império. A partir da análise de uma resolução do Conselho de Estado, Guimarães (1997, p. 52) afirma que “para o governo Imperial, a emissão de vales significava não só emissão de moeda como também, concorrência com as notas do Tesouro, o que aumentaria o estoque de moeda prejudicando o câmbio”. Gambi (2010, p. 13) segue a mesma lógica tomada por Guimarães e enfatiza que a emissão de vales pelos bancos comerciais brasileiros “minava o poder do governo central de controlar a oferta de moeda e crédito no país”.

Realmente, a emissão dos vales era fundamental para o Banco do Brasil de Mauá visto que essa era sua operação mais importante (GAMBI, 2010, p. 105) e, ao mesmo tempo, causava desconforto ao governo por interferir na oferta monetária. Não seria surpreendente o surgimento de conflitos com o banco, pois o Conselho de Estado se alinhava ao posicionamento do então Ministro da Fazenda Joaquim José Rodrigues Torres, de tendência metalista, ou seja, advogado de uma moeda conversível em metal a fim de garantir a estabilidade do valor da moeda e câmbio⁵.

Apesar da desconfiança do governo imperial, o Banco do Brasil de Mauá tinha autorização para emitir vales, embora seu próprio estatuto estabelecesse algumas restrições, por exemplo, o valor mínimo de 200.000 réis e cinco dias de vencimento, e o total a ser emitido não poderia ultrapassar o terço do capital do estabelecimento⁶. Em 1852, o Banco do

⁴ Essa moeda é também conhecida como moeda bancária. Em resumo, ela consiste nos depósitos à vista existentes nos bancos, sendo movimentada por vales e bilhetes, representando estes um instrumento de circulação da moeda.

⁵ Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí, se alinhava com o metalismo. A preocupação com a estabilidade do valor da moeda era justificada pela questão doutrinária já que sustentava o padrão ouro, ou pela questão política já que mantinha a moeda-nacional forte, ou até mesmo por considerar como um pré-requisito para a expansão do crédito e para o desenvolvimento. Para os metalistas, o principal indicador da adequação da oferta de moeda perante as demandas da economia seria o câmbio, o que justifica a necessidade de este também ser estável (GAMBI, 2010, p. 105). Na mesma linha, Villela (2001, p. 79), explica que o metalismo defendia a conversibilidade das notas, a existência de limites de oferta da moeda e a adesão do padrão ouro, sendo que essas políticas eram conhecidas por assegurar uma “moeda forte”.

⁶ A regra do terço possuía caráter prudencial, ou seja, ela foi desenvolvida para que os bancos fossem prudentes nos empréstimos. Conhecida como regra de Palmer, ela é atribuída ao governador do Banco da Inglaterra, John

Brasil de Mauá abriu filiais em São Paulo e no Rio Grande do Sul que também podiam emitir vales e, assim como a matriz, estavam sujeitas a restrições adequadas às suas realidades, podendo emitir vales de, no mínimo, 100.000 réis, com o mesmo prazo de vencimento da matriz e limite de emissão correspondente à metade do seu capital (CALÓGERAS, 1960, p. 96-97). Se com a emissão de vales Mauá concorria com as notas do Tesouro na Corte, ao fundar filiais pelo país, essa concorrência se espalharia para outras partes do Brasil, aprofundando o conflito com o governo. Esse atrito será utilizado como argumento para a junção do Banco do Brasil de Mauá e o Banco Comercial do Rio de Janeiro, como veremos mais detalhadamente adiante.

O único concorrente do Banco do Brasil na praça do Rio de Janeiro era o Banco Comercial, que nesta data já contava quatorze anos de existência. Entre os anos de 1851 e 1853, esses dois bancos foram os maiores emissores de vales da praça do Rio de Janeiro cobrindo o déficit de meio circulante existente para atender o comércio (GAMBI, 2010, p. 100). No entanto, a proibição do tráfico negreiro levou a um aumento dos negócios dos bancos, expandindo as operações de empréstimo, inclusive as mais arriscadas como é comum em casos de excesso de liquidez.

O excesso de liquidez, como já é conhecido na história financeira, leva a um processo de especulação e, após certo tempo, costuma haver crises. Kindleberger (2017, p. 7) explica que o sistema financeiro sempre foi muito instável. Dessa maneira, quando um banco se expõe a riscos de crédito e os prazos das operações são maiores que os recursos capitados, uma crise de confiança pode acabar acontecendo, o que gera corridas para saques. Os bancos que não conseguem devolver os depósitos feitos passam a enfrentar crises de liquidez, que podem ocasionar a insolvência ou até mesmo a quebra das instituições.

Além do risco para os bancos, a baixa da taxa de juros durante esse período fez com que detentores de capital começassem a entesourar seu dinheiro, ou pior, o enviassem para as províncias da Bahia ou de Pernambuco, visto que o câmbio em libras esterlinas costumava ser mais valorizado nessas praças. Havia também a demanda de numerário nessas províncias para a compra de escravos e brilhantes. Devido a essas movimentações, o dinheiro acabou se tornando escasso na praça do Rio de Janeiro.

Horsley Palmer, de 1830 a 1832 e estabelecia regras à política monetária, como por exemplo, um limite máximo a taxa de desconto bancário e a taxa de juros (TRICHES, 2012, p. 7-8).

Posteriormente, a reversão desse movimento, com aumento de juros e parada nos empréstimos, causou um aperto monetário (GAMBI, 2010, p. 107). A imprensa e o governo, por sua vez, acusavam a concorrência entre o Banco do Brasil de Mauá e o Banco do Comércio do Rio de Janeiro como causa de uma crise iminente. Alguns culpavam o governo pela crise de 1853, acusando-o de incompetência na regulamentação do mercado bancário e outros culpavam os bancos e investidores pelos seus movimentos especulativos. Dessa maneira, “a competição entre os dois bancos e o movimento especulativo decorrente dela eram mesmo apontados pelo governo e por parte da imprensa como culpados pela crise monetária de 1853” (GAMBI, 2010, p. 112).

O então Ministro da Fazenda Rodrigues Torres apresentava a rivalidade entre os dois bancos emissores da praça do Rio de Janeiro como o motivo que estava gerando a crise econômica de 1853. Antes disso, em seu Relatório do Ministério da Fazenda de 1852, reafirmava sua posição favorável à criação de um banco emissor ligado ao Estado. Dessa forma, a necessidade de um controle monetário e estabilidade cambial fortalecia a ideia de que o problema das finanças brasileiras seria solucionado apenas quando estivesse funcionando um grande banco de emissão (CALÓGERAS, 1960, p. 91).

Para Gambi (2010, p. 111), a crise de 1853 se tornou uma justificativa para o discurso em favor do estabelecimento de um banco emissor de moeda, centralizando o poder político na Corte, ainda que a criação do Banco do Brasil não tivesse relação direta com a conjuntura desfavorável. Guimarães (1997, p. 73-74), ao fazer a análise dos balanços do banco, verifica sua “boa saúde financeira”, o que reforça que o fim do Banco do Brasil não estava de modo algum ligado ao mau andamento de suas operações, mas a uma iniciativa do governo. Na mesma linha, Calógeras (1960, p. 96) não via problemas com os dois bancos e afirmou que “o numerário estava rarefeito pelo grande desenvolvimento das operações de comércio propriamente ditas, e as realizações imediatas talvez dispendiosas”, de modo que a decisão do governo de fundir as duas instituições bancárias acarretou um aumento de tensão no mercado: “a emissão, nesses dois estabelecimentos, elevava-se aproximadamente a 3.511:000\$000, contra um encaixe de 4.151:000\$000. As dificuldades financeiras de 1853, não eram, portanto, uma crise de excesso de emissões” (CALÓGERAS, 1960, p. 96).

Tais argumentos contrariam a justificativa apresentada pelo Ministro da Fazenda, Rodrigues Torres para a fusão, mostrando que a crise na praça não provinha exclusivamente de suas emissões e reforçando a ideia de que ela ocorreu por motivos alheios à saúde financeira das instituições envolvidas. Esse tipo de intervenção do Estado reforçava a ideia de

Mauá de ser perseguido, fazendo com que acusasse, anos mais tarde, o Poder Executivo, as leis financeiras e as decisões dos tribunais brasileiros como causas de sua falência (MAUÁ, 2011, p. 260-261).

Em meio a esse cenário, o Banco do Brasil de Mauá, projetado para durar vinte anos, teve suas atividades encerradas com apenas dois anos de existência. A partir da lei nº 3.683, de 5 julho de 1853, o Banco do Brasil de Mauá foi fundido ao Banco Comercial do Rio de Janeiro, dando origem a uma nova instituição também chamada de Banco do Brasil que, embora de caráter privado, vinculava-se formalmente ao Estado.

Com sede no Rio de Janeiro, a sociedade anônima, formada a partir da junção dos referidos bancos, tinha um capital nominal de 30.000 contos, divididos em 150.000 ações. O novo Banco do Brasil era um banco de desconto, depósitos e possuía o monopólio das emissões no país. As principais características do banco são apresentadas nos seus estatutos: seus bilhetes seriam isentos de tributos e reembolsados à vista em moeda corrente (metal ou papel-moeda oficial) e o valor mínimo desses títulos seria de 20.000 réis no Rio de Janeiro e 10.000 réis nas outras províncias, sendo que as emissões não poderiam exceder o dobro dos fundos disponíveis, exceto quando houvesse autorização especial decretada pelo governo.

Além disso, o presidente e o vice-presidente do Banco seriam nomeados pelo Imperador (BRASIL, 1853, p. 16-17). Com a fusão, o poder da nova instituição seria dividido entre o governo e as duas instituições fundidas. Guimarães (1997, p. 157), ao analisar os estatutos do novo Banco do Brasil, constatou que o grupo vitorioso teria praticamente o controle do crédito na praça do Rio de Janeiro e em outras províncias onde havia filiais do antigo Banco do Brasil.

Como o Banco do Brasil de Mauá era o maior, esperava-se que ele e seu grupo tivessem mais poder na composição da diretoria. Como maior acionista do recém-fundido Banco do Brasil, o próprio Mauá, como revela em sua Autobiografia, esperava que a diretoria do novo Banco do Brasil fosse composta, em sua maioria, por integrantes do seu grupo. Apesar da expectativa, tal fato não ocorreu. O Imperador entregou a presidência do novo banco ao conselheiro João Duarte Lisboa Serra⁷ e a diretoria foi composta pelos ex-diretores

⁷ Formado pela Universidade de Coimbra, nos cursos de Matemática e Ciências Físicas e Naturais, foi inspetor da tesouraria provincial do Rio de Janeiro, deputado (1848) pelo Maranhão, e presidente da província da Bahia. Foi o primeiro presidente do segundo Banco do Brasil, ocupando o cargo até sua morte em 1855 (GUIMARÃES, 1997, p. 160).

do Banco Comercial do Rio de Janeiro e do Banco do Brasil de Mauá, mas sem garantir maioria para este último grupo.

Segundo Guimarães (1997, p. 160), a composição da diretoria do novo Banco do Brasil mostrava que, para o governo imperial, não era vantajoso que o banco ficasse sob o controle do grupo ligado a Mauá. Além disso, o autor destaca que a casa imperial também tinha ligações com o Banco Comercial. Dessa forma, esse manejo político resultou numa diretoria potencialmente hostil a Mauá. Evidentemente, a decisão do Imperador em relação à presidência do Banco do Brasil não agradou a Mauá, que, acompanhado por Militão Máximo de Souza, não compareceu à primeira reunião da diretoria como uma forma de demonstrar o descontentamento com essa política. Essas disputas de poder levariam Mauá a criar a Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia., cuja trajetória será descrita posteriormente.

Com expectativas frustradas, Mauá recusou o cargo de diretor do Banco do Brasil, em suas palavras, por estar “convencido de que o Banco do Brasil não preenchia a elevada missão a que fora destinado por sua organização, deixando de realizar os serviços que a nação tinha direito de esperar” (MAUÁ, 2011, p. 215), contudo, permaneceu como acionista da instituição.

Aparentemente Mauá não concordava com a fusão dos bancos, mas acabou a aceitando por acreditar que poderia controlar a diretoria do novo banco. Quando percebeu que não teria o poder esperado, passou a criticar a fusão abertamente. Além disso, segundo Faria (1933, p. 87-88), os estatutos do Banco do Brasil “pareciam obedecer à preocupação exclusiva de gozar favores e exceções e recolher lucros avultados; organização puramente industrial que visava juros altos aos fregueses, dividendos enormes para os acionistas”. De fato, em teoria, Mauá não concordava com o monopólio de emissão, pois dificultaria a concretização do que, segundo ele, seria um dos principais objetivos da instituição, isto é, disseminar o crédito em todas as localidades do país.

A fusão “feriu” de morte o Banco do Brasil de Mauá, porém, não abalou a confiança de seu líder na expansão do crédito no Brasil, o qual acreditava ser o propulsor do progresso do país. Ao perceber as lacunas não preenchidas pelo Banco do Brasil para cobrir as demandas de crédito do país, Mauá fundou, no ano imediato ao início das operações do Banco do Brasil, uma sociedade bancária em comandita por ações denominada Mauá, MacGregor & Cia., que possuía um capital nominal de 20.000 contos, sendo metade realizado, e possuindo também uma filial em Londres. O novo estabelecimento foi formado com parte do capital do

antigo Banco do Brasil de Mauá, liberado por sua liquidação (CALÓGERAS, 1960, p. 102). Para Faria (1933, p. 221), descontada a parcialidade da análise, essa foi uma jogada ousada:

[...] a um homem da sua envergadura e só a um homem assim, podia naquele momento ter assumido a coragem de enfrentar a poderosa organização, com o monopólio de direito, porque ao banco oficial estavam conferidos a emissão e mil outros favores, e o monopólio de fato, uma vez que todos os capitais disponíveis estavam envolvidos no estabelecimento, inclusive as 50.000 ações que aos acionistas do anterior Banco do Brasil, Mauá e seus amigos, tocaram na fusão.

Em suma, por meio dessa curta exposição sobre o Banco do Brasil do Mauá e o novo Banco do Brasil de 1853, é possível entender a origem e o contexto em que as instituições financeiras ligadas a Mauá estavam inseridas e, por consequência, os antecedentes do Banco Mauá & Cia., que ganharia vida anos depois. Em 1851, Mauá fundou o Banco do Brasil, emissor de vales que entraria em acirrada concorrência com o Banco Comercial na praça do Rio de Janeiro. O aperto monetário experimentado em 1852 levou o então Ministro da Fazenda, Rodrigues Torres, um defensor do monopólio de emissão de moeda, a fundir os dois bancos numa nova instituição bancária vinculada ao Estado. A fusão foi, sem dúvida, uma intervenção direta do governo nos seus negócios financeiros e ensejou o argumento, apresentado em sua Autobiografia, de que esse tipo de atuação teria sido uma das motivações de sua falência. Entretanto, insatisfeito com os rumos da fusão, frustrado em sua expectativa de poder, Mauá se reuniu a um grupo de capitalistas também descontentes com a situação e criou um novo banco, o Mauá, MacGregor & Cia.

2.2 O BANCO MAUÁ, MACGREGOR & CIA. E AS CRISES DE 1857 E 1864

A história do Banco Mauá & Cia. pode ser vista como mais um capítulo da trajetória de seus negócios financeiros e, por isso, se entrelaça com os acontecimentos dos períodos anteriores. Dando continuidade a essa trajetória, passaremos agora aos desdobramentos ligados ao Banco Mauá, MacGregor & Cia., como mencionado, estabelecimento tido pelo próprio Mauá como uma espécie de primeira fase de seu derradeiro banco (MAUÁ, 2011, p. 218). Em 26 de julho de 1854 a Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia. foi apresentada ao público por meio do seguinte comunicado publicado no Jornal do Comércio:

Está organizado nesta corte um banco à imitação do Banco Laffite, com o capital de 6.000 contos, e do qual são sócios alguns dos nossos primeiros capitalistas. Girara sob a firma Mauá, MacGregor & Cia, e terá três sócios gerentes e cinco fiscais (JORNAL DO COMMERCIO, 1854, p. 1).

O banco possuía um capital nominal de 6.000 contos de réis, podendo ser aumentado para 12.000 contos de réis. As ações seriam divididas da seguinte forma: as ações de nº 1 a 600 caberiam ao Barão de Mauá e seus sócios gerentes; de nº 601 a 800 caberiam a Alexander Donald MacGregor; e de nº 801 a 1.000 caberiam a João Ignácio Tavares. As ações eram intransferíveis, a não ser em caso de morte e, além disso, Mauá poderia transferir 200 ações para o indivíduo que representasse o estabelecimento em Londres.

De acordo com Faria (1933, p. 222), o novo banco poderia ser considerado de grande porte dado o vulto de seu capital nominal quando comparado, por exemplo, com o orçamento de receita do governo ou com as emissões de notas do Tesouro e dos bancos. Apesar da grandeza do Banco Mauá, MacGregor & Cia., seria difícil imaginar que a instituição sobreviveria após a proibição do seu funcionamento como originalmente planejado, como será detalhado mais adiante.

O Mauá, MacGregor & Cia foi fundado como um banco de depósito e desconto, conhecido na historiografia bancária como banco comercial, e privilegiava o desconto de letras (GUIMARÃES, 1997, p. 44). De acordo com seu contrato social, o banco podia praticar “prudentemente quaisquer atos e realizar quaisquer transações lícitas dentro da ordem bancaria; pode mesmo para empregar capital, possuir apólices gerais ou provinciais, bem como ações de companhias de inteiro credito” (BRASIL, 1854 *apud* GUIMARÃES, 1997, p. 282-289).

É essencial explicar nesse momento, mesmo que de forma bem resumida, como ocorriam as transações bancárias no século XIX, as formas de obter lucro e algumas manobras usadas pelos banqueiros, em especial Mauá, para conseguir melhores resultados em suas transações. Segundo Kuniochi (1999), a transação mais básica existente era o desconto de letras, que consistia basicamente em adiantar o pagamento do papel antes de seu vencimento. Kuniochi (1999, p. 3) cita o exemplo de um crédito cedido para o saque de até 20 contos em que o cliente, além de ter sua responsabilidade, ainda tinha que dar a garantia de alguém confiável. Era assim que funcionava. Mauá sempre orientava que, nos casos de liberação de crédito, os clientes deveriam sempre entregar uma letra aceita ou um vale de algum cliente do banco como uma espécie de garantia, hoje em dia podemos pensar como uma espécie de fiador. Outro fator está ligado ao cálculo das taxas de juros, que sempre eram feitos acima da taxa cobrada normalmente com o intuito de evitar prejuízos.

Também era frequente que os bancos tentassem tirar vantagem da diferença cambial entre suas agências. Kuniochi (1999, p. 2) ilustra essa operação com o seguinte exemplo: em uma determinada data, o câmbio no Rio de Janeiro estava cotado em $25 \frac{1}{4}$ e, em contrapartida, o câmbio estava em 26 no Rio Grande, o que equivale a uma diferença de 3% entre o câmbio nas praças. Dessa forma, a orientação feita por Mauá seria que descontassem as letras no Rio Grande e pagassem elas em Londres. Posteriormente, essas mesmas letras seriam enviadas para o Rio de Janeiro, onde seriam comercializadas em dinheiro levando a algum lucro nessa transação. Para ilustrar essa movimentação, pensaremos em uma letra de 100 libras. No Rio Grande com um câmbio a 26 ela é comercializada por 923\$400 contos, no entanto, quando essa letra é enviada ao Rio de Janeiro ela seria negociada a dinheiro por 950\$500 contos, tendo em vista um câmbio de $25 \frac{1}{4}$.

Às vezes, a possibilidade de ganhar com o câmbio induzia Mauá a alterar o que seria um simples empréstimo para uma operação de saque e remessa. Kuniochi (1999, p. 4) ilustra essa movimentação mostrando o exemplo de um cliente que, embora já tivesse conseguido a permissão do adiantamento de fundos, queria que Mauá o informasse qual seria o câmbio da negociação. Mauá se recusava a dar a informação sobre o câmbio e o motivo era simples: o Barão iria especular com a taxa de câmbio. Se o câmbio estivesse a 24, o adiantamento deveria ser feito com um câmbio de $24 \frac{1}{2}$ ou $24 \frac{3}{4}$. Essas atividades podem ser chamadas de “câmbio por arbítrio”, visto que o conceito de arbitragem nada mais é do que o ganho oriundo entre a diferença cambial de duas praças.

Os ganhos com desconto de letras, portanto, poderiam se dar dessas duas formas: nos juros cobrados pelo tempo que faltava para o vencimento da letra ou na diferença cambial. Algumas letras garantiam o ganho pelas duas formas e essa era a preferência dos bancos.

Essas operações ilustram a forma pela qual operava o Banco Mauá, MacGregor & Cia. Os balanços do banco revelavam também outras de suas características. Guimarães (1997, p. 3), ao analisá-los, verifica o privilégio da atividade comercial (através do desconto de letras) e o fato do banco não ter negociado com hipotecas. O banco não era emissor, por isso o balanço não apresentava nenhum lançamento de emissão, entretanto, vales comerciais foram emitidos em 1855 e impedidos pelo governo que, considerando o contexto do monopólio de emissão do Banco do Brasil criado em 1853, atuou para proibir a emissão de novos vales.

A justificativa apresentada para tal proibição foi a mesma vista no período do Banco do Brasil de Mauá, quando o suposto excesso de emissões havia sido a causa alegada para

explicar a crise da praça do Rio de Janeiro em 1852. A razão pela qual o Banco Mauá, MacGregor & Cia. não poderia fazer emissões estava pautada na ideia de que os vales emitidos pelo banco poderiam ser considerados moeda e, portanto, fariam aumentar o meio circulante. Realmente, Guimarães (1997, p. 3) salienta que os vales bancários, ao não saírem de circulação, acabavam realmente se tornando “papel moeda” e concorriam com as notas do Banco do Brasil, ameaçando assim a ideia de ter uma centralização bancária e o monopólio de emissão planejado pelo governo com a reforma de 1853.

O projeto do banco também tratava da estruturação de uma filial em Londres, cujo objetivo seria a “obtenção de crédito a partir das operações com as letras de câmbio, que descontadas junto aos bancos ingleses, eram convertidas em cheques bancários ou moeda” (GUIMARÃES, 1999, p. 4), como explicado anteriormente. É importante lembrar que, nessa época, as operações com letras de câmbio se destacavam como a principal forma de pagamento do comércio internacional.

A filial de Londres era chave no esquema mercantil e financeiro de Mauá, já que nenhum outro estabelecimento brasileiro possuía agência na Inglaterra. Essa atuação no exterior lhe dava vantagem no mercado de câmbio e no comércio internacional:

[...] as empresas brasileiras, amparadas pelo crédito do governo imperial, não teriam por certo de arrastar-se abatidas aos pés da usura desapiedada de maus elementos financeiros da praça de Londres; 5% e não 7% seria a base suficiente para eu e meus agentes termos conseguido a coadjuvação do capital europeu para nossas empresas de viação, e quaisquer outros, de bem demonstrada para os capitais a empregar, encontrariam apoio fácil e eficaz, desde que a casa de Mauá representasse na Europa um interesse brasileiro de primeira ordem. (MAUÁ, 2011, p. 105).

A administração do Banco Mauá, MacGregor & Cia. na praça do Rio de Janeiro era feita pelos gerentes Irineu Evangelista de Souza, Alexander Donald MacGregor e João Inácio Tavares; na filial de Londres a administração do banco era feita pelos mesmos gerentes do Rio de Janeiro mais o Sr. José Henrique Reynell de Castro, sendo este nome proposto pela diretoria e aprovado pelo conselho fiscal do banco.

Quanto à organização, o Banco Mauá, MacGregor & Cia. se apresentava como uma sociedade em comandita por ações⁸ ou seja, uma forma mista de sociedade anônima, o que implica que os sócios gerentes seriam “solidariamente responsáveis por todas as obrigações que a empresa assumir, enquanto os sócios comanditários participam apenas como o capital”

⁸ Esse tipo de sociedade comandita por ações não constava no Código Comercial. No tocante a sociedade comercial, o Código Comercial distinguiu quatro tipos: sociedade comandita, sociedade em nome coletivo, sociedade de capital e indústria e sociedade em conta de participação. (GUIMARÃES, 1999, p. 22)

(GUIMARÃES, 1997, p. 8). O primeiro subscritor de ações do banco foi o próprio Mauá, com a quantia de 600 contos e sua responsabilidade ilimitada. Em dois dias foi fechada a lista com 182 sócios⁹.

Essa forma de organização nos leva a seguinte questão: por qual motivo o Banco Mauá, MacGregor & Cia foi organizado como sociedade comercial e não sociedade anônima, forma como se costumava organizar os bancos à época? Segundo Gambi (2010, p. 141), o Mauá, MacGregor, ao se organizar como uma sociedade em comandita conseguiu encontrar uma brecha na legislação que lhe permitiria emitir vales. Em sua Autobiografia, Mauá (2011, p. 232) também aponta a intenção de fugir do controle governamental:

A forma encontrada para funcionar a nova sociedade fora do arbítrio governativo que estavam sujeitas as sociedades anônimas, existindo no código a disposição exorbitante de poderem ser dissolvidas administrativamente sem a intervenção dos votos dos acionistas, o que tratando-se do emprego do capital, parecia-me uma anomalia.

Segundo Guimarães (1997, p. 8), Mauá se amparou nas disposições legais que regulavam o princípio da comandita por ações. Para se assegurar da legalidade da forma de organização do banco, Mauá consultou o então chefe de gabinete e Ministro da Fazenda, o Visconde do Paraná, que a julgou isenta de qualquer objeção legal, embora fosse proibida a emissão de vales. No entanto, o início das atividades do Banco Mauá, MacGregor & Cia. que estava projetado para primeiro de agosto de 1854 foi adiado devido ao decreto nº 1.484, de 13 de dezembro de 1854, em que o Governo Imperial proibiu essa forma de organização da sociedade bancária.

⁹ “O contrato de casa bancária Mauá, Mac Gregor & Cia. foi formado em 31-7-54, reduzido a escritura pública de 12-8-54. Por nova escritura (L. 50, fls. 37 do livro de registros do Tabelião Fialho) de 29 de agosto de 1854 - verifica-se que os sócios gerentes, solidariamente responsáveis por todos os seus bens para com terceiros eram; nesta cidade – o Barão de Mauá, Alexandre Donald Mac Gregor e João Inácio Tavares, e, em Londres, os mesmos e mais um indivíduo escolhido pela administração. Por esse documento – verifica-se ainda que eram entre outros, sócios comanditários: Militão Máximo de Sousa (Barão de Andaraí), José Antônio de Figueiredo (pai do Conde de Figueiredo), James Andrews, Manuel Joaquim Ferreira de Melo, Manuel Pinto da Fonseca, João Antônio de Miranda e Silva (que foi diretor da Cia. de Caris da Tijuca), José Francisco Mendes, Antônio Ribeiro Queiroga (que foi um dos gerentes), Bernardo Casimiro de Freitas, Loquai David & Co., Gomes & Morais , Amaral & Basto, Antônio José Teixeira de Faria, Antônio Alves Ferreira, Manuel Correia de Aguiar (Secretário da Estrada de Ferro Mauá), Roberto Emery & Co., Jerônimo José Teixeira (pai do futuro Visconde de Cruzeiro e sogro de uma filha de Paraná), José Antônio Soares, Manuel Monteiro da Luz; Flores, Filho & Cia., Joaquim da Fonseca Guimarães & Cia., Antônio José do Prego, Pereira & Cia., Luís Tavares Guerra (futuro sogro de um filho de Mauá), Antônio Ferreira Neves, João Pedra da Veiga, Hoggetdown & Cia., Irineu Evangelista de Sousa, L. Leconte Ferou & Cia., Henrique Ferran, S. Binoche, Debienne & Cia., Militão Correia de Sá, Dr. José Agostinho Vieira de Matos, João Manuel Correia da Silva, Manuel Teixeira de Sousa, Antônio Luís de Magalhães Mangueira, Manuel T. de Sousa, Carlos Emílio Adet, Adet & Cia., Sammarne, F. Rumeri, Augusto Leuba & Cia., Stephen Busk & Cia., Mackey Muller & Cia., E.W. Malet, André Steele, Muller Sillo & Cia., M.R. de Sroiowood, Hugo Bird, Manuel Joaquim da Rocha Lima e Augusto Ferreira de Almeida. O capital inicial era de 6.000 contos, podendo ser aumentado, a critério dos sócios, até 12.000 contos réis” (GANNNS, 2011, p. 246–247).

Anos mais tarde, Mauá (2011, p. 260) declarou que a proibição do funcionamento do Banco Mauá, MacGregor & Cia. como comandita por ações foi a principal causa de sua falência, pois seria esse o grande motivo que comprometeu toda a segurança do banco e, portanto, sua credibilidade. É importante apontar para o fato de que Mauá atribui os problemas do Banco Mauá & Cia. a fatores que ocorreram antes mesmo da sua criação. Dessa forma, relação de Mauá com o Estado se destaca novamente aqui, sendo a primeira vez com a fusão do Banco do Brasil de Mauá e agora com a questão da comandita por ações. De fato, Mauá parecia sofrer os “os efeitos das leis preventivas e da interferência estatal especialmente em seus bancos” (COSENTINO; GAMBI, 2017, p. 6), mas não se deve perder de vista outras vantagens obtidas por meio dessa relação política.

O decreto suscitou uma intensa discussão na câmara e no senado quanto à legalidade de uma organização em comandita por ações, já que o Código Comercial não a previa especificamente. É possível perceber uma crítica a ela na fala proferida no senado pelo ministro da Justiça, Nabuco de Araújo, na qual destacou que, pelo Código Comercial, sociedades limitadas não podiam dividir seu capital em ações (JORNAL DO COMMERCIO, 1854, p. 1). O próprio governo Imperial a via como uma tentativa de burlar a legislação. Diante da recusa da forma inicial, os estatutos do banco precisaram ser refeitos como uma sociedade em comandita, tal como previsto no Código Comercial, fazendo com que o banco entrasse em operação somente em 1855.

O Banco Mauá, MacGregor & Cia. não apenas sobreviveu à sua primeira crise, como se fortaleceu. Tornou-se, em pouco tempo, um grande negócio para seus acionistas, visto que cresceu rapidamente após o início de suas operações. Analisando seus dois primeiros anos de atividade, vemos que os dividendos distribuídos por ação foram bem superiores se comparados com os distribuídos pelo Banco do Brasil (6\$289 por ação), e pelo Banco Rural (13\$300 por ação) (GUIMARÃES, 1997, p. 187). A tabela a seguir demonstra a distribuição de dividendos do Banco Mauá, MacGregor & Cia (1855-1864):

Tabela 1 - Distribuição dos Dividendos do Banco Mauá, MacGregor & Cia (1855-1864)

(continua)

Ano	Dividendos (por ação)
Julho/1855	40\$000
Janeiro/1856	50\$000
Janeiro/1857	57\$300
Julho/1857	61\$000
Janeiro/1858	42\$000

Tabela 1 - Distribuição dos Dividendos do Banco Mauá, MacGregor & Cia (1855-1864)

(conclusão)

Ano	Dividendos (por ação)
Janeiro/1859	70\$000
Julho/1859	55\$000
1860	44\$000
1861	45\$000
1862	45\$000
1863	45\$000
1863	45\$000

Fonte: Guimarães (1997, p. 187).

Em poucos anos uma filial do Banco Mauá, MacGregor & Cia já havia sido estabelecida nas vinte províncias do Império e em Londres e Paris. Tal estrutura de filiais era importante para suprir as demandas de crédito e finanças do país, além de, segundo Mauá (2011, p. 222), interessarem em grande escala ao progresso econômico do Império.

Em 1856, Mauá criou, inicialmente, uma casa comercial em Montevideu que emitia bilhetes e descontava letras. É imprescindível chamar a atenção do leitor para o fato de que a atuação do banco no Uruguai é importante para entender o processo de falência do Banco Mauá & Cia. em 1875. Ao contrário do que muitos podem pensar, a relação de Mauá com o Uruguai não se estabeleceu apenas após a guerra do Paraguai. Os seus negócios no país vizinho foram oficializados em 1857, quando ele e Richard Carruthers transformaram a casa comercial criada em 1856 em um banco de depósito, desconto e emissão de notas com o nome de Banco Mauá & Cia. Segundo Guimarães (1997, p. 5), o banco constituiu-se numa das partes mais importantes do esquema mercantil e financeiro de Mauá em decorrência do comércio existente entre as regiões do Sul do Uruguai e o Brasil. Trataremos de forma mais clara do Banco Mauá de Montevideu no próximo capítulo, já que a relação dessa filial com o Banco Mauá & Cia. criado posteriormente no Rio de Janeiro é tão próxima que, em determinados momentos, se torna impossível separar o estudo desses dois bancos.

Retornemos, então, ao Banco Mauá, MacGregor & Cia., que viveu um longo período de prosperidade, tornando-se forte no mercado do crédito, marcado pela confiança pública expressa nas cifras de depósitos elevados (FARIA, 1933, p. 225). Mas é importante lembrar que esse período de crescimento aconteceu sob o turbulento cenário da vida nacional marcado por crises políticas e econômicas, como a crise de 1857, a crise de 1864 e a guerra do Paraguai (1864 a 1870), que serão tratadas no decorrer desse trabalho.

Como mencionado, o Banco do Brasil possuía o monopólio de emissão no país desde 1853, mas não existia um consenso sobre esse monopólio e um grande debate pairava sobre ele. Com a mudança de gabinete e a chegada de Souza Franco ao ministério da Fazenda, em 1857, a política emissora mudou. Souza Franco era um partidário do papelismo e promoveu uma reforma bancária e monetária que afirmava seu ideal papalista: o fim do monopólio de emissão do Banco do Brasil e a volta da pluralidade bancária. Segundo Andrade (1987 *apud* GUIMARÃES, 1999, p. 9) os objetivos dessa reforma eram:

- 1º) Organizar estabelecimentos de crédito em todas as províncias, sob a forma de bancos, filiais ou caixa-filiais conforme comportasse a atividade econômica, para que se tornassem acessíveis os meios de promover a indústria nacional, a agricultura e o comércio;
- 2º) Substituir as notas do Tesouro por notas de emissão bancária, realizáveis em metais;
- 3º) Regularizar o suprimento de moeda nos mercados regionais quer através de novas, quando escasseassem na circulação, quer através do troco por metais, na hipótese contrária.

Souza Franco autorizou a incorporação de quatro novos bancos em 1857 - no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul, em Pernambuco e no Maranhão -, e, em 1858, de mais dois, um na Bahia e outro no Rio de Janeiro. Essas seis instituições possuíam faculdades emissoras, justificando que esses bancos foram aprovados para satisfazer as demandas do crédito, da agricultura e da indústria. Segundo Calmon (1947, p. 411), Souza Franco ofendia a prudência dos conservadores e defendia os corajosos, afirmando que emitir parecia um milagre, mas se tratava na realidade de uma ação racional.

As medidas de Souza Franco foram seguidas de uma baixa cambial em 1857 e da pressão por parte da oposição, liderada por Itaboraí, o arquiteto do monopólio de emissão. Essa baixa cambial coincidiu com uma crise econômica de nível internacional. É necessário aprofundarmos um pouco mais sobre o contexto que levou à crise de 1857, de forma que o entendimento dos seus desdobramentos, não apenas para o Banco Mauá, mas para todo o Brasil, seja bem delimitado.

O primeiro passo para entender as crises bancárias do século XIX na América Latina é conhecer os mecanismos das finanças locais, o comércio internacional e os ciclos das diferentes exportações, além dos impactos de algumas crises financeiras internacionais, o que é fundamental no caso de 1857. Segundo Barragán e Marichal (2019, p. 3), algumas tendências exerciam notáveis impactos sobre os sistemas de bancos e mercados financeiros

existentes na América Latina, sendo preciso identificar quando as crises se originam efetivamente de desequilíbrios domésticos, seja pela fragilidade dos bancos ou pelo desequilíbrio fiscal, ou por erros na política monetária.

Para Barragán e Marichal (2019, p. 6), a crise de 1857 teve início em setembro do mesmo ano na cidade de Nova York, causando várias quebras e suspensões de pagamentos de diversos bancos dos Estados Unidos. Em outubro a crise que já assolava a América do Norte chegou a Londres. As várias empresas que possuíam vínculos comerciais diretos com os Estados Unidos faziam com que a praça de Londres sentisse efeitos da crise e visse vários de seus bancos quebrarem. Segundo Barragán e Marichal (2019, p. 6),

[...] a interpretação tradicional mais conhecida das origens da crise de 1857 pode ser rastreada nos Estados Unidos a partir da quebra em 24 de agosto da empresa Ohio Life, um banco comprometido com um alto volume de negócios hipotecários no Meio Oeste e que atuava como intermediário entre outros bancos da região e firmas financeiras das praças de Nova York, Baltimore e Filadélfia. Sem embargo, os economistas Charles Calomiris e Larry Schweikart demonstraram que o debate foi provocado mais pela crescente desconfiança que despertou entre milhões de investidores uma sequência de escândalos e bolhas nos ambiciosos projetos de ferrovias em marcha no oeste norte-americano assim como projetos de especulação em terras novas das fronteiras em expansão (BARRAGÁN; MARICHAL, 2019, p. 6).

Nos Estados Unidos, nos anos de 1857 e 1858, 9.655 empresas fecharam as portas, somando um passivo de 400.000.000 de dólares (LIMA, 1976, p. 120). Em Nova York, quando ocorreu a suspensão de pagamento e a falência de muitas casas bancárias da região, a oferta de crédito foi reduzida o que exigiu que grandes quantias fossem enviadas da Europa para a América do Norte. Esse movimento de capitais ocasionou um grande impacto em Londres, visto que o Banco da Inglaterra teve que aumentar suas taxas de juros com o intuito de conter a saída de ouro. Esse aumento de juros, por sua vez, causou vários efeitos negativos nas contas de muitos Bancos e casas comerciais inglesas e escocesas. Rapidamente a crise se espalhou pela Europa e atingiu suas casas comerciais localizadas em diversos portos do Caribe e da América do Sul.

A crise de 1857 foi a primeira a se instalar não apenas na praça do Rio de Janeiro, mas também no porto de La Habana. Barragán e Marichal (2019, p. 3) afirmam que grande parte dessa crise é explicada pelo fato de tanto o Brasil quanto Cuba possuírem economias muito abertas e que dependiam fortemente da demanda internacional para realizar suas exportações, principalmente o açúcar e o café.

Os efeitos da crise de 1857 foram sentidos no Brasil, principalmente, com a quebra de algumas casas comerciais no Rio de Janeiro. Para se ter uma ideia de sua dimensão, as exportações que eram de 114.547 contos em 1856-1857 reduziram-se para 46.200 contos em 1857-1858 (LIMA, 1976, p. 121). A crise provocou consideráveis restrições no consumo de bens, principalmente os artigos coloniais de luxo exportados pelo Brasil, fazendo que os comerciantes encontrassem grandes dificuldades para a venda de seus produtos, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa.

Até mesmo Karl Marx, em um artigo escrito para o jornal *The New York Daily Tribune*, de 5 de janeiro de 1858, ilustra os efeitos da crise no Brasil. Em trecho do seu artigo ele dizia o seguinte:

Na Suécia, e especialmente na Dinamarca, a crise aumentou bastante sua força. O ressurgimento do mal, depois de parecer ter sido superado, deve ser atribuído à maturidade de grandes créditos em Hamburgo, Estocolmo e Copenhague. Por exemplo, em dezembro se protestaram letras vencidas, por um valor de nove milhões, que firmas de café do Rio de Janeiro haviam girado contra Hamburgo, e esta quantidade de protestos motivou um novo pânico. As letras para os fretes açucareiros da Bahia e Pernambuco experimentaram em janeiro, verossimilmente, um destino similar e provocaram um recrudescimento da crise [...]. (MARX, 1972, p. 345)

O impacto da crise nas atividades comerciais da praça do Rio de Janeiro e o fluxo de metais para o Nordeste fez com que o governo autorizasse o Banco do Brasil a emitir o triplo de seu fundo disponível, limite superior ao estabelecido em seus estatutos. É possível traduzir os altos e baixos da situação econômica brasileira no ano de 1857 acompanhando o valor do câmbio sobre Londres. Essas taxas são detalhadas na tabela a seguir:

Tabela 2 – Câmbio sobre Londres (1853 – 1859)

Ano	Câmbio
1853	27 ½ - 29 ¼
1854	26 ½ - 28 ½
1855	27 – 28
1856	27 – 28 ¼
1857	23 ½ - 28
1858	24 – 27
1859	23 ¼ - 27

Fonte: Calógeras (1960, p. 103).

Em novembro de 1857, o reembolso das notas do Banco do Brasil foi suspenso, ou seja, o Banco do Brasil interrompeu a conversão das notas em metal ou papel-moeda do

Tesouro, devido à intensa corrida que ocorreu para o reembolso e, além disso, os bancos aumentaram suas taxas de desconto. Em consequência, as casas bancárias também elevaram seus descontos, acarretando complicações para o comércio brasileiro em decorrência da cadeia formada pelos bancos, casas bancárias, casas de desconto, ensacadores, comissários e produtores (GUIMARÃES, 1997, p. 21).

No relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas do Banco do Brasil, em fevereiro de 1858, assinado pelo diretor, servindo de presidente, Jerônimo José Mesquita, o Banco do Brasil, que estava ajudando o governo a não deixar o câmbio se desvalorizar, suspendeu todas as operações de sustentação do câmbio, o que levou a taxa a ser cotada em 23,75 pence mil/réis em março marcando assim o ápice da crise no Brasil (CALÓGERAS, 1960, p. 103).

Para sustentar o câmbio, a ideia do Ministro da Fazenda era tomar um empréstimo em Londres do valor de 3.000 contos, crédito esse que foi recusado em 1º de dezembro do mesmo ano, pois seriam necessárias ao menos 600.000 libras para segurar o câmbio, mas o Brasil só possuía 337.500 libras e, em contraproposta, o Banco do Brasil foi autorizado a emitir até o quádruplo das suas disponibilidades (CALÓGERAS, 1960, p. 110).

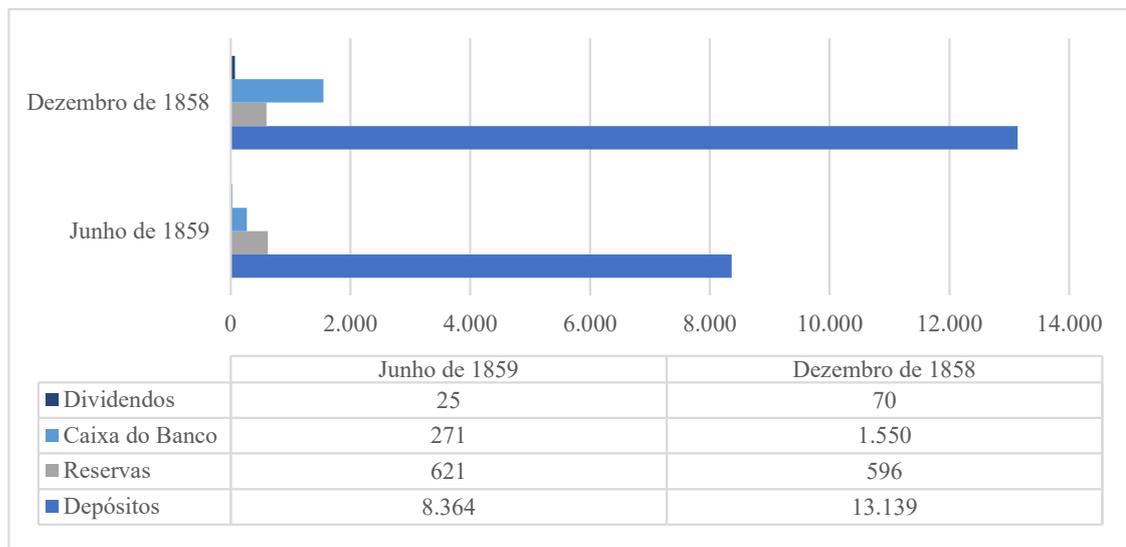
Com os metais quase que totalmente desaparecidos da circulação, primeiro o ouro e depois a prata, e sem o apoio necessário do Banco do Brasil, o governo recorreu a um novo aliado visto que o Banco do Brasil não havia conseguido o crédito em Londres. Devido a sua proximidade com o novo Ministro da Fazenda, o socorro foi solicitado ao Banco Mauá, MacGregor & Cia., que aceitou cooperar para a manutenção do câmbio no mesmo dia da recusa do Banco do Brasil, 12 de março de 1858 (CALÓGERAS, 1960, p. 111). Dessa forma, foi feito um primeiro saque de 400.000 libras, valor que inicialmente parecia suficiente. Porém, outro saque foi necessário, este no valor de 350.000 libras, que também não foram suficientes (FARIA, 1933, p. 225). Nesse ponto Mauá (2011, p. 225) afirma:

[...] vendo eu que o malogro era certo, e que nos punha a ambos a descoberto perante os que censuram tudo sem conhecimento de causa, tomei a resolução de continuar as operações ao câmbio prefixado, durante os três meses em que o podia fazer, antes que fosse necessário cobrir os primeiros saques com remessas correspondentes, e o total destes elevou-se a um milhão e oitocentas mil libras estrelinhas! Se a operação falhasse, o Ministro seria provavelmente apeado com ignomínia a casa Mauá do prejuízo nas 750.000 libras – ficando a responsabilidade de perda de mais de um milhão de saques a cargo da casa!

Graças à cooperação do Banco Mauá, MacGregor & Cia., pouco a pouco a confiança dos agentes foi sendo restaurada e o câmbio tornou a subir, como é possível observar na tabela 2. As taxas subiram de 23 ½ em dezembro de 1857 chegando a 27 no final de 1858. Em 12 de agosto de 1858 um aviso oficial destacou que a crise estava contida e vencida e desta forma o Banco do Brasil restabeleceu o reembolso de seus bilhetes e, no dia 25 desse mesmo mês, retornou ao comércio de saques, emitindo-os a 26 1/8 a 90 dias (CALDEIRA, 2014, p. 112).

Apesar dessa recuperação, a crise de 1857 repercutiu muito negativamente no Banco Mauá, MacGregor e Cia. Entre os anos de 1858-1859 ocorreu uma redução de aproximadamente 64% nos depósitos feitos no banco (13.139 contos em dezembro de 1858 para 8.364 contos em junho de 1859). Os empréstimos caíram, no mesmo período anterior, de 17.951 contos para 13.603 contos (GUIMARÃES, 1997, p. 225). No gráfico a seguir é possível acompanhar os efeitos da crise de 1857 sobre o banco:

Gráfico 1 – Efeitos da crise de 1857 sobre o Banco Mauá, MacGregor & Cia.



Fonte: Guimarães (1997, p. 226).

Ao analisar os dados apresentados no Gráfico 1 podemos ver o impacto negativo que a crise gerou para o Banco Mauá, MacGregor & Cia. Entre 1858 e 1859, é possível notar uma redução de 36% em seus depósitos e de 82% em seu caixa. Embora os números mostrem perdas para o banco, o auxílio ao governo foi bem-sucedido como aponta a recuperação do câmbio. Cavalcanti (1893, p. 216) afirma que “a casa Mauá, MacGregor & Cia., desempenhou-se nobremente de sua incumbência e na opinião do Governo, os resultados da operação haviam sido satisfatórios”. Não obstante, o banco foi acusado pela oposição política

ao governo de ter se beneficiado com as operações de saques em Londres (GAMBI, 2010, p. 276). Independentemente do benefício ou prejuízo para o banco, esse momento foi utilizado pela oposição para atacar o Ministro da Fazenda e as transações feitas pelo banco serviram como base para esses ataques.

Para investigar os motivos da crise foi criada uma Comissão de Inquérito, que apresentou seu Relatório em abril de 1860. Foram ouvidas 28 personalidades entre comerciantes e banqueiros. Os dois itens principais do questionário apresentado referiam-se às causas da queda do câmbio e se a crise havia sido influenciada pelo cenário econômico enfrentado na mesma época nos Estados Unidos e na Europa. A tendência geral era a de atribuir a culpa, pelo menos em parte, aos bancos emissores. Entretanto, Mauá e outros negaram tal argumento. Essa opinião coincide com a de um dos depoentes (comendador José Ferreira Porto) ao dizer que:

A crise comercial dos Estados Unidos foi grave e causou grandes perdas e falências nas principais praças da Europa, que com os mesmos estavam relacionadas, e as falências de Londres, Hamburgo e outras refletiam bastante sobre os interesses aqui estabelecidos, voltando muitos saques por falta de pagamento, o que aqui portanto causou também falências e suspensão de pagamento temporárias. (LIMA, 1976, p. 96).

As análises divergem sobre os efeitos da crise no Brasil. Segundo Faria (1933, p. 223), a crise se deu devido a causas naturais, como um aumento das exportações de cereais russos para os Estados Unidos e, devido à desvalorização cambial, o espírito público começou a se alarmar. Lima (1976, p. 95) alega a queda na taxa do câmbio como um dos principais motivos da crise e as falências que ocorreram na época como uma de suas principais consequências. Foram 49 falências no ano de 1857 e 90 em 1858. Calógeras (1960, p. 108-110), por sua vez, reconhecia a queda de demanda provocada pela crise, mas a atribuía, no Brasil, ao abuso das emissões, que teria levado a um abuso do uso do crédito e, conseqüentemente, ao aumento da “especulação sem base real”, depois pela queda dos produtos brasileiros exportados e pela cobrança dos credores estrangeiros, o que drenou a moeda metálica para fora do Brasil. Para Mauá (2011, p. 223),

Essa crise potenciou logo no seu começo o débil esteio em que os homens da escola metálica se apoiavam para firmar seu sonho dourado, de realizar a conversão metálica do nosso papel-moeda, o que eu consideraria sempre impraticável (exceto durante raras intermitências), enquanto outros elementos, com base sólida na produção, não viessem em auxílio de semelhante ideia. (MAUÁ, 2011, p. 223).

O certo é que a desvalorização cambial no Brasil que foi o grande estopim para a crise de 1857. No entanto, à época, o motivo que levou a essa desvalorização que era nitidamente polarizado entre duas vertentes. A primeira alega que a desvalorização cambial ocorreu

devido a uma queda na demanda internacional pelos produtos brasileiros. Já a outra vertente defende que a desvalorização cambial estava intimamente ligada as políticas de emissão de Souza Franco. Obviamente, os inimigos políticos de Souza Franco apoiavam a segunda vertente, e os seus partidários indicavam a crise internacional.

Souza Franco não conseguiu resistir à pressão imposta pela oposição e foi substituído primeiramente pelo seu rival político Sales Torres Homem e, posteriormente, por Ângelo Muniz da Silva Ferraz. Com essa mudança no ministério, uma reversão da política de emissão da pluralidade foi implementada no país. Conhecida como a Lei dos Entraves, a Lei nº 1.083, de 22/08/1860, não chegava a proibir a emissão de notas por outros bancos, mas possuía critérios tão restritivos que apenas o Banco do Brasil conseguiria emitir.

Para Calógeras (1960, p. 130), a legislação financeira de 1860 foi extremamente negativa ao país, acrescida a erros do governo no terreno preventivo acarretou uma crise avassaladora. Para Gambi (2010, p. 362), a lei de 1860 impediria o desenvolvimento dos recursos brasileiros e também provocaria uma depreciação dos capitais já existentes. Além disso, três anos após essa lei uma seca prejudicou fortemente a produção do interior fazendo que a produção do país fosse profundamente afetada. As transações no país passaram a ser feitas com grande dificuldade e o aumento da inadimplência dos contratos era cada vez mais frequente (CALÓGERAS, 1960, p. 130). A conjuntura desfavorável e a prejudicial criação da Companhia de Mineração *Montes Aureos Brazilian Gold Mining Company* (MAUÁ, 2011, p. 159), que afetou as contas do Mauá, MacGregor, desgastou a relação entre seus sócios gerentes, preocupando Alexander MacGregor, que foi logo tranquilizado por Mauá (GUIMARÃES, 1997, p. 47).

Em 1864, a Casa Bancária Antônio José Alves do Souto & Cia., uma das maiores da Corte, suspendeu seus pagamentos, pois não conseguiu rolar empréstimos com o Banco do Brasil. Quando essa Casa Bancária decretou falência, irrompeu uma crise comercial conhecida como Crise do Souto. O impacto dessa crise fica claro em uma representação encaminhada pela Sociedade dos Assinantes da praça do Rio de Janeiro para o Imperador.

A representação alegava que a suspensão dos pagamentos da casa bancária do Souto & Cia. deixou a praça do Rio de Janeiro em calamidade. O estado de pânico surgiu devido à importância dessa casa e seu entrelaçamento com os outros bancos, o medo de que o mesmo acontecesse em outras instituições levou os portadores de títulos, não só da casa bancária do Souto como de outras, a uma corrida para a troca dos títulos por ouro. Até mesmo o Banco do

Brasil, principal credor da casa bancária do Souto, sofreu uma corrida sobre seu fundo disponível, além da ameaça de graves prejuízos.

Certamente, a legislação financeira e a seca que atingiu a produção brasileira afetaram diretamente os bancos existentes no país à época. A crise de 1864, que ocorreu enquanto os Estados Unidos estavam envolvidos na Guerra de Secessão e o Brasil na véspera da Guerra do Paraguai, assolou a praça do Rio de Janeiro e, segundo Barragán e Marichal (2019, p. 4), nessa crise, os fatores internacionais não tiveram grande impacto. A quebra do Souto e mais quatro casas bancárias indicava que o mercado financeiro do Rio de Janeiro não dependia exclusivamente do Banco do Brasil. No entanto, a extrema concentração de crédito ocorrida entre 1860 e 1863 com um pequeno grupo de casas bancárias é algo que chama a atenção. Além disso, entre 1860 e 1864 o meio circulante brasileiro reduziu de 96.000 para 84.000 contos (SCHULZ, 1996, p. 40), sendo essa uma das principais consequências da Lei dos Entraves.

Barragán e Marichal (2019, p. 27) presumem que fazendeiros e comerciantes necessitavam de crédito para financiar seus negócios, razão pela qual acabaram por buscar crédito nas instituições bancárias privadas do Rio de Janeiro, sendo que, de acordo com Schulz (1996, p. 40), o passivo acumulado de quatro das casas bancárias que decretaram moratória em 1864 ultrapassava os 70.000 contos. Já os números de casas e indivíduos que suspenderam seus pagamentos, fizeram concordatas ou faliram até 1865 foram de 95, somando um ativo de 93.000 contos e um passivo de 110.000 contos (LIMA, 1976, p. 122). Para Calógeras (1960, p. 145), a crise de 1864 foi muito mais grave em suas consequências do que a crise de 1857, fazendo-se sentir por todo o Brasil. A falência da Casa do Souto & Cia. afetou cerca de dez mil credores, atingindo sozinho um passivo de 41.000 contos. Esses números ilustram o vulto da crise.

Os banqueiros que disponibilizaram créditos para os comerciantes e fazendeiros durante esse período encontraram dificuldades para receber as dívidas. Uma razão para isso é o fato da produção e das exportações de café no Rio, entre os anos de 1861 e 1864, terem caído cerca de 30%, devido principalmente à Guerra Civil nos Estados Unidos, um dos principais consumidores do produto brasileiro (BARRAGÁN; MARICHAL, 1996, p. 28). Em meio à forte retração da produção, muitos fazendeiros não puderam pagar suas dívidas, fazendo com que seus credores estivessem destinados a sofrer graves problemas.

Além disso, entre os anos de 1863 e 1864, aumentou a restrição de crédito no mercado de Londres devido à alta das taxas de desconto por parte do Banco da Inglaterra. Não tardou para que o mercado de letras de câmbio no Rio de Janeiro sentisse os impactos da medida. O mercado do Rio se via diante de uma saída de capitais dos bancos e casas bancárias da praça em direção às regiões de Recife e de Salvador, devido às necessidades financeiras geradas pelo tráfico de escravos e para a compra e venda de algodão, açúcar e tabaco. O algodão experimentou o auge de suas exportações durante esses anos devido a Guerra Civil dos Estados Unidos. A guerra civil reduziu a produção estadunidense e estimulou o cultivo em países como a Índia, o Egito e o Brasil (BARRAGÁN; MARICHAL, 1996, p. 29). A crise do Souto teve grande repercussão na praça do Rio de Janeiro, e segundo Lima (1976, p. 122):

[...] as perdas provenientes dessas quebras foram estimadas entre 65 mil e 70.000 contos, dando lugar a um enorme surto emissorista, a fim de acudir a praça em pânico. Só o Banco do Brasil prestou auxílio a bancos e banqueiros no valor de 34.119 contos e o montante das letras protestadas, entre setembro e dezembro de 1864, subiu a mais de 17.000 contos.

Em resposta à crise, o governo imperial emitiu o decreto de nº 3.306, de 13 de setembro de 1864, que permitia que o Banco do Brasil emitisse o triplo do fundo disponível, o decreto nº 3.307, de 14 de setembro de 1864, que estabeleceu o curso forçado dos bilhetes do Banco do Brasil e o decreto nº 3.308, de 17 de setembro de 1864, que regulava a falência das casas bancárias e dos banqueiros no prazo de 60 dias. Além disso, foi instaurada uma comissão, tendo frente o conselheiro Silva Ferraz, para averiguar as causas da Crise do Souto.

Assim como a crise de 1857, há diversas explicações sobre a crise de 1864. Foram apontadas como suas causas: o abuso do crédito e o excesso de emissão por parte dos bancos privados. O grande problema do abuso do crédito é que ele gerava a criação especulativa de empresas, o jogo de ações e o crédito fictício, um dos principais argumentos de políticos conservadores. Quando Souza Franco organizou novos bancos e legalizou os emissores existentes, ocorreu uma intensificação desses negócios e, como é natural nessas circunstâncias, um aumento dos “especuladores e aventureiros que agem em situações semelhantes” (LIMA, 1976, p. 99).

Com seu centro de operações no Brasil, era impossível para o Banco Mauá, MacGregor & Cia. não estar envolvido em crises como as de 1857 e a de 1864, sendo essa última a maior e mais grave enfrentada pelo banco. Nessa crise, o Banco Mauá, MacGregor & Cia., assim como outros bancos, como o Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro, recorreu ao Banco do Brasil para equilibrar seus balanços (GUIMARÃES, 1997, p. 52), tendo recebido

5.246:440\$136 no período de 10 a 30 de setembro de 1864 (BRASIL, 1865, p. 317), o que evitando sua falência. A tabela a seguir mostra a quantia diária ofertada pelo Banco do Brasil ao Banco Mauá:

Tabela 3 – Quantia fornecida pelo Banco do Brasil, em virtude das operações de descontos, ao Banco Mauá, MacGregor & Cia. (setembro de 1864)

Data (1864)	Descontos (em mil-réis)
12 de setembro	819:502\$596
13 de setembro	414:730\$502
14 de setembro	440:000\$000
15 de setembro	600:000\$000
16 de setembro	217:500\$000
17 de setembro	786:422\$558
19 de setembro	70:424\$620
20 de setembro	1.500:000\$000
21 de setembro	220:000\$000
23 de setembro	24:000\$000
24 de setembro	90:350\$860
30 de setembro	54:500\$000
Valor total	5.246:440\$136

Fonte: Brasil (1865, p. 315-317).

A Comissão de Inquérito da crise de 1864 (1865, p. 72) alegou em seu relatório que não havia dados suficientes para calcular os impactos gerados pelas falências daquela época, como ressaltou que “as perdas que acarreta uma crise não se limitam ao algarismo resultante da diferença entre o ativo e o passivo dos falidos”. No entanto, as consequências da crise foram sentidas pela queda do valor das ações de diversas companhias. As ações do Banco Mauá, MacGregor & Cia., por exemplo, passaram a ser vendidas a 750\$000, com uma redução de 250\$000 em relação ao preço anterior.

No entanto, a crise do Souto não foi a única turbulência enfrentada pelo Mauá, MacGregor & Cia.. Como dito anteriormente, essa crise coincidiu com o início da Guerra do Paraguai, que assolaria a América do Sul durante aproximadamente cinco anos (1864-1870). Em novembro de 1864 o Paraguai declarou guerra ao Brasil, invadindo uma região do Mato Grosso que ficou caracterizada como uma zona de disputa entre os governos envolvidos na disputa.

Imediatamente após o início da guerra, em 1º de maio de 1865, foi criada a Tríplice Aliança, formada pelo Brasil, Argentina e Uruguai. Após cinco anos de luta, a Guerra do

Paraguai terminou em 1º de março de 1870 após a morte de López¹⁰ em Cerro Corá. Desde os primeiros esforços de guerra feitos pelo Brasil os impactos puderam ser sentidos, demonstrando que a economia nacional estava despreparada para o conflito, além da escravidão que acentuava as fragilidades enfrentadas pelo Império (BESOUCHET, 1978, p. 137).

Enquanto isso, na região do Rio da Prata, a situação era bastante complicada. A economia do Uruguai atravessava um período delicado porque, segundo Besouchet (1978, p. 138), o General Venâncio Flores¹¹ continuava no poder, mesmo com toda a impopularidade, sob a garantia das tropas brasileiras. Acrescido a isso, a epidemia de cólera dizimava as populações, os preços dos produtos agrícolas estavam em baixa e a falta de transportes fazia as mercadorias se acumularem nas alfândegas. Nesse contexto, Flores foi assassinado e, levando em conta os aspectos políticos, a sua morte indicava que a Tríplice Aliança perdera um aliado.

A Guerra do Paraguai gerou uma grande mudança no cenário das atividades de Mauá. No Brasil os conservadores estavam no governo; no Uruguai, os nacionalistas; na Argentina assumira o governo Domingos Sarmiento¹² e, em Entre Rios, a revolução de López Jordan acabaria por assassinar Urquiza¹³. Na verdade, segundo Besouchet (1978, p. 145), a Tríplice Aliança nunca passou de uma dupla aliança entre o Brasil e a Argentina, pois a participação do Uruguai, governado por Venâncio Flores, não passava de um “comando de confiança” e foi relativamente pequena.

Em 31 de agosto de 1865, no Brasil, o Ministério Furtado substituía o de Zacarias¹⁴, sendo esse ministério de amigos pessoais de Mauá, assim como o Ministério de Olinda que substituiu em 3 de agosto de 1866 o de Furtado. Graças a esses ministros os interesses do Banco Mauá no Uruguai foram logo defendidos (BESOUCHET, 1978, p. 146).

¹⁰ Francisco Solano López Carrillo foi o segundo presidente constitucional da República do Paraguai (1862-1870). López foi Comandante das Forças Armadas e chefe supremo do seu país durante a Guerra do Paraguai.

¹¹ General Venâncio Flores era um chefe rebelde, que chegou ao governo uruguaio em 21/02/1865 após receber apoio do Brasil. Flores se tornou aliado do Brasil contra o Paraguai (Tratado da Tríplice Aliança – 01/05/1865).

¹² Jornalista, escritor e presidente da Argentina entre os anos de 1868 e 1874.

¹³ López Jordan foi um militar e político argentino, marcado por ter se rebelado contra o governo de Buenos Aires três vezes, e ter fracassado em todas elas. Além disso, era conhecido também por sua inimizade com Urquiza. Urquiza foi um general militar e político argentino, sendo presidente da Argentina entre 1854 e 1860.

¹⁴ Zacarias de Góis Vasconcelos foi um político e advogado brasileiro. Entre seus feitos, ele foi presidente das províncias do Piauí, Paraná e Sergipe. Além disso, Zacarias foi deputado pela Bahia, presidente da Câmara dos Deputados, senador, Ministro da Marinha, da Justiça e da Fazenda. Em 1864 Zacarias participa da fundação da Liga Progressista.

No Brasil, uma série de providências foi tomada por Mauá e seus sócios com a expectativa de diminuir o prejuízo enfrentado com a crise de 1864. A firma Carruthers de Castro & Cia. em Paris foi suspensa. Além disso, Mauá viajou para Londres onde propôs a fusão do Banco Mauá, MacGregor & Cia., no Rio de Janeiro, o Banco Mauá & Cia de Montevidéu e outras filiais e o *London and Brazilian Bank* em Londres e suas filiais no Brasil, de forma a gerar o banco inglês *The London, Brazilian and Mauá Bank Limited*.

A fusão dos bancos significava para Mauá um grande aporte de capital, que era de suma importância para a manutenção de seus negócios em meio à crise e à guerra. O London, Brazilian and Mauá Bank foi autorizado a funcionar pelo governo imperial por meio do decreto nº 3.567, de 20 de dezembro de 1865, e continuaria com os negócios bancários desenvolvidos pelos bancos fundidos. O London, Brazilian and Mauá Bank, seria tão grande que poderia competir diretamente com o Banco do Brasil (GAMBI; GUIMARÃES, 2020, p. 24).

O decreto nº 3.567 foi publicado no jornal *The Anglo-Brazilian Times* em 24 de dezembro de 1865 e salientava as condições às quais o banco deveria se sujeitar, sendo que a primeira delas era seguir as leis referentes aos estabelecimentos de mesma ordem e ser organizado como uma sociedade anônima, sendo que todas as questões que ocorressem no Império envolvendo esse banco e terceiros deveriam ser resolvidas no próprio Império. Outra disposição tratava do fato de que o banco e suas agências poderiam iniciar suas operações apenas depois de integralizar 25% do seu capital, ou seja, 1.250.000 libras.

Projetada para durar 20 anos a fusão não prosperou. Em 5 de dezembro de 1866¹⁵, Mauá apresentou um relatório aos sócios comanditários explicando que a causa do fracasso da fusão estava ligada à crise financeira da praça do Rio de Janeiro e à insegurança dos sócios comanditários do banco, que desconfiavam da real situação dos negócios bancários de Mauá, principalmente devido à Guerra do Paraguai, que afetara diretamente a atividade do banco. Acrescido a esse fato, a situação do Banco Mauá, MacGregor & Cia. no Rio de Janeiro e em suas filiais na região do Prata. Tudo isso levou desconfiança também aos sócios do *London and Brazilian Bank*, que perceberam as dificuldades enfrentadas por Mauá (GUIMARÃES, 1997, p. 257).

¹⁵ Segundo Kindleberger (2013, p. 62-96), a crise de 1866 foi o final da crise que começou em 1864. O autor trata a crise como o “resultado no atraso do colapso de 1864 dos preços do algodão”, que havia levado pânico para a França e para a Grã-Bretanha que havia sofrido “momentos críticos” em 1864. Vc não falou nada de crise internacional em 1864, falou? E aqui a referência é a uma crise internacional. Essa nota só faz sentido se vc mencionar antes a crise internacional. Do contrário, é um problema de articulação. E, veja melhor, porque em 1866 houve uma crise na Inglaterra com a falência da Overend Gurney. Reveja esta nota.

Com o fim do prazo da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia. em dezembro de 1866 e com a fusão dos bancos fracassada, Mauá (2011, p. 247), assumiu que o seu capital estava bastante deteriorado devido às crises enfrentadas e propôs o fim da sociedade aos sócios comanditários. Essa liquidação o levou a organizar de uma nova sociedade denominada Banco Mauá & Cia. Todos os ativos de Mauá, inclusive seus bens pessoais foram concentrados nessa sociedade. Em suas próprias palavras:

Nessa ocasião, dominado por excessivos escrúpulos de consciência, por não terem sido todas as operações da casa bancária realizadas no rigor das estipulações do contrato social (ficando aliás ao meu cargo a maior proporção dos prejuízos), fiz aos sócios comanditários uma proposta excepcional. Essa proposta foi, como é sabido, de aglomerar os meus valores bem representados dentro e fora do Brasil e constituir uma nova sociedade, de cujos benefícios eu desistia, até ficar recomposto o capital perdido da antiga sociedade¹⁶ (MAUÁ, 2011, p. 247).

Encerramos este capítulo acompanhando a trajetória das instituições financeiras de Mauá anteriores ao Banco Mauá & Cia.. Em resumo, Mauá iniciou suas atividades bancárias em 1850 com o “Banco do Brasil” e, logo em seguida, sua atividade bancária sofreu a primeira intervenção do Estado por meio da fusão com o Banco Comercial do Rio de Janeiro em 1853. Após essa fusão, iniciou-se a trajetória do Banco Mauá, MacGregor & Cia., que passou por duas crises severas: a de 1857, na qual auxiliou o Estado na sustentação do câmbio, e a de 1864, da qual saiu em dificuldade. O Banco Mauá, MacGregor & Cia. tentou se recuperar da segunda crise tentando se associar ao *London and Brazilian Bank*, mas não obteve sucesso. Acrescido a todas essas contrariedades, o tempo de duração do banco, previsto em seus estatutos, terminou e, nesse momento, frente às dificuldades enfrentadas pela instituição, Mauá sugeriu aos seus sócios o fim do Mauá, MacGregor & Cia. e a criação de seu mais importante banco: o Mauá & Cia.

¹⁶ Os prejuízos sofridos com as crises de 1857 e 1864 absorveram a reserva e parte do capital de 6.000 contos do Banco Mauá, MacGregor & Cia.. É com esse cenário que Mauá resolve concentrar todos os seus estabelecimentos bancários e empresas existentes, tanto no Brasil quanto no exterior, e os seus bens pessoais, formando uma nova sociedade, o Banco Mauá & Cia.

Fotografia 1 - O Barão de Mauá



Fonte: Autor desconhecido conforme Ganns (2011, p. 23).

Nota: O Barão de Mauá em 1868, autor desconhecido. Em sobreposição, assinatura do Barão de Mauá, feita em litografia, na data de 1861.

3 BANCO MAUÁ & CIA.: SUA HISTÓRIA E SEU AUGE (1867-1873)

3.1 O BANCO MAUÁ & CIA. NO URUGUAI

Este capítulo mostrará como o Banco Mauá & Cia. foi criado, como ele funcionava e sua atuação no exterior. Para tanto, a ordem cronológica deverá ser um pouco quebrada para que possamos inserir a história do Banco Mauá de Montevideu no enredo. É importante destacar o forte elo desempenhado pela filial do Uruguai nos negócios financeiros de Mauá. Aqui poderemos vivenciar como os acontecimentos históricos e até mesmo as políticas econômicas de outros países estão intimamente ligados, formando um emaranhado de fatores que levariam à falência de sua derradeira instituição bancária.

Iniciaremos a reconstituição histórica alguns anos antes do Banco Mauá & Cia. surgir na praça do Rio de Janeiro, pois, como mencionado, Mauá já possuía uma casa bancária com esse nome no Uruguai desde 1857. Dessa forma, o leitor será situado no contexto uruguaio, país em que os negócios de Mauá interferirão de maneira decisiva na sua falência.

Na avaliação do próprio Mauá, o Uruguai encontrava-se, no século XIX, em meio a crises políticas, financeiras e econômicas. Em suas palavras: “o país era um verdadeiro cadáver político, econômico e financeiro, [...], só a ocupação brasileira e os novos auxílios do Brasil durante alguns anos salvaram essa nacionalidade de uma dissolução completa” (MAUÁ, 2011, p. 229). Faria completa a avaliação de um quadro desolador ao comparar o Uruguai a “um campo pelado, com uma população, generosamente calculada, então em 220.000 habitantes, dos quais 50.000 em Montevideu”.

Mesmo assim, Mauá atuou no país vizinho em 1850 oferecendo crédito ao governo para o pagamento da sua dívida pública, assim como peças de artilharia (BESOUCHET, 1978, p. 54). Messias (2015, p. 72), destaca que em 1852 o governo uruguaio tomou um empréstimo de 45 mil pesos e, em 1853, outro empréstimo de 84 mil pesos diretamente com Mauá.

Apesar dessas atuações, Mauá criou sua casa bancária no Uruguai apenas em 1856, que se caracterizava por ser um estabelecimento que exercia funções de banco privado, sem a tutela do Poder Executivo e sem direito a emissão (OLIVEIRA, 2018, p. 30). Em 1857,

juntamente com o Dr. Andrés Lamas¹⁷, Mauá discutiu o projeto que, após obter autorização oficial, daria origem ao Banco Mauá & Cia. de Montevideu. Soares (1957, p. 153) destaca a confiança de Mauá em realizar grandes investimentos no Uruguai e avalia que sua intenção não era criar um banco pequeno ou uma casa bancária, mas um grande banco. Essa confiança poderia ser explicada, segundo o mesmo autor, pela expectativa de bons negócios e da recuperação e crescimento da economia do país.

A instalação do Banco Mauá & Cia. foi autorizada em 2 de julho de 1857, de acordo com a lei nº 527, com o capital de 1.200.000 pesos, podendo ser elevado a 6.000.000, sendo que o banco poderia emitir até o triplo do capital em bilhetes pagáveis em ouro e à vista (LIMA, 1933, p. 192). É preciso que o leitor guarde essa informação, pois ela será posteriormente questionada. O próximo parágrafo representa um resumo dos principais trechos da lei que autorizava o funcionamento do Banco Mauá & Cia. no Uruguai.

O Banco Mauá constituiu-se legalmente como uma sociedade de responsabilidade limitada prevista para realizar operações de depósitos, descontos e emissão de vales e bilhetes. Os bilhetes emitidos pelo banco deveriam possuir um valor mínimo de uma onça de ouro selada e a emissão desses bilhetes menores poderia corresponder apenas a dez por cento do seu capital efetivo. Além disso, a emissão de vales e bilhetes não poderia exceder o triplo do capital efetivo. Como mencionado, os bilhetes do banco tinham que ser pagos à vista e a falta de pagamento acarretaria na suspensão e liquidação das transações. Por fim, o banco deveria emitir um balanço resumido do seu estado mensalmente. Estabelecidas as regras de funcionamento, o Banco Mauá ganhou a confiança do público e gozou de enorme crédito e influência no Rio da Prata.

Entretanto, enfrentou uma ferrenha concorrência do Banco Comercial, criado em 13 de julho de 1857. Esse banco possuía um capital nominal de 600.000 pesos, a metade do que apresentava inicialmente o Banco Mauá, e a possibilidade de elevar o capital até 2.000.000 de pesos (LIMA, 1933, p. 294). Apesar do Banco Comercial ser menor, ele se tornou concorrente do Banco Mauá, visto que, no final da década de 1850, esses eram os únicos dois bancos existentes no Uruguai.

¹⁷ Andrés Lamas foi designado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Uruguai no Império brasileiro. Jornalista, bibliófilo, historiador, polígrafo e político uruguaio, Lamas permaneceu como diplomata da Corte por mais de vinte anos (LIMA, 2016, p. 12).

Enquanto o Banco Comercial era cauteloso em sua política de emissão, foi o banco de um brasileiro que mais se aproximou do governo e tornou-se o principal fornecedor de crédito ao Tesouro. Essa aproximação com o Estado poderia gerar perdas ou ganhos, variando de acordo com as circunstâncias políticas. No caso do Uruguai, segundo Etchechury (2013, p. 275), ela traria problemas futuros ao banco, o que contribuiria para sua falência, como será tratado nesta dissertação.

No final da década de 1850 o Banco Mauá e o Banco Comercial já eram considerados as principais fontes de renda doméstica e de crédito para os governos da época no Uruguai, consolidando assim um sistema monetário bimetálico de prata e de ouro, ao qual juntaram as notas conversíveis dos dois bancos citados. Em outras palavras, os bancos uruguaios não só auxiliavam o governo no crédito, mas também influenciavam na oferta de moeda daquele país. As moedas de ouro que circulavam no Uruguai eram compostas por uma miscelânea de origens, não se restringindo apenas as onças latino-americanas e espanholas, mas também as moedas brasileiras de 5.000, 10.000 e 20.000 réis, sendo as mais numerosas da época, o que segundo Etchechury (2013, p. 277), demonstrava uma forte aproximação financeira estabelecida desde 1850 com a praça do Rio de Janeiro.

A prata que circulava no Uruguai também possuía várias origens, desde os pesos bolivianos, peruanos, chilenos, até o dólar e os francos da Bélgica, Sardenha e da França (ETCHECHURY, 2013, p. 277). Os Bancos Mauá e Comercial emitiram onças e *patacones* com suas frações correspondentes ($\frac{1}{2}$, $\frac{1}{3}$, $\frac{1}{8}$, $\frac{1}{4}$, $\frac{2}{3}$), que neste último caso valiam menos do que seu equivalente de prata.

Segundo Etchechury (2013, p. 420), Mauá apresentava uma dualidade na sua trajetória financeira, visto que, em alguns momentos ele atuava como um agente do Império do Brasil, e aproveitando o apoio político fornecido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, implantava sua rede financeira privada ao longo da bacia do Rio da Prata. Em outros momentos, seus negócios eram fundamentais para o Uruguai, tornando o país mais dependente de um financista brasileiro.

Na mesma linha de Etchechury, Lima (1933, p. 293) avalia que o “pecado capital” do Banco Mauá se originaria do fato dele ter nascido das dificuldades financeiras do Estado uruguaio, pecado esse que posteriormente afetaria não só suas atividades, mas também criaria um conflito com os interesses daquele país. O “pecado capital” mencionado por Lima foi denominado por Mauá como o “pecado original” da sua falência:

[...] tive em seguida que entranhar-me nas veias econômicas enfraquecidas dessa sociedade, criando em seguida os perigos que em 1868 produziram o primeiro choque violento na posição da Casa Mauá. – Ao **pecado original**, de ter posto pé nesse país, fui sem dúvidas arrastado por motivos nobres; [...]. Na época em que dei esses passos as sobras do meu ativo punham-me a coberto de qualquer eventualidade (MAUÁ, 2011, p. 125, grifo nosso).

De fato, a proximidade do banco com o Estado abria espaço para questionamentos. Desde a sua fundação começaram a circular em Montevidéu rumores de que Mauá havia corrompido os políticos e, para além disso, que o interesse do banco era servir a planos expansionistas do Império brasileiro. No entanto, as atividades do Banco Mauá tiveram um retorno positivo e rápido em Montevidéu. De maneira inquestionável o Banco Mauá era o maior banco do Uruguai (SOARES, 1957, p. 173).

A filial do Banco Mauá em Montevidéu era responsável pela administração dos subsídios imperiais em Montevidéu. A partir desse momento, Mauá passou a instalar uma série de filiais no interior do Uruguai e, em 1858, criou uma unidade do banco no Rio Grande do Sul, a fim de ampliar o espaço de circulação das notas e moedas emitidas pela matriz. Etchechury (2013, p. 446) explica que esse sistema bancário de depósitos, emissões e descontos de letras estava intimamente ligado à pecuária, beneficiando-se das taxas de câmbio divergentes entre as praças. Segundo o mesmo autor, a criação do Banco Mauá levou ao desaparecimento dos credores individuais que até então monopolizavam a concessão de empréstimos na região.

Como vimos, o banco também manteve negócios com diversos governos. Entre 1856 e 1865, o Banco Mauá de Montevidéu tornou-se credor dos governos de Gabriel Ferreira e Bernardo Berro como veremos mais detalhadamente adiante. Em 1857, por exemplo, o Banco Mauá assinou um contrato para negociar uma redução da dívida pública uruguaia. O objetivo era reduzir esse montante até um valor que não comprometesse todo o produto interno do país apenas com pagamento de juros e amortizações. Mauá conseguiu reduzir a dívida, o que só foi possível devido à péssima situação econômica que atravessava o país e, não menos importante, a aceitação dos credores da dívida (SOARES, 1957, p. 179).

A seguir, apresenta-se uma tabela com o crescimento da dívida pública no Uruguai até 1856, sua queda brusca em 1860 e sua retomada em 1864, ano que se iniciou a Guerra do Paraguai:

Tabela 4 – Crescimento da dívida pública no Uruguai de 1829 a 1893

Ano	Valor (\$)	Governo
1829	153.000	Rondeau
1835	2.081.000	Oribe
1840	5.128.378	Rivera-Suarez
1856	60.000.000	Pereyra
1860	2.726.880	Berro
1864	13.247.080	Aguirre
1868	23.657.354	Flores

Fonte: Soares (1957, p. 180).

Ao analisar essa tabela podemos ver a redução da dívida obtida com a ajuda de Mauá. A dívida uruguaia, que em 1840 estava em um patamar de 5.128.378 de pesos, 16 anos depois, durante o governo Pereyra, atingia os 60.000.000 de pesos. Quatro anos após o acordo celebrado com Mauá, a tendência de aumento foi revertida e a dívida ficou reduzida a 2.726.880 pesos. Com a dívida equacionada, a economia uruguaia progredia e muito desse progresso era devido a atuação de Mauá com seu estabelecimento bancário da praça de Montevideú (SOARES, 1957, p. 203). Esse serviço prestado pelo Banco Mauá para o Uruguai marcou o início de toda a trajetória da instituição nesse país.

Desde então o Banco Mauá teve um considerável crescimento. Em seis anos o banco e o Uruguai se encontravam em uma situação econômica estável. O banco possuía depósitos superiores a 10.000.000 de pesos e suas notas eram recebidas com preferência ao ouro (MAUÁ, 2011, p. 230). Já o governo uruguaio não possuía nenhum título da dívida novo em circulação. Entretanto, esse período de bonança não durou muito tempo.

A partir de 1861 o Banco Mauá passou a extrapolar o seu nível de emissão em relação ao nível de encaixe, deixando o banco cada vez mais a descoberto ao decorrer dos meses. A tabela abaixo compara a emissão e o encaixe do Banco Mauá e do Banco Comercial para termos uma ideia do montante de suas operações:

Tabela 5 – Banco Mauá e Banco Comercial – emissões e encaixes

Data	Banco Mauá			Banco Comercial		
	Emissão (\$)	Encaixe (\$)	Excedente*	Emissão (\$)	Encaixe (\$)	Excedente*
1859 - Dezembro	697.683	417.871	-279.812	722.035	427.433	-294.602
1859 - Dezembro	909.051	878.825	-30.226	777.980	549.591	-228.389
1861 - Junho	1.066.334	827.645	-238.689	890.705	513.644	-377.061
1861 - Outubro	851.486	504.877	-346.609	516.687	642.587	125.900
1862 - Junho	1.277.040	738.906	-538.134	692.989	490.107	-202.882
1862 - Outubro	1.423.734	826.158	-597.576	689.989	560.721	-129.268
1863 - Janeiro	1.442.922	523.501	-919.421	573.440	419.354	-154.086
1863 - Março	1.575.847	615.148	-960.699	597.181	437.799	-159.382
1863 - Outubro	1.879.116	987.313	-891.803	706.926	1.020.262	313.336
1863 - Novembro	1.778.960	829.470	-949.490	761.879	1.128.320	366.441
1864 - Janeiro	2.155.367	872.232	-1.283.135	928.021	902.726	-25.295

Fonte: Soares (1957, p. 228).

Nota: *Corresponde a diferença entre os valores de encaixe e de emissão.

Quando analisamos a tabela e vemos os valores de excedente notamos que em raros momentos o Banco Mauá conseguiu um saldo melhor do que o do Banco Comercial. A partir de outubro de 1861, pelo que podemos observar, os dois bancos passam a tomar medidas opostas. Enquanto o Banco Mauá emitia somas cada vez maiores do que seus encaixes, o Banco Comercial passou a apresentar níveis de emissão mais próximos dos seus níveis de encaixe, sendo que, em alguns meses o banco encerrou seu excedente com um saldo positivo.

É preciso ter em mente que em momentos de crise era o Banco Mauá quem auxiliava o governo uruguaio. Para se ter uma ideia, em 1862, no orçamento geral da Nação, havia a rubrica “Despesas eventuais (Banco Mauá, \$1.307.875)” (SOARES, 1957, p. 230). Devoto (1976, p. 241) destaca que a elevada emissão feita pelo Banco Mauá, acrescida com a relação do banco com o governo uruguaio fez com que a instituição se tornasse um verdadeiro “Banco Nacional”. Como mencionado, essa relação e o fato de ser um banco estrangeiro logo repercutiram politicamente. Rebello (1932, p. 111-112) resume a forma como Mauá ia se ligando às pessoas de influência no Uruguai e na Argentina:

[...] banqueiro do Estado vai Mauá contraindo e fortalecendo afeições. Sabe como os negócios se fazem; neles se vai metendo com a gente poderosa do país. A empresa que se forma para a reorganização do serviço de iluminação a gás da cidade de Montevidéu, de cujos lucros participam, tem a frente Herrera y Obes, Castellanos e outros; a que prepara a ligação do Uruguai com o Brasil e a República Argentina, pelo telégrafo, “obra de sua influência”, tem a frente um filho de Lamas.

Os laços políticos e sociais de Mauá fizeram com que os anos de 1857 até 1865, apesar das críticas, fossem relativamente tranquilos sob o ponto de vista político, sendo que os manifestos revolucionários de Flores iriam chamar esse período de “uma paz enervadora”. No entanto, o Banco Mauá passou a enfrentar nesse período uma crescente concorrência, tornando esse cenário contraditório com o enfrentado politicamente. Em 1860 foram criados mais dois bancos: o Banco Comercial del Sallo com capital de 50.000 pesos, que podia elevar-se até 500.000 pesos, e o Banco Comercial de Paissandu, que atingiu o capital de 500.000 pesos. Em 1863 surgiu o Banco Londres e Rio da Prata que, dois anos depois, tentaria a fusão com o Mauá, MacGregor. Após 1865, surgem o Banco de Navia, o Montevideano e Italiano.

Em 1863, o general Flores liderou uma revolução que trouxe à tona a guerra civil uruguaia. Tal acontecimento comprometeu os esforços de Mauá e do governo para ajustar as finanças públicas. Para enfrentar a Guerra Civil iminente, o governo necessitava mobilizar dez mil homens, arma-los, municia-los e vesti-los, sendo esses gastos extraordinários para recursos mínimos. A saída passava pelo endividamento, mas o crédito do país estava em baixa. Apareceram apenas quatro credores particulares, sendo o maior deles D. Henrique Platero, que emprestou 70.000 pesos, e o Banco Comercial, que cedeu um empréstimo de 250.000 pesos com juros altíssimos. Mais uma vez o Banco Mauá auxiliou o governo e subscreveu 2.500.000 pesos (FARIA, 1933, p. 298).

O governo brasileiro apoiou o General Venâncio Flores, o que não agradou a Mauá e o motivou, sem sucesso, a convencer o gabinete imperial a mudar sua política. O fato era que Mauá, por ser diretamente ligado ao governo uruguaio, não podia aceitar medidas de apoio ao General Flores, já que este tentava dar um golpe no governo que estava no poder (MESSIAS, 2015, p. 79). Foi nesse contexto que, em novembro de 1863, Mauá articulou um novo empréstimo ao governo uruguaio, com o intuito de fornecer até 6.000.000 de pesos. Em dezembro um decreto autorizou Mauá a resgatar parte da dívida interna depositada em seu banco de Montevidéu, reduzindo em pouca medida a dívida do governo para com o banco.

A revolução de Flores obrigou o Banco Mauá a aumentar o crédito concedido ao Uruguai. Quando a guerra iniciou, o banco possuía 5.600.000 de pesos em títulos uruguaios, o que correspondia a mais que o dobro de seu capital de 2.500.000 de pesos ou o equivalente a 2.500 contos de réis (CALDEIRA, 2014, p. 443). Era evidente que, ao tomar o lado do governo, o banco assumia um grande risco financeiro e político que se agravava ainda mais com o avanço de Flores na guerra civil.

Em 1864, no último ano do governo de Bernardo Berro, o Banco Mauá passou a aumentar desproporcionalmente a emissão de seus bilhetes em relação as suas reservas de ouro e o Banco Comercial passou a seguir política oposta a de Mauá, como demonstrado anteriormente. A grande diferença estava ligada ao fato do Banco Mauá receber pedidos constantes do governo uruguaio para atender a gastos públicos, o que fazia o banco emitir mais do que “a prudência dos negócios o permitia” (SOARES, 1957, p. 229). O fato era que o Banco Mauá foi um dos pilares do plano de recuperação financeira articulado pelo governo de Berro, contribuindo com o Estado para conter a revolução de Flores.

Segundo Caldeira (2014, p. 443), qualquer uruguaio que presentisse a vitória rebelde acreditava que o Banco Mauá não seria bem visto pelo governo de Flores. Durante as primeiras notícias de avanço do exército guerrilheiro muitos de seus credores exigiram seu capital e antes mesmo das tropas chegarem à Montecidéu, o banco já havia sido arrasado pela saída de recursos. O governo, já quase sem sustentação, se ocupou de tornar ainda mais complicada a situação de Mauá: apesar de ter suspenso a conversão das notas do banco por seis meses com o intuito de frear uma corrida bancária, o governo reteve 250.000 pesos do banco, o que debilitou ainda mais a situação da instituição.

Mesmo debilitado, o Banco Mauá continuava sendo a principal e a mais forte instituição bancária do Uruguai. No final das contas, a revolução foi bem sucedida e Flores tomou posse como presidente em 20 de fevereiro de 1865. No entanto, ao contrário do que se especulava, o governante não demorou muito tempo para se aproximar do Banco Mauá. Segundo Caldeira (2014, p. 444), tal atitude foi pragmática, pois seria complicado governar um país que sofria uma crise econômica causada pela guerra civil, e, para evitar dificuldades ainda maiores, em vez de destruir o Banco Mauá o governo de Flores passou a protegê-lo:

Flores não podia guerrear diretamente com um banco que tinha ativos do tamanho das exportações do país (12.000 contos de réis), agências no interior – e principalmente, o banco que manejava todos os recursos do governo, além de carregar a dívida pública do país. Por isso criou a fachada de apoio oficial. Mas não tinha esquecido seus ressentimentos contra o adversário, tratou de mimá-lo como

podia. Duas semanas depois do apoio no relatório oficial, no mesmo momento em que se aliava ao Brasil e à Argentina para fazer guerra ao Paraguai, Flores soltou um decreto facilitando a criação de novos bancos. Em poucos meses, ainda em meio a uma crise que impedia a volta da conversibilidade dos bilhetes em ouro, havia mais quatro concorrentes para Mauá em Montevideu. (CALDEIRA, 2014, p. 444).

Após esses fatos, a quase imediata assinatura do Tratado da Tríplice Aliança entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai, em 1º de maio de 1865, e a consequente abertura das operações combinadas de guerra contra o Paraguai deram início a um novo ciclo de endividamento externo combinado com empréstimos e operações em bancos locais. Em 8 de maio de 1865, foi assinada uma convenção em Buenos Aires pela qual o Império do Brasil emprestaria 600.000 pesos em notas sacadas do Tesouro brasileiro e apresentadas em conta corrente ao Banco Mauá de Montevideu destinadas a "vestir, reunir e pagar pelo menos quatro a cinco mil homens que devem marchar contra o atual Governo do Paraguai de acordo com o Tratado de Aliança" (ETCHECHURY, 2013, p. 447). Em 22 de novembro daquele ano, outro protocolo foi assinado pelo qual os cofres do Império forneceriam como empréstimo 200.000 pesos, também destinados a apoiar o exército no campo.

A crise inglesa de 1866, mencionada em nota anteriormente, acrescida da diminuição das compras brasileiras gerou uma segunda corrida contra o Banco Mauá. E em apenas uma semana, 60% do capital, o que equivalia a 1.500.000 de pesos, foram retirados do banco. Como o Banco Mauá era o único banco no território uruguaio em que o governo daquele país conseguia crédito, para auxiliá-lo, decretou novamente a inconvertibilidade, sob a crítica de todos os concorrentes. Esse decreto foi lançado em um momento de pânico e gerou vários protestos, principalmente entre as classes mais conservadoras de Montevideu. Enquanto isso, o Banco Mauá viu-se imerso em dificuldades causadas pelo excesso de emissões. No momento em que se baixou o decreto de inconvertibilidade, os principais bancos da praça de Montevideu encontravam-se na seguinte situação:

Tabela 6 – Situação dos principais bancos uruguaiois (1866)

	Encaixe (\$)	Emissão (\$)
Banco Mauá	866.820	2.787.938
Banco Comercial	426.910	621.617
Banco Montevideano	159.850	318.830
Banco de Londres	307.871	220.600
Banco Navia	184.015	88.656

Fonte: Soares (1957, p. 255).

Ao analisar esses números é fácil constatar que o Banco Mauá era o de maior emissão, devido à instituição ser fornecedora de recursos para o governo. O Banco Comercial fica em segundo lugar, sendo que suas emissões equivaliam a aproximadamente $\frac{1}{4}$ das emissões feitas pelo Banco Mauá. Em seguida, temos o Banco Montevideano, com cerca da metade do valor equivalente às emissões do Banco Comercial. O Banco de Londres e o Banco Navia eram os únicos bancos que possuíam seus valores de emissão abaixo dos valores dos encaixes.

Seis meses depois do aperto a conversão das notas em metal foi restabelecida, sendo que os bancos retomaram suas operações normais entre dezembro de 1866 e dezembro de 1867. Entretanto, a situação da praça de Montevideu não apresentava melhora. Apesar de a crise atingir todos os bancos, ela afetava duramente o Banco Mauá, sendo a principal causa o desequilíbrio gerado entre os encaixes e suas obrigações exigíveis. Nesse quadro, o governo suspendeu novamente a conversão em metal por seis meses, até maio de 1868.

Enquanto isso, no Brasil, Mauá suspendia, por iniciativa própria, as negociações da fusão do Banco Mauá, MacGregor & Cia. com o *London and Brazilian Bank*, sob o nome de *London, Brazilian and Mauá Bank*. Com o revés da fusão no Brasil e dificuldades no Uruguai, em 1866, chegava ao fim o tempo de funcionamento previsto para o Banco Mauá, MacGregor & Cia.. Nesse momento, Mauá propôs a criação de seu derradeiro banco brasileiro: o Mauá & Cia, nome sob o qual reorganizaria seus negócios financeiros, inclusive seu banco no Uruguai.

3.2 O BANCO MAUÁ & CIA. NO BRASIL

A história do Banco Mauá & Cia. de Montevideu se junta agora à história do banco de mesmo nome criado no Brasil em 1866. É interessante destacar que, a partir desse momento, o banco uruguaio, apesar da sua trajetória anterior, passa a ser uma filial do banco recém-criado no Brasil e seus negócios passam a se confundir com os da matriz no Brasil. A nova empresa reuniria todos os negócios bancários de Mauá, sendo que o banco possuía filiais em Londres, Manchester, Paris, New York, além de várias cidades do Brasil, Uruguai e Argentina (MINADEO, 2005, p. 13).

Mauá alocou seus bens pessoais como garantia adicional do capital do novo empreendimento, sendo que, durante três anos, todas as rendas da sua fortuna pessoal seriam empregadas na manutenção da nova empresa. Nesse período Mauá trabalharia para seu banco

abrindo mão de seu salário; além disso, e não menos importante, se ao final desses três anos, os sócios minoritários não fossem ressarcidos de todo o dinheiro empregado na empresa, teriam o direito de vender suas cotas em valor nominal e o montante seria pago com recursos pessoais de Mauá (CALDEIRA, 2014, p. 438).

Ao reunir em uma só conta todas as participações que Mauá detinha em outras empresas tornou-se público, pela primeira vez, o valor total dos seus empreendimentos. Apesar dos prejuízos das crises de 1864 e 1866, quatro empresas liquidadas¹⁸, e a venda de uma grande companhia¹⁹, Mauá acumulou uma significativa riqueza. Os ativos totais de Mauá eram de 115.000 contos de réis, o que equivalia a cerca de 60.000.000 de dólares. Esse montante correspondia ao dobro das exportações de café de 1866 e uma vez e meia o total das receitas do governo (CALDEIRA, 2014, p. 439).

Depois da tentativa frustrada de fusão e do fim do prazo de funcionamento do Banco Mauá, MacGregor & Cia., Mauá propôs a criação de um novo banco para os sócios do empreendimento anterior, os quais prontamente aceitaram a proposta. No dia 1º de janeiro de 1867 nascia o Banco Mauá & Cia. no Brasil, com um único sócio responsável: o Barão de Mauá. Porém, como advertiu Caldeira (2014, p. 438), Mauá “tinha um fantasma pela frente: o Banco Mauá & Cia. nascia não para crescer, mas para diminuir”. E foi mais ou menos o que aconteceu. Como acompanharemos no decorrer desse estudo, o Banco Mauá passou por diversos contratemplos durante seu período de existência, declarando moratória em 1875 e falência em 1878.

O Banco Mauá & Cia. possuía em 31 de dezembro de 1867 um ativo de 105.186:879\$206, como mostrado na tabela 7. Mesmo após sofrer dois choques, continuava uma instituição de crédito de referência na América do Sul. Para se ter uma ideia, o Banco do Brasil, com 33.000:000\$ de capital realizado, com emissão inconversível de 82.000:000\$, quando enfrentou dificuldades e depois de destruídos os elementos de crédito, conseguiu obter ingressos de depósitos iguais aos do Banco Mauá e suas filiais em seus dias de prosperidade (MAUÁ, 2011, p. 252).

Logo após a formalização do acordo de criação do empreendimento, Mauá começou a organizar os ativos do banco. Os desfalques no ativo vinham da crise de 1864, quando os gerentes do Banco Mauá, MacGregor & Cia. recorreram ao Banco do Brasil para uma série de retiradas, como apresentado na tabela 3. Mauá inicialmente considerou o prejuízo suportável, porém, decorrente de uma má avaliação de riscos, foi constatado que os danos não se

¹⁸ A Ponta da Areia, Monte Áureos, Fluminense de Transportes e a Companhia dos Diques Flutuantes.

¹⁹ A Companhia de Iluminação à Gás do Rio de Janeiro.

limitavam às dívidas com o Banco do Brasil. Devido à crise muitos clientes deixaram de pagar suas dívidas com a empresa, o que refletiu, anos depois, em uma carteira cheia de dívidas podres, com devedores crônicos que faziam de tudo para evitar o pagamento de seus compromissos.

A situação era tão crítica que, em vez de reaver o dinheiro ao qual o Banco Mauá tinha direito, Mauá recebia imóveis difíceis de vender, entre eles três fazendas. Para conseguir revender essas fazendas com algum lucro, Mauá passou a melhorar a administração das terras empregando tecnologia e o trabalho de colonos estrangeiros. Foi assim que, lentamente, Mauá também entrou no setor agrícola.

O rastro de devedores deixados em dificuldade pela crise no Brasil tornava o projeto de fortalecer o capital do banco um verdadeiro desafio em que maus negócios iam se acumulando. O capital bom do banco, que poderia ser usado em outros negócios, era sacrificado devido às dificuldades em liquidar créditos e repor os prejuízos com as descobertas de créditos duvidosos.

As dificuldades enfrentadas logo no início das atividades eram dignas de preocupação. A ampliação dos negócios no Brasil, Uruguai e Argentina, a captação de dinheiro barato em Londres e as operações cambiais, que eram as principais fontes de lucro do banco, estavam prejudicadas devido à Guerra do Paraguai. A guerra prejudicava até mesmo a tarefa mais básica, porém essencial, para o banco: cobrar os devedores e vender os ativos, sendo que boa parte desses ativos, o que correspondia a 17.000 contos, se referiam a ações de outras empresas de Mauá que apresentavam problemas sérios²⁰ (CALDEIRA, 2014, p. 439).

Em 31 de dezembro de 1867, apesar dos problemas, a situação do banco ainda poderia ser sustentada. A tabela 7 mostra que os depósitos, em contas correntes, da casa central e de todas suas filiais era de 36.173:940\$296, sendo esse o principal item do passivo. Além dos depósitos, o montante de letras a prêmio também se destacou no passivo, atingindo a soma de 11.529:736\$230. O passivo referente as casas filiais apresentava o montante de 20.248:973\$272, valor superior ao ativo, que somava 15.988:216\$394. O valor referente as emissões no Uruguai e na Argentina também se destaca, atingindo o montante de 10.579:212\$511, o que representava cerca de 9% do total do passivo.

²⁰ Entre as contas a receber estavam as 497.000 libras do calote Santos-Jundiaí, pendentes da justiça e 12.000 contos de réis em imóveis que dificilmente seriam vendidos pelo valor contabilizado.

Tabela 7 - Resumo dos balanços das Casas Mauá & Cia, em 31 de dezembro de 1867
compreendendo a matriz e todas as suas filiais

Ativo		Passivo	
Quinhões a emitir	10.000:000\$000	Capital	20.000:000\$000
Liquidação de Mauá, MacGregor & Cia.	6.394:689\$238	Fundo de Reserva	1.874:249\$991
Fundos públicos e ações	17.634:090\$978	Lucros e perdas	1.250:174\$725
Imóveis	12.731:247\$380	Emissões no Uruguai e na Argentina	10.579:212\$511
Contas Correntes	26.424:554\$414	Contas correntes	36.173:940\$296
Letras a receber	9.158:298\$623	Letras por dinheiro a prêmio	11.529:736\$230
Casas filiais	15.988:216\$394	Letras a pagar	10.518:666\$480
Diveros Valores	3.646:475\$889	Casas filiais	20.248:973\$272
Caixa	13.209:306\$290	Diversos valores	3.011:925\$701
	115.186:879\$206		115.186:879\$206

Fonte: Mauá (2011, p. 275).

Enquanto isso, no Uruguai, o “desgoverno” de Flores contra os elementos políticos e financeiros foi, segundo Mauá (2011, p. 234), o motivo pelo qual sua economia viria a entrar em colapso novamente. Os créditos concedidos pelo Banco Mauá ao governo uruguaio aumentavam a cada dia, traçando o destino do banco e entrelaçando-o com o destino daquele país. Durante todo o ano de 1867, a situação da economia tinha piorado por ali, como dito anteriormente. A primeira crise bancária registrada na história uruguaia iniciou-se justamente nesse ano, marcada pela inconversibilidade das notas dos bancos e por um déficit comercial persistente, produto de uma queda no valor das exportações e um crescimento das importações, comprometendo toda a base metálica que assegurava a emissão circulante (YAFFE, 2003, p. 21). Além disso, havia um crônico déficit fiscal ligado à prática de solicitar empréstimos aos bancos da praça que recebiam em troca títulos da dívida pública. Dessa forma, a emissão de papel moeda aumentava continuamente sem que as reservas de ouro a acompanhassem. O Banco Mauá foi um dos mais prejudicados por essa prática, na medida em que era um dos maiores credores do governo uruguaio.

De maneira geral, a organização bancária do Uruguai era regida por princípios que datavam de 1865. Os bancos podiam emitir notas desde que não ultrapassassem o triplo do capital efetivo. Esses bancos possuíam autorização para funcionar por até 20 anos e o governo tinha a faculdade de fiscalizar as suas operações. Mas infelizmente o sistema funcionou mal e, segundo Soares (1957, p. 263), isso aconteceu não por culpa dos bancos, mas dos abusos cometidos pelo governo. Os bancos, principalmente o Banco Mauá, eram obrigados a emitir notas inconversíveis para cobrir as despesas feitas pelo governo.

A percepção de que havia uma crise se traduziu, em 19 de fevereiro de 1868, no

assassinato do presidente Flores. Horas mais tarde, alguns de seus partidários assassinaram o então líder da oposição, Bernardo Berro.²¹ A morte de Flores fez com que todo o cenário a respeito do Banco Mauá mudasse. Com a ascensão do general Lorenzo Battle, aliado de Flores, uma incansável perseguição ao banco logo se iniciou e os efeitos negativos não demoraram a aparecer.

Nessa época, os políticos uruguaios estavam divididos entre Blancos e Colorados,²² e começaram a criar uma nova divisão entre os agentes que apresentavam uma solução para a crise: os “ouristas”, que defendiam a volta da conversão da moeda em ouro, e os “curistas”, que defendiam um aumento dos períodos de inconvertibilidade da moeda. Para a má sorte do Banco Mauá, um dos ouristas mais radicais, Pedro Bustamente, assumiu como Ministro da Fazenda no governo de Lorenzo Battle:

Assim que recebeu a notícia, o barão embarcou para Montevideu [...] Ele conhecia o significado exato da medida: a falência pura e simples de seu banco [...]. Em dezembro de 1867, quando foi decretada a inconvertibilidade, a situação de seu banco era sólida: um milhão de pesos em ouro nos cofres, para 2,5 milhões de bilhetes em circulação. Mas em apenas três meses ela havia se deteriorado a um ponto perigoso: 650 mil pesos em ouro para 4 milhões de pesos em bilhetes. O autor desse desastre era seu grande cliente: o governo uruaio, que sacava a descoberto e atrasava as contas, obrigando o banco a cobrir a diferença com emissões (CALDEIRA, 2014, p. 458).

Convencido de que as finanças do país deviam ser controladas, Battle tomou várias medidas severas em relação às entidades e bancos estrangeiros, sem distinguir o caso de Mauá, tido pelo próprio Battle como meio uruaio e meio brasileiro. O atrito entre Battle e Mauá provinha do auxílio prestado pelo Banco Mauá aos governos de Berro e Aguirre, esquecendo-se que Mauá também havia auxiliado Flores (BESOUCHET, 1978, p. 139). Besouchet completa o raciocínio afirmando que inicialmente Mauá parecia não compreender as políticas de Battle, apresentando em uma carta escrita a Lamas a sua interpretação para a situação enfrentada no Uruguai:

Como V. Ex^a sabe não tenho confiança na gente que atualmente governa... A eleição de Battle foi um bom passo, sendo como é um homem honesto e moderado; terá, porém forças para dominar os maus elementos que o rodeiam? Enquanto à casa Mauá, tem ela bastante apoio no país qualquer que sejam os elementos que governem, e por enquanto a conversão das notas de 31 de maio – infelizmente quatro ou cinco bancos prepara-se com papel dos outros bancos ao passo que a questão é de ouro, sendo certo de que se todos não se preparam de nada servirá que um ou dois tenha feito os maiores sacrifícios para estarem prontos como eu tenho

²¹ As mortes de Bernardo Berro e Venâncio Flores ocorreram em uma quarta-feira de cinzas.

²² O partido Colorado podia ser associado aos liberais e aos grandes comerciantes de Montevideu, cujos interesses políticos estavam ligados ao Brasil; o partido Blanco ou conservador era marcado era composto majoritariamente por fazendeiros ligados aos criadores de gado argentino.

feito, porque a falência de qualquer banco importante trará uma crise monetária que será preciso dominar pelos bancos mais forte sem cujo número e talvez acima de todos está a minha casa nesta ocasião. (MAUÁ, 1868 *apud* BESOUCHET, 1943, p. 235, grifo nosso).

Não tardou para que o governo emitisse o decreto de 16 de julho de 1868 impondo obrigações e deveres aos bancos, mas também lhes assegurando direitos. Essa lei reguladora dos bancos emissores reduzia o limite de emissão ao duplo do capital realizado dos bancos e, ao mesmo tempo, exigia que se fizesse um depósito equivalente à quantia emitida em títulos da dívida pública ou hipotecários (BESOUCHET, 1978, p. 139). Ora, com o excesso de emissão do Banco Mauá ele foi diretamente afetado.

Acrescido a isso, a partir de 1º de agosto de 1868, os bancos deveriam “retirar mensalmente de circulação 3% do total de sua emissão, até que esta ficasse reduzida a 4% do dobro do seu capital realizado” (SOARES, 1957, p. 264). Mauá, se quisesse, poderia não cumprir as novas diretrizes de 1868 escorando-se na lei de 1858, que assegurava as faculdades emissoras do banco. Além disso, poderia contar com sua rede de apoio político no governo, mas preferiu não fazê-lo, sujeitando seu banco à nova lei.

Apesar de ser um dos mais afetados pela nova lei, devido à sua alta emissão, o Banco Mauá conseguiu cumprir rigorosamente as condições do decreto (MAUÁ, 2011, p. 235). Entretanto, outros bancos não tiveram a mesma sorte, pois não conseguiram cumprir as condições estipuladas:

Falindo outros bancos que não puderam sustentar-se, determinou o fato nova explosão de má vontade de parte do governo da época contra o Banco Mauá, que encontrou eco no presidente da República, o qual, como já foi dito, era hostil ao banco; foi o Ministério mudado e chamados aos conselhos do governo elementos pessoais incompetentes, tornando-se desde logo patente nova guerra ao Banco Mauá (MAUÁ, 2011, p. 235).

Entretanto, como mencionado, o Banco Mauá conseguiu manter-se rigorosamente dentro da lei. Contudo, Battle promulgou um novo decreto²³ que retomava as operações normais dos bancos, na base do ouro, e suspendia o aumento de capitais dos bancos emissores, fazendo com que dessa vez o Banco Mauá não conseguisse cumprir o que estava na lei e sucumbisse ao novo decreto.

O Banco Mauá possuía, como já foi demonstrado, emissões muito maiores que suas reservas em ouro, sendo que essa situação delicada foi oriunda da emissão para auxiliar o governo uruguaio nas suas dívidas. Independentemente da situação alegada por Mauá

²³ Decreto do dia 21 de janeiro de 1869.

referente à situação do banco, o decreto entrou em vigor e a conversão do banco deveria ser retomada.

Iniciada a conversão das notas em ouro, o inevitável aconteceu: com o clima de tensão que cercava a economia uruguaia, houve uma corrida para os saques. O *London and River Plate Bank* e o Banco Comercial não foram muito afetados devido a sua baixa emissão. No entanto, os outros bancos não contaram com a mesma sorte. Com as reservas metálicas esgotadas no dia 16 de junho, o Banco Montevideano teve suas portas fechadas, uma semana depois o Banco Italiano também encerrou suas atividades. E as pressões contra os bancos Navia e Oriental cresciam a cada desastre sofrido pela concorrência. Nesse contexto, o Banco Mauá também suspendeu a conversibilidade de suas notas.

A suspensão do aumento de capitais dos bancos emissores, decretada por Battle seis meses após a primeira lei reguladora, abalou diretamente os sete bancos que atuavam no Uruguai. Durante dois meses, Mauá tentou sem sucesso negociar uma solução com o ministério a respeito da conversão. A tensão cresceu tanto na cidade que o governo se viu obrigado a tomar medidas de guerra para o dia do início da conversão, proibindo porte de armas, colocando o exército nas ruas e a polícia na porta dos bancos para evitar tumultos.

O Banco Mauá não conseguiu se adaptar às novas condições fixadas e fechou suas portas pela primeira vez em 16 de junho de 1868, causando um grande espanto na praça de Montevideú. No parlamento algumas vozes condenaram a política oficial, taxando-a de injusta (SOARES, 1957, p. 278). A crise se agravava a cada dia e as medidas financeiras de cunho nacionalista tornavam a situação do país ainda mais delicada. Nesse contexto, uma comissão especial, constituída por juristas e comerciantes, foi formada para analisar a situação econômica e dos bancos. Uns defendiam que os bancos particulares não deveriam ter a permissão para emitir notas e, se tivessem, deveriam ser fiscalizados de forma severa. Outros defendiam a liberdade bancária. Já Magariños Cervantes, então Ministro da Fazenda do Uruguai, não adotou nenhuma das duas vertentes ao acreditar que a lei de 1868, melhorada e corrigida, resolveria a situação.

Não podemos esquecer que em meio a esses acontecimentos, a Guerra do Paraguai ainda acontecia e seus impactos afetavam não apenas o Banco Mauá, mas toda a economia nacional. O Banco Mauá, tinha letras do governo brasileiro, fruto do empréstimo realizado para financiar despesas da guerra do Paraguai.

Os problemas de Mauá não se limitavam à crise uruguaia, estando ligados também ao boicote de políticos brasileiros a seu banco. A política de evitar que Mauá tivesse acesso a certos serviços de guerra gerou o início dos atritos entre Zacarias e Mauá. Esse atrito se

intensificou depois que Mauá hospedou Caxias²⁴ em uma viagem ao Uruguai. Mauá ouviu de Caxias uma série de queixas como a falta de equipamentos, o abastecimento irregular, além dos salários dos soldados atrasados por sete meses (CALDEIRA, 2014, p. 451). Em 24 de dezembro de 1867, Mauá (1867 *apud* CALDEIRA, 2014, p. 451-452) escreveu para o marquês:

Informado das urgências da Repartição Fiscal, tendo o banco inglês recusado a pagar dois cheques da Repartição, e tomado a peito, como sempre faço, o crédito do nosso país, vou prevenir a V. Exa. que uma vez que o banco inglês não dá crédito ao governo no senão nas importações que recebe, o Banco Mauá de Montevidéu acolherá toda e qualquer saque que a V. Exa. fizer..

Mauá assumiu todo o risco ao autorizar Caxias a sacar uma quantia sobre seu banco e tal ato indicava que o planejamento montado pelo Estado brasileiro, que deixaria Mauá longe dos negócios da guerra, seria quebrado. Esse risco poderia ser justificado por duas verdades. A primeira indicava que, ao aceitar o dinheiro de Mauá, Caxias se colocaria diretamente contra Zacarias, visto que esse evitava que Mauá tivesse acesso a qualquer atividade da guerra que pudesse gerar algum lucro. A segunda era que Mauá passaria a disputar a conta bancária mais bem cotada da América do Sul, visto que o Brasil ainda gastava muito dinheiro na região (CALDEIRA, 2014, p. 452).

Nessa altura se encontram a relação do Banco Mauá com o governo brasileiro, o contexto de guerra e a crise uruguaia. Com as dificuldades enfrentadas pelo banco, Mauá tentou cobrar do governo brasileiro a quantia sacada por Caxias sobre seu banco. Os saques foram feitos em libras e Mauá queria receber nessa moeda. No entanto, como quem estava no governo era Zacarias, ele se recusou a pagar Mauá em libras, o que dificultou ainda mais a situação do banco. A justificativa de Zacarias era de que Mauá estaria obtendo lucros indevidos com essa transação. No entanto, essa era aparentemente uma justificativa inválida, visto que Mauá queria apenas receber em libras o valor emprestado na mesma moeda. Zacarias ainda reforçou que o montante só seria pago em mil-réis com o câmbio oficial, que na época estava 30% abaixo do câmbio livre, e que se fosse recebido algum valor acima disso, se configuraria como lucro indevido. Mauá, em resposta, demonstrou que não estava recebendo nada com o negócio e que apenas queria reaver o dinheiro emprestado.

Para evitar qualquer pagamento a Mauá, Zacarias arquivou seu requerimento e, percebendo o perigo de ficar sem receber, o próprio Mauá informou a Caxias que suspenderia as operações de saque. Nesse momento, tanto o governo brasileiro, quanto o uruguaio eram

²⁴ O marquês de Caxias era o comandante das tropas brasileiras no Paraguai.

hostis a Mauá: Zacarias se recusou a ajudá-lo pagando a dívida em libras e Battle promulgou os decretos que causaram uma crise no banco.

No dia 15 de novembro de 1868, Mauá enviou um ultimato a Zacarias tratando o governo brasileiro, segundo Caldeira (2014, p. 454), como um “cliente duvidoso, cujo aval a um título não merecia crédito”, o que levou um problema sério para o ministro, pois um insatisfeito Caxias escreveu ao imperador pedindo demissão, alegando que não poderia continuar liderando as tropas brasileiras. Zacarias, compreendendo a complexidade da crise, convocou o Conselho de Estado, a fim de se decidir se ele ou Caxias deveria deixar o posto. Os conselheiros não apoiaram Zacarias e ele deixou a chefia do gabinete.

No Uruguai, José Bustamante, então ministro de governo e senador, foi demitido em 26 de junho de 1868. Seu substituto, Daniel Zorilla, mudou radicalmente o rumo da política econômica e tratou de criar condições para que os dois bancos que não haviam decretado falência – o Mauá e o Comercial - fossem reestabelecidos. Mauá foi convidado para uma conversa e, em menos de um mês, retomou sua influência na economia do país. Com as mudanças de Zorilla, os limites de emissão aumentaram deixando a situação no Uruguai novamente confortável para Mauá, que começou a diminuir seus créditos e, em consequência, seus riscos. Tal posição confortável fez com que Mauá não se assustasse com o aumento dos saques, julgando ser algo passageiro.

No entanto, o novo Ministro da Fazenda uruguaio logo anunciou a criação de um Banco Nacional, onde seriam concentradas as emissões do país. Mauá (2011, p. 235) alega que o novo ministério comunicou secretamente os outros bancos que existiam no Uruguai para que usassem toda a emissão que pudessem, com o objetivo de garantir que usufruissem ao máximo desse direito e não fossem pegos de surpresa pela nova lei. Mauá conclui que o seu banco não foi comunicado devido aos atritos do estabelecimento com o novo ministério.

Essa iniciativa antecedeu o decreto de 21 de janeiro de 1869, que confiscava os direitos que os bancos tinham de fazer uso da soma de emissão que pudessem garantir com seus encaixes (decreto de 16 de julho de 1868). O decreto de janeiro quebrava o decreto promulgado em julho, e a justificativa apresentada pelo ministério foi de que os bancos já tinham tido tempo o suficiente para fazer uso do direito concedido e, por isso, deveria ser revogado.

A perda do direito de emissão alarmou os depositantes do banco, como era natural e esperado. Houve uma corrida à instituição que durou 20 dias e, finalmente, obrigou o Banco Mauá de Montevideú a fechar as portas pela segunda vez em 11 de fevereiro de 1869. O

Banco Mauá no Rio de Janeiro também sofreu com a suspensão de pagamentos em Montevideu, pois havia uma ligação dos acontecimentos das filiais com a matriz do banco. Quando um acontecimento, como a suspensão de pagamentos em Montevideu, abalava uma filial todos os credores da casa ficavam em alerta, gerando desconfiança. Além disso, o abalo de uma das filiais afetava as finanças do estabelecimento como um todo, visto que se tratava de uma única empresa. No caso brasileiro, a matriz recebeu auxílio do Banco do Brasil que, segundo Mauá (2011, p. 250), havia conseguido garantias maiores do que a quantia “relativamente insignificante” disponibilizada como crédito. Posteriormente, a Companhia da Ponta da Areia ajudou o banco com 600 contos tomados junto ao Banco do Brasil em 23 de setembro de 1869. As outras filiais conseguiram sobreviver a esse segundo choque, o que demonstrava a força da instituição. Em carta escrita a Andrés Lamas, Mauá indicou as exigências para a reabilitação da filial uruguaia, além da sua preocupação com a situação do país:

O assunto pendente limita-se a exigência para reabilitação do Banco Mauá & Cia. do prazo de 5 anos para o troco por ouro das notas de emissão, garantindo todo o que fizer até a importância de 12 milhões a medida que puder o Banco prestar a necessária garantia na Comissão Fiscal de Bancos e mediante a entrada diária para os cofres da mesma comissão de 3 mil pesos por dia de ouro ou prata. A cifra foi fixada em 12 milhões para que esta assentado que os Bancos Montevideano e Italiano, não procurarão reabilitação carecendo o Banco Mauá de 4 milhões para pagar cerca de 4 milhões de depósitos se forem exigidos e dando assim toda a folga aos seus devedores, e havendo, ideia de um Empréstimo ao governo de 2 ½ milhões para pagar todo o seu passivo exigível bem como o da Junta Econômica Administrativa – completando se assim a obra de reorganização – e evitando-se o desmoronamento pendente. A ideia tem maioria em ambas as Câmaras – sendo a demora na apresentação, devido a querer alguns fazer escada política do arreglo da questão de um modo que salve todos os interesses comprometidos. A situação é espantosa e no mês de julho será um cataclisma se até lá não tiverem estes senhores resolvido a crise permanente que existe (MAUÁ, 1869 *apud* BESOUCHET, 1943, p. 240).

No final de 1869 encerrava-se o prazo que Mauá pedira aos seus sócios para recompor o capital do banco. Após os três anos estipulados, o resultado financeiro havia sido o contrário do esperado. Ao invés de melhorias a casa se deparou com uma retração ainda maior do que a inicial. Em 14 de fevereiro de 1870, em reunião com seus sócios, a gravidade da situação foi demonstrada: os fundos do Banco haviam sido devorados. Mauá detalhou os prejuízos:

1300 contos de devedores que não quitaram seus empréstimos; 1200 contos de depreciação dos imóveis recebidos como pagamento e do ativo fixo, 500 contos de juros sobre adiantamentos para saldar o passivo social; 2.000 contos do golpe jurídico de Antônio de Sousa Ribeiro [...]. No total, 5.000 contos de perdas, um quarto do capital total da empresa (CALDEIRA, 2014, p. 472).

O Banco Mauá & Cia. não sofreu apenas esses “prejuízos certos e líquidos”. Havia

também um abalo operacional nos três primeiros anos de reorganização. Os títulos e ações em carteira caíram de 17.600 contos para 9.900, uma redução de 43,7%; o caixa diminuiu de 13.200 contos para 2.800, uma redução drástica de 78,7%; os imóveis que representavam 10% do ativo em 1867 passaram a representar uma fatia de 12,5% (CALDEIRA, 2014, p. 472-473)

Os sócios, que eram garantidos pela lei brasileira, perceberam que a situação não havia tido nenhuma melhora. Dessa forma, eles podiam escolher entre duas opções: dar mais uma oportunidade para Mauá ou retirar em dinheiro vivo suas cotas, sendo que essa última agravaria ainda mais a situação do banco que sofria com a falta de capital. Muitos sócios pediram seu dinheiro de volta e para não prejudicar ainda mais o capital do banco, Mauá comprometeu seus bens pessoais para preservar a instituição. Uma semana após a resposta dos sócios, Mauá hipotecou bens pessoais²⁵ junto ao Banco do Brasil e, assim, liberou recursos para que o banco pudesse pagar a cota dos sócios que se retiraram.

A partir dos bens hipotecados, Mauá conseguiu reunir, no Rio de Janeiro, valores que seriam equivalentes ao dinheiro necessário para recompor o capital do Banco Mauá & Cia. Lembrando que todo o estabelecimento sofreu o impacto dos problemas enfrentados pela filial do banco em Montevideú.

Nesse contexto, a liquidação do banco uruguaio foi aprovada, iniciando-se sob o comando da Junta de Crédito Público. Mauá buscou o Império Brasileiro para que esse, por meio de uma delegação diplomática, defendesse seus interesses juntamente com o governo do Uruguai. Ao buscar o Império, Mauá pretendia evitar que a liquidação fosse feita pelo governo uruguaio, com o intuito de evitar que se fizessem “uma fogueira dos imensos valores do Banco Mauá, em prejuízo dos credores no exterior (no Brasil e na Europa)” (MAUÁ, 2011, p. 237).

Em relação às notas diplomáticas brasileiras, nada foi feito pelo governo uruguaio. A necessidade de diferenciar o Banco Mauá & Cia. dos demais bancos estrangeiros foi ressaltada pela delegação brasileira, mas não foi considerada. Segundo Besouchet (1978, p. 143), essa postura do governo uruguaio “era substancialmente discriminatória e se dirigia precisamente contra o Brasil, contra a intervenção do Império a favor de Flores e contra o Banco Mauá”.

Mauá propôs então aos 1.400 depositantes do banco uruguaio que declarassem já ter

²⁵ Os bens pessoais hipotecados por Mauá foram: 1.000 contos em letras privadas, 10,8 mil ações da Companhia de Navegação do Amazonas, 1.000 contos de letras do Tesouro, títulos do governo inglês, casas e fazendas (CALDEIRA, 2014, p. 475).

recebido seus créditos e abrissem mão de todos os direitos que possuíam sobre eles e, em contrapartida, Mauá assumiria uma dívida pessoal no valor dos depósitos. Em outras palavras, tudo aquilo que o Banco Mauá de Montevideu devia se tornou dívida pessoal de Mauá. Tudo isso estava dentro da lei e o Parlamento uruguaio não tinha mais nada a fazer além de encerrar o processo de liquidação do banco.

Dessa forma, em maio de 1870, o Banco Mauá de Montevideu encontrava-se sem credores, reabrindo suas transações no Uruguai sem muitas dificuldades, o que gerou grande comoção no mundo financeiro que julgava que a filial do banco daquela praça não voltaria a abrir as portas. As obrigações contraídas por Mauá para conseguir realizar esse fato foram cumpridas rigorosamente nos seus prazos (CALDEIRA, 2014, p. 468).

Mauá via-se outra vez dono de um banco, mas com uma condição muito excepcional: a instituição tinha muito dinheiro a receber e pouco a pagar, enquanto seu dono tinha títulos de dívida no valor de quase 5.000.000 de pesos espalhados pelo Uruguai, Argentina, Brasil, Inglaterra e Estados Unidos (CALDEIRA, 2014, p. 469). Ao assumir todos os compromissos do banco e assegurar a todos os credores que as obrigações seriam pagas, Mauá assumiu o passivo do banco e liberou seu ativo.

Depois dos contratemplos enfrentados no Uruguai, os depósitos de todas as filiais e da matriz do Banco Mauá encontravam-se reduzidos, como mostra a tabela 8. Em comparação com os valores contidos na tabela 7, referentes ao ano de 1867, as letras a prêmio reduziram-se de 11.529:736\$230 para 6.513:536\$472 e os valores em contas correntes foram de 36.173:940\$296 para o montante de 14.860:168\$762 (MAUÁ, 2011, p. 251). Os auxílios que o banco conseguiu do Banco do Brasil para contornar as dificuldades oriundas da segunda suspensão de pagamentos do Banco Mauá de Montevideu elevaram apenas em 1.700 contos o capital do banco.

Tabela 8 – Resumo dos balanços das Casas Mauá & Cia., em 31 de dezembro de 1869 compreendendo a matriz e todas as suas filiais

(continua)

Ativo		Passivo	
Quinhões a emitir	10.000:000\$000	Capital	20.000:000\$000
Fundo comanditado	6.000:000\$000	Fundo de Reserva	1.109:343\$870
Fundos públicos e ações	9.934:359\$065	Lucros e perdas	3.110:467\$846
Imóveis	10.005:273\$120	Emissões na Argentina	276:080\$200
Contas correntes	12.249:181\$193	Contas correntes	14.860:168\$762
Letras a receber	7.261:760\$669	Letras por dinheiro a prêmio	6.513:536\$472

Tabela 8 – Resumo dos balanços das Casas Mauá & Cia., em 31 de dezembro de 1869 compreendendo a matriz e todas as suas filiais

		(conclusão)	
Ativo		Passivo	
Casas filiais	14.773:924\$151	Letras a pagar	16.216:971\$864
Diversos valores	2.844:403\$162	Casas filiais	16.279:450\$039
Caixa	2.860:515\$976	Diversos valores	2.563:398\$283
	80.929:417\$336		80.929:417\$336

Fonte: Mauá (2011, p. 276).

Era nítido no balanço o impacto que o infortúnio do Banco Mauá & Cia. de Montevideu gerou para toda a instituição de crédito. Podemos acompanhar esse impacto ao comparar os dados presentes na tabela 8 com os dados da tabela 7. O total do ativo que em 1867 era de 115.186:879\$206, em 1869 atingiu a marca de 80.925:417\$336. É imprescindível destacar também, ao que tange o ativo do caixa, em 1867 esse era de 13.209:306\$290 e em 1869 esse montante foi reduzido a soma de 2.860:515\$976. Houve uma fuga, justificada pelo medo dos credores, dos valores de depósitos feitos na casa. Ocorreu uma corrida geral sobre todas as filiais, entretanto, as forças da instituição de crédito conseguiram contornar a crise.

Mas a crise era marcada não apenas pelos problemas de Montevideu. Em 1870, a Guerra do Paraguai chegava finalmente ao seu fim, entretanto, seus impactos continuariam sendo sentidos. Com a guerra, o Brasil abandonou a política de controlar as emissões e passou a emitir para cobrir as despesas nos campos de batalha. O excesso de emissão fez com que, pela primeira vez na história do país, houvesse dinheiro suficiente para suprir as demandas de todo território nacional, nivelando o valor do câmbio em todas as praças, eliminando as operações de saques e depósitos que davam lucro aos bancos, o que claramente foi negativo para os negócios de Mauá (CALDEIRA, 2014, p. 440).

As emissões feitas para a guerra iam para a compra de insumos militares, como armas, cavalos, comida para os soldados, etc. Elas beneficiariam Mauá se ele conseguisse utilizá-las para investir em novas empresas ou vender tais produtos para o governo. No entanto, Mauá não conseguia vender suas mercadorias, financiadas por essa emissão, com a efetividade necessária para gerar lucros suficientes para novos investimentos. Das mãos de Zacarias saíram ordens para “comprar gado no Uruguai, buscar canhões e navios na Europa, encontrar cavalos na Argentina, entre outras medidas, de forma a não proporcionar nenhum benefício à Mauá, que era seu ferrenho inimigo” (CALDEIRA, 2014, p. 476).

A guerra exigiria que o Império brasileiro cedesse concessões financeiras, aduaneiras e políticas à Inglaterra, fazendo com que o Brasil assumisse compromissos para o futuro

díficeis de cumprir. Durante o conflito, o Império fez uma emissão de papel-moeda no valor de 12.214:316\$000 réis e, na tentativa de corrigir o desequilíbrio causado, tentou realizar uma política deflacionista (BESOUCHET, 1978, p. 146). A economia nacional acabou sendo atingida pelas sucessivas alterações da política financeira e, segundo Besouchet (1978, p. 146), tal movimento acaba ferindo vários capitalistas, incluindo Mauá, que estavam engajados no esforço de guerra:

Mauá compreendia desde o princípio que as consequências da guerra iriam agravar sobretudo as indústrias nacionais ainda frágeis para enfrentar a concorrência estrangeira, principalmente devido a incapacidade que revelara o país de fomentar outras fontes rendosas de riqueza à exceção do café, sem falar na crise de braços que começava a agravar-se. (BESOUCHET, 1978, p. 146)

Mesmo contra a vontade de Zararias, a participação de Mauá no esforço de guerra pode ser assim resumida: 1) um terço da frota marítima e fluvial, usada em guerra, saiu de seus estaleiros de Ponta de Areia, sendo que os navios serviram para o transporte de tropas, armamentos, etc., e também serviram para batalhas navais; 2) cavalos, rebanhos e ovelhas saíram das suas estâncias do Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina; 3) e, por fim, no terreno financeiro, além dos empréstimos internos, Mauá se oferece para pagar um saque do comando em chefe das tropas no Paraguai, no valor de 1.000 contos de réis (BESOUCHET, 1978, p. 147).

A Guerra do Paraguai, planejada para durar três meses, acabou se estendendo. É importante destacar que Mauá contribuiu, principalmente, para financiar a guerra e isso o prejudicou. Além disso, segundo Besouchet (1978, p. 147), ao final do conflito que durou cinco anos, o Brasil estava falido. No entanto, apesar dos prejuízos, Mauá e seus negócios ainda resistiram.

Em meio a esse momento de crise, um parecer de uma comissão de exame de contas subordinou o caso do Banco Mauá à assembleia dos acionistas do Banco do Brasil. Essa comissão censurou a direção desse último banco por ter feito adiantamentos ao primeiro, mesmo com garantias. Sobre o parecer, Mauá (2011, p. 251) reclamava que “ninguém que conheça o que significa uma instituição de crédito pode desconhecer que essa censura pública devia produzir o efeito de uma sentença de morte contra a Casa”. No entanto, o Banco Mauá sobreviveu a mais um contratempo. Vários diretores do Banco do Brasil foram retirados do seu cargo, sendo responsabilizados pela censura feita de forma injusta.²⁶

²⁶ Os diretores afastados do cargo foram todos os que assinaram o protesto, sendo eles: José Pedro Dias de Carvalho, vice-presidente; Jerônimo José Teixeira Júnior (futuro Visconde do Cruzeiro), Secretário, e mais os seguintes: Francisco de Assis Vieira Bueno, Joaquim Antônio Fernandes Pinheiro, Manuel Ferreira de

O Paraguai perdeu com a guerra 156 mil quilômetros quadrados de território e um milhão de homens (BESOUCHET, 1978, p. 145), entretanto, a resistência armada demonstrou como o país era forte e militarizado. Enquanto isso, a partir de 1870, o Brasil sofria os efeitos de um longo período de desorganização da lavoura. O câmbio mantinha-se instável e baixo, as lavouras eram abandonadas pelos trabalhadores escravos que, em busca da liberdade, iam servir ao exército. A exaltação patriótica que contaminava o país amenizava a verdadeira crise: “tinha-se a impressão de que a nação travada de esquecer a crise de 1864, sinal de alerta detectado por Mauá como crise agrária, enquanto todos se obstinavam a considera-la crise bancária” (BESOUCHET, 1978, p. 146).

Enquanto isso, como mencionado, o Banco Mauá em Montevideu retomava suas atividades de forma efetiva em 17 de novembro de 1870. Apenas um ano e nove meses após seu fechamento o banco podia colocar o seu dinheiro imobilizado novamente em circulação, gerando transações e lucros. Os títulos pessoais de Mauá, oferecidos aos credores para salvar o banco da liquidação, foram trocados por notas do banco, o que reequilibrava o ativo e o passivo do banco. Além disso, Mauá conseguiu vender sua empresa de gás de Montevideu em março de 1872, gerando um aporte de caixa de meio milhão de libras estrelinhas, o que equivalia a 4.500 contos de réis pelo câmbio da época (CALDEIRA, 2014, p. 477-482). Após uma década de contratempos as coisas pareciam retornar para um bom rumo.

A partir de 1871, a embaixada brasileira em Montevideu tornou-se novamente uma intermediadora para Mauá, negociando o pagamento dos juros da dívida pública junto ao banco e cuidando para que os contratos firmados fossem cumpridos. No Brasil, uma renegociação dos juros da dívida do Banco Mauá com o Banco do Brasil foi obtida e, além disso, Mauá conseguiu uma autorização para vender a Companhia de Navegação do Amazonas em Londres. Mauá não encontrava mais nenhum entrave para realizar suas atividades no Uruguai. A tabela abaixo mostra os encaixes, emissões e depósitos dos principais bancos de Montevideu em 1872:

Tabela 9 – Encaixe, Emissão e Depósitos (1872)

(continua)

	Encaixe (\$)	Emissão (\$)	Depósitos e caixa
Banco Mauá	2.500.000	1.896.260	1.404.200
Banco Comercial	1.289.118	1.659.140	969.638

Faria e Bernardo Casimiro de Freitas (Barão da Lagoa). José Machado Coelho e Castro afastou-se por solidariedade aos colegas. (GANNS, 2011, p. 252)

Tabela 9 – Encaixe, Emissão e Depósitos (1872)

(conclusão)

	Encaixe (\$)	Emissão (\$)	Depósitos e caixa
Banco de Londres	1.000.000	977.000	1.180.491
Banco Navia	600.000	630.000	676.170
Banco Oriental	337.500	523.622	362.741
Banco Franco - platense	350.000	133.800	145.062
Total	6.076.618	5.819.822	4.738.302

Fonte: Soares (1957, p. 290).

Ao analisarmos a tabela verificamos que o Banco Mauá continuou sendo o maior estabelecimento bancário de Montevideú, não só pela emissão, mas também pelo encaixe e depósitos. No entanto, continuava a enfrentar a má vontade do governo.

As leis de Battle, promulgadas em 1868, geraram empecilhos para as atividades bancárias de Mauá. Com a proibição das faculdades emissoras dos bancos no Uruguai, a filial de Rosário, que era ligada à de Montevideú, foi extinta. Sendo assim, em 31 de dezembro de 1872, Mauá enviou uma circular para que todos os detentores de notas do banco de Rosário fossem descontá-las e a operação foi concluída com toda a regularidade, sem gerar prejuízos para nenhuma das partes. No entanto, o fechamento da filial do Banco Mauá na Argentina gerou um grande abalo no Brasil.

Em 1872 o Império já se encontrava em um declínio lento, processo que vai durar quase vinte anos. Exatamente como a vida de Mauá. A fim de anular a grave situação criada pela falta de mão de obra para sustentar a lavoura, Mauá apresentou em 1873 à praça do Rio de Janeiro o projeto de criação da companhia Agrícola, Pastoril e Industrial, cujo objetivo era desenvolver as terras de pastagem e o campo por meio de indústrias relacionadas com a agricultura e a pecuária. Apesar das dificuldades enfrentadas pelo banco no Uruguai, Mauá tinha em vista, ao formar a Companhia Agrícola, Pastoril e Industrial, a aquisição de mais terras no Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, formando assim um patrimônio agrário dez vezes maior do que já possuía na época (BESOUCHET, 1978, p. 150). Tal planejamento pode indicar que Mauá avaliava ser esse um momento propício para aplicar capitais em terras e gado, e abandonar a carreira bancária.

É interessante observar que o Banco Mauá, MacGregor & Cia., em seus 12 anos de atividade, apresentou uma trajetória ascendente, enquanto o Banco Mauá & Cia., coincidentemente com 12 anos de existência, apresentou uma trajetória descendente, como podemos ver. No final de 1874, mais uma revolução acabava de se iniciar no Uruguai.

Chefiados por Pedro Varella²⁷, os colorados tomaram o poder novamente, levando a uma instabilidade política que afetou diretamente a economia uruguaia. As exportações de couro caíram 25% e as de lã, aproximadamente, 43%; o rebanho de gado diminuiu 50% e o de ovelhas, 30% (CALDEIRA, 2014, 495).

Diante desse cenário, o governo uruguaio decretou um grande aumento nos impostos de importação. Mas essa política não foi suficiente. Os funcionários públicos uruguaio estavam com seus salários atrasados por vários meses e, para agravar a situação, a dívida pública corroía cerca 47% das receitas do governo. A saída encontrada para a falta de dinheiro foi fabricar mais do mesmo. Em meados de janeiro de 1875, o governo de Varella anunciou o início da emissão do dinheiro, sendo que o montante emitido não seria conversível em ouro.

Inicialmente, Mauá não se preocupou com essa emissão, pois acreditou que esses papéis não seriam aceitos pela população. Entretanto, o governo uruguaio tomou medidas bastante radicais e anunciou que seus papéis deveriam ser aceitos compulsoriamente como pagamento e destacaram que esses papéis jamais seriam convertidos em ouro - apesar de possuírem o valor nominal do ouro.

Em pouco tempo os efeitos da medida foram sentidos. Com a emissão de papel moeda inconversível, de curso forçado, circulando, surgiu certo pânico nas pessoas que tinham notas de bancos conversíveis, fazendo com que ocorresse uma corrida aos bancos para trocá-las em ouro. O efeito da emissão inconversível, portanto, foi alarmar os portadores de notas dos bancos e provocar uma corrida para o troco. Essa foi a “gota de água” para o Banco Mauá no Uruguai.

Mais uma vez a precariedade do sistema financeiro da época atingiu duramente o Banco Mauá. Novamente, devido a uma corrida para saques, o Banco teve que fechar suas portas. Apesar do fechamento das portas ter ocorrido em um momento em que o ativo estava maior que o passivo, tornando assim a situação do banco sustentável (CALDEIRA, 2014, p. 497), as lutas contra o governo Uruguaio, os depositantes prejudicados, os atritos com os concorrentes e as difíceis negociações para nomear uma comissão de liquidação, fazia com que tudo tornasse uma forma diferente.

Mauá (2011, p. 253) caracterizou a atitude do governo Varella como “abertamente hostil ao Banco Mauá & Cia.”, devido talvez à sua aspiração de reorganizar as finanças do país sob a base de uma emissão de papel nacional, o que encontrava “invencível resistência

²⁷ Ex-presidente do falido banco Montevideano.

por parte de todos os elementos são daquela sociedade, em vez da salvação dos magnos interesses em questão”. Essa nova revolução e a hostilidade do novo governo acarretaram mais dificuldades para a casa. O grande problema, segundo Mauá (2011, p. 254), não teria sido o movimento nos depósitos, mas sim a conversão em ouro das notas emitidas pelo banco. Ocorreu o esperado. Depois de onze dias de corrida contra o banco, já com os recursos metálicos esgotados, ele suspendeu seus pagamentos pela última vez. Por ainda haver uma expressiva quantidade de notas em circulação o banco viu-se obrigado a decretar moratória.

No entanto, antes de suspender os pagamentos na praça de Montevidéu, Mauá montou um esquema para levar ouro para a praça e tentar salvar o Banco. No esquema, o Banco Mauá & Cia do Rio de Janeiro pegaria emprestado 200.000 libras em ouro, o que correspondia a uma dívida de aproximadamente 3.000 contos com o Banco Alemão. Depois de recebido o montante, o Banco do Rio enviaria os recursos para a filial de Montevidéu, que mais tarde, devolveria os recursos para o Rio de Janeiro para liquidar a transação original em Londres. No entanto, o Banco Alemão não conseguiu repassar as 200.000 libras em ouro para o Banco Mauá, acarretando sérios problemas no Uruguai e no Brasil. Por exemplo, havia uma compra de ouro já acertada, mas ficou retida no Rio de Janeiro por falta de pagamento.

Para contornar mais esse problema, foram emitidas letras de câmbio em libras, a descoberto, sobre a filial londrina do banco, o que gerava um prazo de três meses para resolver todo problema do ouro. Mas as coisas estavam cada vez mais complicadas. O fechamento da filial uruguaia, acrescido a diminuição dos depósitos na filial brasileira, tornou o pagamento dos compromissos do banco ainda mais difíceis. Houve uma grande queda no fluxo de dinheiro nos bancos, que para ser controlada teve de ser coberta com as reservas disponíveis. Dessa forma, o fechamento da filial do Banco Mauá no Uruguai afetou diretamente todos os negócios bancários de Mauá. Para Caldeira (2014, p. 498), essa foi “a primeira pedrinha do dominó de uma cadeia, formada por saques sem cobertura” que poderiam levar à falência.

Era necessário encontrar recursos para cobrir as 200.000 libras retiradas a descoberto da filial de Londres e cobrir os desfalques nas caixas dos bancos provocados pelas corridas. Não tardou para que o ocorrido em Montevidéu se refletisse no Brasil. Ao voltar para o país, Mauá encontrou não apenas as dificuldades oriundas do ocorrido em Montevidéu, mas também as consequências de uma crise monetária que, desde janeiro de 1875, assolava a praça do Rio de Janeiro.

Em 25 de fevereiro de 1875, o Conselheiro Aguiar d'Andrada, ministro do Império em Montevideu, passou uma nota a Bustamante, na qual destacava o fechamento do Banco Mauá na praça de Montevideu e solicitava a retirada dos fundos pertencentes ao governo Imperial, que se encontrava em posse do banco para o pagamento das despesas com a esquadra brasileira localizada nas águas dos rios da Prata, Uruguai e Paraguai. Em 26 do mesmo mês, Bustamante responde a nota informando que devido à quebra do estabelecimento, grandes quantidades depositadas encontravam-se comprometidas, mas que o juiz do comércio já havia revisitado toda a tramitação referente ao Banco Mauá.

A conta do Tesouro do Império existente no Banco Mauá, era de 597:887\$080. Em relatório entregue por Bustamante, por meio de nota em 20 de março, é possível ler o seguinte: “questionado o principal gestor sobre o assunto, ele respondeu que se desfizeram daquela quantia, acreditando em repor em poucos dias, esperando uma grande quantidade de ouro no dia 23, que por imprevisto não chegou” (BUSTAMANTE, 1875 *apud* SOARES, 1957, p. 313).

Estava claro: o fundo pertencente ao governo imperial tinha sido usado. Rio Branco se pronunciou sobre o assunto declarando que o Banco Mauá não havia cometido nenhum crime, visto que o montante se tratava de depósito em espécie e que a esperança era repor imediatamente. De fato, Rio Branco não estava errado. Ao final do seu discurso, ele ainda elucida a quebra do Banco Mauá em Montevideu, afirmando que o governo uruguaio era hostil ao Banco Mauá e o negavam direitos que a lei assegurava (BRASIL, 1875, p. 70). O visconde do Rio Branco deixou claro seu ponto de vista, e essa hostilidade a que ele se refere já ficou evidente no nosso estudo.

A crise monetária que Mauá se deparou ao retornar para o Rio de Janeiro, apesar de ser uma crise que foi se instalando aos poucos, seu ápice se deu em maio de 1875, quando o Banco Mauá, o Banco Nacional e o Banco Alemão decretaram moratória. Mauá (2011, p. 255) destaca que um dos motivos da crise era a deficiência do meio circulante na praça e completa afirmando que nenhuma outra causa para a crise foi anunciada. Essa crise ocorreu de forma gradual, sendo que em maio do mesmo ano seus efeitos se tornaram tão ameaçadores para os bancos do Rio de Janeiro que levou o poder legislativo a votar a “lei de auxílio aos bancos”. Tamanha era a gravidade da situação que antes mesmo da lei ser votada, Rio Branco, Ministro da Fazenda à época, já havia prestado auxílio a instituições de crédito,

incluindo o Banco do Brasil, que possuíam apólices da dívida pública ou bilhetes do Tesouro em sua carteira (GAMBI, 2021, p. 8).

Como mencionado, o financiamento da guerra do Paraguai exigiu uma expansão monetária e, conseqüentemente, quando o conflito terminou, houve uma retração do meio circulante. De fato, como era de se esperar, ao final do conflito, Itaboraí, defensor do metalismo, então no ministério da Fazenda, colocou em prática políticas monetárias contracionistas, a fim de tornar a circulação conversível novamente. A tabela a seguir mostra a redução da emissão de meio circulante no Brasil de 1870 a 1875:

Tabela 10 - Emissão circulante no Brasil, em contos de réis (1870-1875)

Ano	Emissão circulante			Total
	Notas do Estado	Notas dos Bancos	Bilhetes do Tesouro	
1870	151.916	40.727	42.586	235.229
1871	150.834	38.329	18.632	207.795
1872	149.613	36.042	14.114	199.769
1873	149.578	35.432	11.729	196.740
1874	149.547	33.548	16.104	199.199
1875	149.501	32.367	19.244	201.112

Fonte: Gambi (2021, p. 8).

Levando em consideração a interpretação de Rio Branco, sucessor de Itaboraí no Ministério da Fazenda, o efeito da redução da emissão apareceu ainda em 1871. Entre 1871 e 1874, a escassez de meio circulante foi sentida em determinados momentos do ano, principalmente durante as liquidações semestrais e dos períodos de safras. Segundo Gambi (2021, p. 10), esse é um importante ponto sobre o debate da crise de 1875, visto que Rio Branco acusou a escassez relativa de meio circulante como a causa dos problemas enfrentados na praça do Rio de Janeiro. Rio Branco, apesar de acabar com a política de restrição orçamentária, acumulou déficits fiscais em todo o período do seu ministério, sendo que no período de 1870-1871 o saldo entre as receitas e a despesas do Brasil era de -2.337 contos, e em 1874-1875 esse valor aumentou para -19.364 contos de réis (GAMBI, 2021, p. 11).

Os gastos militares, com os ministérios da marinha e guerra, as estradas de ferro e o resgate de bilhetes do Tesouro representavam boa parte das despesas extraordinárias do governo, o que acabava por refletir no aumento do déficit público. Esses gastos mostram uma forte ambigüidade no ministério de Rio Branco: ao mesmo tempo em que se preocupava com

a redução do meio circulante, resgatando os bilhetes do Tesouro, o ministro também expandia os gastos com ferrovias e militares (GAMBI, 2021, p. 12).

A crise de 1875 foi debatida no parlamento e o acompanhamento desses debates se faz necessário visto que, em alguns momentos, o Banco Mauá estava envolvido. Um aspecto apontado nos debates parlamentares sobre a causa da falência teria sido o modo como o governo manipulou a dívida pública. As apólices da dívida pública rendiam entre 4% e 6% ao ano, o que era uma boa alternativa para aplicação de investimento privado, fazendo com que o capital que deveria ser empregado na atividade produtiva ou destinado aos cofres dos bancos fosse utilizado para a compra de apólices.

Outro motivo, embora esse ligado à política e não à economia, se refere à ligação de Rio Branco com bancos e banqueiros. A primeira operação que causou conflito está relacionada ao auxílio direto, sem autorização legislativa, prestado pelo Banco do Brasil. As outras operações estão ligadas aos possíveis privilégios concedidos à Mauá por parte do ministério. O primeiro privilégio seria um contrato assinado em 1870 pelo qual o Banco Mauá assumiria as responsabilidades pelo pagamento das despesas militares no Paraguai e no Rio da Prata. Já o segundo benefício diz respeito a algumas operações cambiais realizadas em 1875 que prejudicaram o Tesouro e favoreceram o banco (GAMBI, 2021, p. 12).

Para entender o problema que Mauá encontrou na praça do Rio de Janeiro é preciso saber que os depósitos recebidos pelos bancos naquela época eram remunerados e a remuneração era feita por meio da movimentação desses recursos. Os recursos dos depósitos eram empregados na compra de ações e debêntures de outras companhias, em operações de desconto e empréstimo e na compra de bilhetes do Tesouro e apólices da dívida pública. Além disso, a regra prudencial de manter um encaixe pelo menos um terço do total dos depósitos não era respeitada e os bancos não integralizavam todo o seu capital nominal antes de começar a funcionar. Os descontos remunerados, as operações feitas pelos bancos, acrescidos da não integralização de capitais, comprometiam em boa medida a garantia dos depositantes dos bancos em conseguirem fazer seus saques quando quisessem, elevando ainda mais o risco das corridas para troco.

Na medida em que o Banco do Brasil passou a ser a única fonte de liquidez dos bancos do Rio de Janeiro e o mercado parou de comprar apólices, a crise de 1875 foi se agravando. Diante da demanda por recursos, os bancos pararam de emprestar. Quando o Banco do Brasil encontrou seu limite de redesconto e empréstimos, a escassez de crédito na praça causou a

moratória de três bancos: o Nacional, o Banco Alemão e, em 17 de maio de 1875, o Banco Mauá & Cia.

Pouco tempo depois dessas quebras, o imperador brasileiro embarcou para uma longa viagem ao exterior. A viagem foi tida como um marco de que a situação nacional havia sido controlada. No entanto, apenas a crise política havia se acalmado, a financeira ainda era latente. Besouchet (1978, p. 156) destaca que havia uma crônica carência de dinheiro de forma a comprometer a execução de qualquer empreendimento de considerável complexidade.

A situação do Banco Mauá em 1875 quando decreta moratória era a seguinte: ativo de 88.000 contos, passivo de 78.000 contos e dívida de 6.000 contos com o Tesouro Nacional em letras de câmbio. A moratória do Banco Mauá ocorreu, segundo Besouchet (1978, p. 155), “devido a cheques sacados no valor de 3.000 libras ouro, devolvidos da Europa e dos Estados Unidos por falta de cobertura”. Besouchet (1978, p. 155) reconhece que de imediato a causa do pedido de moratória eram os cheques a descoberto recebidos dos bancos estrangeiros, mas assume que o assunto é muito mais complexo que um mero fator. Para a autora os verdadeiros motivos estavam diretamente entrelaçados com a situação financeira e política do Império no momento.

Mauá, que já havia enfrentado vários contratemplos, não poderia imaginar que a crise enfrentada no Rio de Janeiro seria a que o levaria à falência. Para cobrir os cheques recebidos dos bancos estrangeiros, Mauá solicitou ao Banco do Brasil um empréstimo de 3.000 contos. Como garantia do empréstimo solicitado, Mauá ofereceu 6.000 contos em ações da Companhia Agrícola Pastoril. Segundo Caldeira (1995, p. 500), essa seria uma boa garantia se o Banco do Brasil encarasse a falência do Banco Mauá como o possível “gatilho” de uma crise igual ou pior do que a crise do Souto. Na avaliação de Mauá (2011, p. 257):

O auxílio de 3.000 contos, solicitados ao Banco do Brasil sobre a garantia de 6.000 contos em ações da Companhia Pastoril, nessa ocasião era exclusivamente destinado a remeter a Londres, para pagar o saldo dos saques da casa e suas filiais, que circulavam naquela praça, entre os quais 70.000 libras a favor do governo argentino. Uma vez pagas, essas cambiais deixariam o crédito da firma, mais que nunca, altamente colocados na Europa; pois com razão se diria que uma cassã, que fazia frente aos seus avultados compromissos, depois dos extraordinários sucessos em Montevidéu e da crise monetária no Brasil, estava acima de todas as eventualidades.

O rigor dos estatutos do Banco do Brasil não permitiu que Mauá obtivesse o auxílio necessário e, novamente a moratória torna-se a única saída. As consequências da moratória do Banco Mauá eram incontornáveis, arruinando a carreira financeira de seu proprietário. Em

vez de conceder o empréstimo de 3.000 contos para o Banco Mauá, o Banco do Brasil, dias depois do pedido de moratória, injetou 25.000 contos na praça do Rio de Janeiro com o intuito de salvar as dezenas de firmas prejudicadas com a quebra de Mauá. Caldeira (1995, p. 502) destaca a contradição dos dirigentes afirmando que:

Primeiro alegaram que o pedido contrariava os regulamentos, e logo se esqueceram da lei, agora devido a uma “emergência”, aliás, conhecida de antemão-Tinha sentido: o ônus ficava para o banqueiro “imprudente”, o Banco do Brasil aparecia como tabua de salvação do país. Assim se comprovava a teoria de Itaboraí sobre a “imperfeição” dos bancos privados.

A suspensão de pagamentos, não apenas no Brasil, mas nos outros países em que o Banco Mauá possuía filiais²⁸ influía em uma moratória global. No Brasil, uma vez que os pagamentos fossem suspensos, não havia como voltar atrás. Ao pedir moratória, a lei brasileira concedia o prazo de três anos para pagar todos os depositantes e gerar todos os valores do passivo. Não havia a possibilidade de substituir todas as dívidas do banco por títulos pessoais, como feito no Uruguai anos atrás. Dessa vez não havia outra saída a não ser liquidar tudo.

É importante destacar que, em 1875, quando as portas do Banco Mauá & Cia. foram fechadas, a instituição se encontrava em situação mais saudável do que a de cinco anos atrás, quando Mauá vendeu vários ativos para pagar os sócios que não aceitaram esperar mais tempo para obter retorno (CALDEIRA, 1995, p. 502). Para sustentar essa afirmação é necessário comparar a tabela 8, com o balanço do banco em dezembro de 1869 e a Tabela 11 com o balanço de 1875:

Tabela 11 - Balanço da Casa Mauá & Cia., em maio de 1875, data da suspensão de pagamentos

(continua)

Ativo		Passivo	
Quinhões a emitir	10.000:000\$000	Capital	20.000:000\$000
Fundos públicos e ações	16.072:416\$060	Lucros e perdas	2.489:154\$301
Imóveis	5.262:139\$504	Fundo de amortização	69:456\$659
Contas correntes	26.413:586\$929	Emissão	5.174:000\$000
Letras a receber	2.720:033\$086	Contas correntes	35.619:124\$206
Letras descontadas	3.680:647	Letras a pagar	7.956:868\$352
Títulos em liquidação	2.573:744\$627	Letras por dinheiro a prêmio	4.245:759\$019

²⁸ É importante relembrar que o Banco Mauá possuía filiais em Londres Manchester, Paris, New York, além de várias cidades do Brasil, Uruguai e Argentina.

Tabela 11 - Balanço da Casa Mauá & Cia., em maio de 1875, data da suspensão de pagamentos

(conclusão)

Ativo		Passivo	
Casas filiais	21.196:228\$842	Casas filiais	21.763:596\$460
Escritório e mobília	94:120\$980	Descontos	757:996\$090
Despesas gerais	204:635\$862		
Juros	298:497\$323		
Reclamação contra o Governo Oriental	3.792:168\$000		
Caixa	4.143:442\$171		
Lucros e perdas	1.624:294\$029		
	98.075:955\$087		98.075:955\$087

Fonte: Mauá (2011, p. 277).

Os ativos totais tiveram um aumento de 18.000 contos, representando um acréscimo de 23%. O caixa do banco possuía 4.143 contos em 1875, 46% a mais do que havia em 1870, os depósitos equivaliam a 26.413 contos, um aumento de 54% em relação a 1870, a carteira de ações teve um aumento de 61%, totalizando 16.072 contos, e valor dos imóveis aumentou precisamente 48%, passando a valer 5.200 contos.

É possível notar melhoras também no lado do passivo. Os depósitos em conta corrente quase que dobraram, passando de 14.860 contos para 35.619 contos, o que equivale a um crescimento de 140%. No entanto, o capital não aumentou na mesma proporção, continua sendo os 20.000 contos do dia da fundação da empresa. Mauá detinha cerca de 80% do capital do banco, fazendo com que ele, ao contrário dos sócios que possuíam prioridade nas retiradas durante a liquidação ficasse bastante comprometido com o processo.

A suspensão de pagamentos dos três bancos foi o ápice da crise de 1875, que poderia acarretar uma corrida ao sistema bancário e, por consequência, agravar a crise do sistema, não apenas da praça do Rio de Janeiro, mas também de outras praças. O fato teve repercussão internacional e, no Brasil, gerou também uma crise política, na qual Mauá foi duramente atacado. Zacarias, principal político de oposição, imediatamente ligou a imagem de Mauá ao chefe de gabinete e Ministro da Fazenda Rio Branco, transformando a moratória em um escândalo. De acordo com Caldeira (1995, p. 506, 507):

[Zacarias] tomou a palavra para desfechar o primeiro ataque. Começou afirmando que qualquer um poderia perceber que a situação da Casa Mauá não inspirava confiança havia muito tempo, desde que seu dono se metera, por conta própria, em grandes confusões na região do Prata. E claro, um homem que faz isso não poderia merecer qualquer espécie de confiança por parte por parte de um governo. [...]. Não

havia dúvida de que Mauá tinha coagido e subornado funcionários públicos brasileiros para que se empenhassem na solução dos problemas políticos brasileiros para que se empenhassem na solução dos problemas políticos que causava no Uruguai.

A polêmica iniciada, por Zacarias desencadeou uma série de ataques a Rio Branco, que realmente atuou pelo menos duas vezes em favor de Mauá: a primeira vez em 1865 na crise com o governo do Uruguai e a segunda ao conceder-lhe a concessão do cabo submarino (BESOUCHET, 1978, p. 159). Em defesa de Rio Branco, Mauá, que também era deputado, encerrou sua carreira no parlamento ao renunciar o mandato ainda em 1874 (BESOUCHET, 1978, p. 159). Com essa atitude o Mauá criou fortes atritos com seu partido, o Liberal, e com seu líder, Silveira Martins. Apesar de toda a confusão, a câmara não aceitou a renúncia de Mauá, tanto que nas atas de debate da casa seu nome sempre aparece entre os dos deputados ausentes.

Rio Branco é acusado também, dessa vez por Cesário Alvim, de ter confiado aproximadamente 8.000 contos, sem garantia, do Tesouro nacional para o Banco Mauá. Zacarias chegou a afirmar que o Rio Branco, ao defender o Banco Mauá, estava defendendo seus interesses pessoais. Como não participava mais das sessões parlamentares, Mauá não podia se defender das acusações e essa atitude passiva em relação à defesa de sua inocência foi tomada como uma confissão de culpa, intensificando ainda mais o ataque dos liberais.

Paralelamente aos ataques no parlamento, o pedido de moratória seguia seu curso. Qualquer pedido desse tipo no Brasil possuía um prazo máximo de três anos, sendo que, se no final desse prazo, as pendências não fossem solucionadas, se passava à falência. No caso do Banco Mauá, ainda havia valores a serem restituídos ao final do prazo de três anos, embora aproximadamente 50.000 contos tivessem sido eliminados de seu balanço, como indicado na Tabela 12.

Tabela 12 – Balanço das Casas Mauá & Cia., na data de suspensão e pagamentos de pagamentos e na da falência

(continua)

Data da suspensão			
Ativo		Passivo	
Quinhões a emitir	10.000:000\$000	Capital	20.000:000\$000
Fundos públicos e ações	16.072:416\$060	Fundo de amortização	2.489:154\$301
Imóveis	5.262:139\$504	Lucros suspensos	69:456\$659
Contas correntes	26.413:586\$929	Emissão	5.174:000\$000
Letras a receber	2.720:033\$086	Contas correntes	35.619:124\$206

Tabela 12 – Balanço das Casas Mauá & Cia., na data de suspensão e pagamentos de pagamentos e na da falência

(conclusão)

Data da suspensão			
Ativo		Passivo	
Letras descontadas	3.680:647\$674	Letras a pagar	7.956:868\$352
Títulos em liquidação	2.573:744\$627	Letras por dinheiro a prêmio	4.245:759\$019
Casas filiais	21.196:228\$842	Recâmbios	
Escritório e mobília	94:120\$980	Casas filiais	21.763:596\$460
Despesas gerais	204:635\$862	Descontos	757:996\$090
Juros	298:497\$323		
Reclamação contra o Governo Oriental	3.792:168\$000		
Caixa	4.143:442\$171		
Lucros e perdas	1.624:294\$029		
Liquidação de Mauá & C. (Montevidéo)			
	98.075:955\$087		98.075:955\$087
Data da falência			
Ativo		Passivo	
Imóveis	2.159:632\$935	Capital	10.000:000\$000
Contas correntes	10.945:432\$181	Lucros suspensos	63:414\$137
Letras a receber	373:472\$712	Contas correntes	20.992:140\$545
Letras descontadas	178:980\$335	Letras a pagar	857:339\$940
Títulos em liquidação	1.218:391\$853	Letras por dinheiro a prêmio	2.354:645\$284
Casas filiais	2.448:689\$973	Recâmbios	550:874\$480
Escritório e mobília	17:886\$216	Casas filiais	3.094:143\$527
Despesas gerais	72:584\$695	Descontos	3:340\$908
Juros	92:449\$445		
Reclamação contra o Governo Oriental			
Caixa	16:468\$062		
Lucros e perdas	974:115\$547		
Liquidação de Mauá & C. (Montevidéo)	10.562:712\$001		
	37.915:898\$821		37.915:898\$821

Fonte: Mauá (2011, p. 278).

Em 15 maio de 1875, o Banco Mauá possuía um passivo de 98.075:955\$087, sendo que, o principal montante do passivo era referente às contas correntes, o que correspondia a 35.619:124\$206. Na data da falência, o passivo do banco era de 37.915:898\$821, valor aproximado ao que correspondia apenas ao montante das contas correntes na data de suspensão de pagamentos. É preciso destacar que, na data da falência, as contas correntes

continuavam sendo o principal passivo do banco, com um montante equivalente a 20.992:140\$545, seguida pelas letras por dinheiro a prêmio (2.354:645\$284) e pelo passivo das casas filiais (3.094:143\$527).

A prorrogação da moratória não era permitida pela lei. Diante de uma liquidação iminente, Mauá solicitou que ele mesmo fosse o caixeiro do seu processo. No entanto, a legislação fazia uma exigência impossível de ser cumprida: a presença da maioria absoluta dos credores do Banco Mauá. Tal exigência era impraticável visto que havia credores no Rio Grande, São Paulo, Santos, Campinas, Bahia, Recife, Belém, Londres etc. Além disso, estava proibido que cada credor tivesse mais de uma procuração. Obviamente, não foi possível cumprir a exigência e Mauá foi declarado falido em 19 de maio de 1878, depois de ter quitado aproximadamente dois terços dos seus débitos. Seria importante a possibilidade de aumentar o tempo de moratória concedido ao banco, pois, dessa forma, haveria tempo para que Mauá quitasse o restante do passivo do banco, evitando assim que a falência fosse aberta.

No momento em que a falência foi decretada, Mauá faz a entrega dos seus bens imóveis e de todos os objetos de valor que possuía. A lei brasileira permitia conservar objetos de uso pessoal, mas Mauá não quis se valer dessa lei.

No Império a crise financeira estava cada vez mais crítica, com o sistema monocultor cafeeiro apresentando cada vez mais perturbações. Em 1878, a chamada “Lei do auxílio” foi promulgada por Silveira Martins, que fazia uma emissão de 60.000 contos na tentativa de contornar uma crise monetária (BESOUCHET, 1978, p. 171). Além disso, o Nordeste era castigado por uma dura seca que já havia matado mais de duzentas mil pessoas. Os primeiros sinais da ruptura entre a economia cafeeira e o sistema monárquico não tardaram a aparecer.

Com vimos no decorrer desse capítulo, o Banco Mauá & Cia. iniciou suas atividades enfrentando problemas, marcado por um ativo comprometido com prejuízos do Banco Mauá, MacGregor & Cia. Além disso, o banco em Montevideu atravessava contratemplos, fechando suas portas pela primeira vez em 1868 devido a decretos do governo uruguaio que obrigavam os bancos a realizarem suas atividades na base do ouro, o que, em um cenário de crise latente, levou a uma corrida aos bancos.

A suspensão de pagamentos em Montevideu e os impactos causados pela Guerra do Paraguai tornavam ainda mais difícil a situação. Apesar de ter reaberto suas portas algum tempo depois, o Banco Mauá de Montevideu teve sua segunda suspensão de pagamentos em

1869, mesmo ano em que findava o período para a recomposição do seu capital. Os fatos que ocorreram no Uruguai e a guerra enfrentada no Sul da América afetavam diretamente as atividades bancárias de Mauá.

Apesar dos contratempos, em 1870 o Banco Mauá de Montevideu reabriu mais uma vez as portas. O contexto parecia indicar a possibilidade de uma trajetória ascendente e duradoura, mas em 1875 o Banco Mauá viria a decretar moratória, primeiro no Uruguai e, posteriormente, como em um efeito dominó, na casa matriz e em todas as outras agências do banco espalhadas pelo mundo. Visto isso, o próximo capítulo tratará com maior profundidade do processo que levou à falência dessa instituição ao pesquisar na bibliografia e na documentação como esse processo foi narrado e interpretado.

Fotografia 2 - O Banco Mauá & Cia. em Montevideu



Fonte: Fotografia do antigo Banco Mauá & Cia. de Montevideu. Disponível em: MAUÁ, Irineo Evangelista de Sousa Barão; BESOUCHET, Lídia. **Correspondência política de Mauá no Rio da Prata (1850-1885)**. Companhia Ed. Nacional, 1977. Fotógrafo desconhecido.

4 BANCO MAUÁ & CIA.: O DECLÍNIO E A FALÊNCIA A PARTIR DA BIBLIOGRAFIA, DA IMPRENSA E DO PARLAMENTO (1874-1875)

4.1 DECLÍNIO E A FALÊNCIA NA BIBLIOGRAFIA

Diversos autores interpretaram a vida e os negócios de Mauá. Entre eles podemos citar Lúcia Besouchet, Alberto de Faria e, mais recentemente, Jorge Caldeira. O próprio Mauá escreveu sua autobiografia. Esta parte do estudo visa apresentar como os autores que estudaram Mauá trataram da falência de seu banco, o que indicaram como motivos que teriam levado a esse desfecho melancólico. O intuito é, posteriormente, comparar essas interpretações com o que foi encontrado na imprensa e no parlamento. Além disso, esta seção servirá como uma preparação para que o leitor consiga entender mais facilmente a análise comparativa realizada mais adiante.

A comparação será feita entre a Autobiografia de Mauá, as interpretações dos autores que tratam sobre sua falência e as novas fontes: os debates no parlamento e a imprensa da Corte. Fazer o uso da Autobiografia é essencial, pois ela representa uma rica fonte de informações sobre todos os acontecimentos que cercaram o Banco Mauá & Cia. e seus antecessores. Além disso, serve como uma bússola para contrapor ou complementar ideias de outros autores. Um problema que existe ao se analisar uma autobiografia reside no fato de que, normalmente, seus autores não revelam certos detalhes da história, o que segundo Jaume Aurell (2014, p. 345), se dá devido à falta de objetividade do texto, a narração tendenciosa, as falhas de memória (intencionais ou não intencionais). Quando analisamos outras fontes, notamos que, por mais completa que seja a narrativa do Mauá sobre a sua trajetória, existe outros pontos de vistas e narrativas de alguns acontecimentos que não são descritos na Autobiografia.

Mauá encerra sua Autobiografia apresentando seu julgamento sobre os motivos que levaram à sua falência. Essa é a questão para a qual este estudo pretende contribuir. Ao percorrer a bibliografia sobre Mauá, é possível notar que muitos autores apresentam alguns dos mesmos seis motivos apresentados na Autobiografia, isto é, a proibição do Banco Mauá, MacGregor & Cia. em assumir a forma de comandita por ações; as leis financeiras; as decisões dos tribunais brasileiros; os gastos com a estrada de ferro Santos-Jundiaí; os problemas no Uruguai; e a negativa de crédito por parte do Banco do Brasil em 1875.

Nesta seção analisaremos a literatura para, na próxima, apresentar as narrativas da falência que puderam ser extraídas da imprensa da Corte e dos debates no senado e na câmara. É importante destacar que, embora haja bastante bibliografia sobre diversos aspectos e momentos da trajetória do Banco Mauá, são poucos os autores que efetivamente analisaram os motivos que levaram a instituição à falência. Por exemplo, temos o estudo de Marchant (1950) e do Barman (1981), que apesar de fazerem uma narrativa sobre Mauá e sua trajetória bancária, não contemplam uma análise profunda sobre a falência do banco.

Na análise que segue, exploramos cada um dos seis motivos apresentados por Mauá e como eles aparecem também nas interpretações de estudiosos que trataram de sua vida e de seus negócios. Inicialmente, Mauá (2011, p. 260) aponta que a principal causa do seu infortúnio havia sido a intervenção do Poder Executivo na organização do Banco Mauá, MacGregor & Cia. Embora a causa seja bastante remota, Mauá alega que essa intervenção acabou comprometendo o planejamento para uma maior segurança e garantia para o futuro.

Quando o Banco Mauá, MacGregor & Cia. encerrou suas atividades e modificou as estruturas do banco unindo seus ativos pessoais para criar o Banco Mauá & Cia., segundo Besouchet (1978, p. 155), Mauá estava cometendo o maior erro da sua vida, visto que, ao fazer a junção patrimonial da pessoa física e jurídica haveria uma perda de controle da real situação do estabelecimento, o que dificultaria a análise dos prejuízos e acarretaria decisões equivocadas. Além disso, essa junção poderia levar a uma perda substancial de patrimônio particular. Esse erro pode estar relacionado ao que Minadeo (2002, p. 14-15) apresenta como argumento, que apesar de sair da curva do que é relatado por Mauá, relaciona-se à falta de planejamento de longo prazo. Além disso, Minadeo completa seu raciocínio apresentando uma lista de simplificações falaciosas comuns em estudos sobre Mauá e duas delas são particularmente importantes para o nosso estudo: a primeira diz respeito ao fato de Mauá culpar o governo por seus fracassos, quando na verdade estariam mais ligados à administração dos negócios; a segunda aponta para o fato da atuação de Mauá ser malsucedida nas ferrovias brasileiras, sendo esse infortúnio intimamente ligado à falta de atenção ao planejamento de suas atividades e não por causa de maus empreiteiros, sócios ingleses ou do governo.

A segunda causa apontada por Mauá (2011, p. 261) foram as leis financeiras que, em sua avaliação, excluía a iniciativa individual e subordinavam o capital a um rígido controle governamental. É sabido que realmente leis restritivas afetaram o funcionamento dos

negócios de Mauá. Curiosamente, nenhum autor estudado apontou essa causa levantada por Mauá em suas análises.

A terceira causa apontava para as decisões dos tribunais brasileiros, tidas como injustas por Mauá. Um exemplo disso seria a sentença do caso da falência da Astley Wilson & C.. Essa firma tinha transações com o Banco Mauá, sendo elas baseadas na garantia de letras e em contas correntes, em que os devedores passavam cheques para assegurar as somas das suas transações. Quando a firma Astley Wilson & C. faliu, foram cobrados os adiantamentos feitos por parte do banco e o Tribunal do Comércio da praça do Rio de Janeiro confiscou parte desses adiantamentos (MAUÁ, 2011, p. 261). Assim como a segunda causa, essa também não é indicada por nenhum outro autor estudado.

A quarta causa apontada foi a estrada de ferro Santos-Jundiaí. A obra teve seus custos aumentados em mais de 2.000 contos e esse valor que excedeu o orçamento inicial para a construção dessa linha férrea ficou por conta do Banco Mauá. Se esse valor devido fosse somado aos juros dessa dívida, o valor empregado na estrada de ferro seria mais do que suficiente para impedir que o banco sucumbisse à bancarrota. Para Faria (1933, p. 517), essa seria a segunda grande causa da falência: a falta de pagamento por parte da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí.

Constituída com um capital de 2.000.000 de libras e 2.750.000 de debentures, a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí encontrou-se em um determinado momento sem recursos, chegando ao Imperador a informação de que seriam necessárias 100.000 libras que evitar sua falência. A partir desse momento que Mauá forneceu os capitais para que a obra continuasse a ser feita. Sem garantias seguras de receber o montante adiantado, esse foi um grande erro de Mauá como empresário (FARIA, 1933, p. 517).

O problema da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí foram os recursos emprestados por Mauá sem a garantia de retorno. A dívida da Estrada de Ferro Santo-Jundiaí para com Mauá era dividida de duas formas: 76.506:14,10 de libras em adiantamentos feitos aos seus agentes em São Paulo para conservação e conclusão da obra e 338.255.145 de libras entregues aos empreiteiros Robert Sharpe & Cia. (FARIA, 1933, p. 518).

Besouchet (1978, p. 168) também menciona o caso da Santos-Jundiaí em seu estudo. Ela mostra que Mauá, durante o período de moratória, foi a Londres reclamar a dívida de 76.000.000 de libras-ouro em adiantamento aos empreiteiros da Santos-Jundiaí e mais

388.000.000 de libra-ouro entregues ao último incorporador da empresa. Mauá regressa ao Brasil sem receber uma única libra da dívida. Esse embate só seria resolvido em 1884 com uma decisão favorável aos ingleses.

Embora os problemas no Uruguai tenham acarretado consequências graves para seu banco, eles aparecem apenas como a quinta justificativa para a falência, segundo a lista de Mauá. É importante lembrar que o Banco Mauá resistiu a grandes dificuldades políticas no Uruguai, mas teve uma vasta trajetória: efetuou a consolidação da dívida uruguaia, apoiou diversos governos com seus recursos, auxiliou no desenvolvimento do país e implantou novos métodos bancários em Montevideú. Para Soares (1957, p. 310-311) o excesso de emissão, mesmo após a diminuição da dívida uruguaia, foi o grande peso que Mauá teve que levar durante todos os anos de atividade do Banco Mauá em Montevideú.

Na verdade, como apresentado anteriormente, os problemas do Banco Mauá no Uruguai se intensificaram após o governo de Battle, com uma legislação que se alterava constantemente e afetava diretamente os direitos assegurados ao banco. Castro Rebello comenta tais fatos, afirmando:

Sob o ministério Rio Branco, Mauá, não só dispõe da diplomacia do Império para a proteção de seus interesses, perante o governo oriental, como, apesar do estado precário do seu crédito e dos ataques da imprensa, é o banqueiro a que, de preferência, recorre ao governo, para realizar no exterior pagamentos, que sobem, quinzenalmente, a mais de 1.000 contos de réis e pelos quais embolsa os protegidos lucros consideráveis, com prejuízo da fazenda pública. Resultado: ao se abrir a falência, ainda tem o governo contra ele, um crédito, em cambiais, superior a 6.000 contos de réis. (REBELLO, 1932, p. 179-180).

Mauá explica que seus problemas no Uruguai começaram com a intervenção do Brasil em favor da revolução de Flores, mesmo período em que seu banco elevou em grande medida suas emissões, a fim de auxiliar o governo no poder contra a revolução, como já apresentado no capítulo anterior. A vitória da revolução, que só foi possível com essa intervenção, fez com que, segundo Mauá (2011, p. 269), surgissem “todas as calamidades que vieram perturbar a marcha das instituições de crédito, que giravam sob meu nome e responsabilidade, cuja posição havia conseguido elevar a uma altura que ombreava com as primeiras do mundo financeiro”. Para Caldeira (2014, p. 498), as causas do desastre de Mauá realmente podiam ser vistas com clareza desde 1864, quando o governo brasileiro decidiu intervir no Uruguai, ficando claro, segundo o autor, que em algum momento a economia uruguaia poderia ser destruída. Para Soares (1957, p. 306), os problemas enfrentados pelo Banco Mauá no Uruguai

estavam ligados ao simples fato do banco ser estrangeiro e, por isso, o autor afirma que era esperado que as leis fossem contrárias aos interesses do banco.

E, por último, mas não menos importante, Mauá (2011, p. 269) cita a negativa de crédito solicitado ao Banco do Brasil como a sexta causa da falência. Essa negativa, segundo Mauá (2011, p. 269), estava ligada à censura pública em sessão da assembleia geral dos acionistas do Banco do Brasil à sua administração, ocorrida em 30 de setembro de 1869. Como mencionado, a assembleia acusava o Banco Mauá de usar crédito em larga escala, não apenas no Brasil, mas também no exterior.

Para Faria (1933, p. 513-514) o processo é quase um emaranhado de grandes fatores. Segundo o autor, tudo se inicia em 1864 quando, para conseguir controlar a crise, o Banco Mauá e MacGregor, solicita o empréstimo de 5.246:440\$000 ao Banco do Brasil. Acrescido a isso, o Banco Mauá sofre com um prejuízo de 2.500 contos acarretado pelas falências de 1864. O estabelecimento sofre também os impactos da Guerra do Paraguai (1864 a 1870), as crises agrícolas e a diminuição das safras de café e açúcar. O fato era de que em 1870, o Banco Mauá devia cerca de 9.000 contos ao Banco do Brasil, e as notícias dos problemas no Uruguai viriam para abalar essa relação de crédito.

Esse descrédito com o Banco do Brasil e as discursões na câmara, em março de 1873, onde eram apontadas as condições precárias do Banco Mauá, faziam com que a imagem da instituição ficasse cada dia mais frágil. Quando em 1875, o Banco Mauá solicita um empréstimo de 3.000 contos ao Banco do Brasil, esse pedido é recusado. Para Faria (1933, p. 516) essa foi a “primeira e a principal causa da catástrofe”.

Vimos até aqui que a literatura sobre Mauá explicou sua falência por meio de causas que já haviam sido elencadas por ele em sua Autobiografia. Agora vamos ver autores que, de certa maneira, apresentaram novos elementos interpretativos. Além da falta de planejamento apontada por Minadeo (2002, p. 14-15) descrita anteriormente, Calógeras (1960, p. 162-163) apresenta uma explicação monetária para o que teria sido a causa da falência de Mauá. Apesar de se referir aos mesmos acontecimentos já descritos, a explicação do autor se destaca por ter uma visão diferente das já discutidas. Para Calógeras,

Um empréstimo de 5 milhões de estrelinos a 5% fora contraído em Londres em 1875 e emitido a 96 ½ ; o Governo importara aproximadamente 1.100.000 libras para suas despesas. No mês de abril de 1875, soube-se que o governo sacaria sobre o saldo de Londres, dadas suas necessidades no Brasil. Os bancos tiveram, pois, de preparar-se e reunir os fundos indispensáveis à compra de saques, sendo o papel moeda desprovido de qualquer flexibilidade, a única maneira de agir só poderia ser a

pressão sobre seus devedores, a fim de provocar o retorno dos fundos. Dificuldades generalizadas daí resultaram para a praça do Rio e começaram as falências. O Banco Nacional encerrou sem balanço em 12 de maio; o Banco Mauá e o Banco Alemão seguiram-lhe o exemplo. O primeiro, dirigido pelo Visconde de Mauá, mantinha sucursal em Montevideu e sofreu as consequências dos acontecimentos no Uruguai, não pôde liquidar a tempo suas disponibilidades nesse mercado, daí resultando não só a falência do banco como ainda a perspectiva de prejuízos muito mais graves para o Governo, que negociara por 756.000 libras os títulos desse estabelecimento, não pagos nos vencimentos. Esse crédito, aliás, foi mais tarde liquidado.

A falência de Mauá é decretada nessa etapa do declínio do império. Besouchet (1978, p. 171) destaca que a falência de Mauá era dada não “pela ruína de seus negócios, mas por uma injusta aplicação da justiça”. A quitação dos credores que haviam confiado no Banco Mauá tornou-se a principal meta do Barão.

Na verdade, a história da moratória de Mauá seguida pela falência foi uma das mais singulares no Brasil. Em 1874, está à frente do grupo financeiro que inaugurava a ligação telegráfica submarina com a Europa e os Estados Unidos. Recebe pelos esforços realizados o título de Visconde. Um ano depois é declarado insolvente perseguido e abandonado pelo próprio governo que o premiara “pelos importantes serviços prestados à nação”. (BESOUCHET, 1978, p. 172).

Essa foi uma breve descrição do que a bibliografia trata sobre o tema. De maneira geral, a bibliografia se alinha com o que foi defendido por Mauá como o motivo para sua falência. No entanto, alguns fatores novos apareceram como, por exemplo, a falta de planejamento apontada por Minadeo (2002) e as causas monetárias apontadas por Calógeras (1960). Apesar da considerável quantidade de autores que tratam da questão do Banco Mauá & Cia., são poucos que efetivamente analisam os motivos que levaram o estabelecimento à moratória e, posteriormente, à falência. A seção seguinte analisa as interpretações da falência de Mauá a partir dos jornais da Corte e do parlamento, a fim de cotejá-las com a bibliografia analisada.

4.2 O PROCESSO DE FALÊNCIA NA IMPRENSA E NO PARLAMENTO

Esta seção tratará do processo de falência do Banco Mauá & Cia., mas com um ponto de vista diferente do utilizado até agora, pois serão analisados os jornais da Corte e os anais do senado e da câmara dos deputados. Sobre esses últimos, embora costumassem ser publicados em jornais, optamos por utilizar a documentação original, seja para garantir a análise efetiva de todas as sessões, seja pela facilidade de acesso, pois essa documentação está

disponível em meio digital. Quanto aos primeiros, utilizamos a hemeroteca da Biblioteca Nacional.

A intenção ao usarmos fontes distintas é conseguir comparar as informações sobre a falência do Banco Mauá presentes na imprensa da Corte e nos anais do parlamento brasileiro com as narrativas sobre esse processo construídas pelo próprio Mauá em sua Autobiografia e com a bibliografia anteriormente analisada. Quando trabalhamos com a imprensa da Corte, em sua maioria por jornais impressos, é como se pudéssemos viajar no tempo e nos sentirmos se estivéssemos ali, sentados em frente à Candelária, observando o mar, à espera do próximo acontecimento que marcaria o cotidiano do país.

Como poderá ser observado no decorrer desta seção as coisas aconteciam muito rápido e eram captadas pela imprensa no calor do momento. Trabalhar com esse tipo de fonte permite ao historiador entrar em contato com os fatos do cotidiano e, de certa maneira, vivenciá-los. Contudo, o tempo da imprensa é rápido, os acontecimentos são fugazes e muitas vezes fragmentados, exigindo do historiador a habilidade de um alfaiate ao costurar uma colcha de retalhos. Partiremos, então dos retalhos, para tentar chegar à colcha.

Essa fragmentação pode ser notada nos jornais analisados para 1874 e 1875, anos em que se processou a fase final do declínio de Mauá, disponíveis na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Foram analisados oito jornais da Corte, totalizando 105 edições: A Reforma; Diário do Rio de Janeiro; A Nação; A Pátria; Jornal da Tarde; Jornal do Comércio; O Globo; e O Mequetrefe. A justificativa da escolha dos jornais da Corte se dá pelo fato desses jornais estarem mais próximos da praça onde se encontrava o Banco Mauá, tornando-se, conseqüentemente, fontes com maior capacidade e interesse em cobrir a falência do banco. A seguir, foram pesquisados os termos “Mauá”, “Banco Mauá”, “moratória”, “falência” e “crise”. A etapa seguinte foi a leitura e seleção dos artigos que tratavam do tema da pesquisa, a fim de filtrar os mais importantes para a análise.

No entanto, antes de dar prosseguimento ao estudo é necessário fazer uma breve contextualização sobre a história e o posicionamento dos jornais utilizados, com o intuito de facilitar a análise do tema. Como já especificado, os jornais escolhidos circulavam na Corte e, dessa forma, todos eles surgiram na praça do Rio de Janeiro durante o século XIX. Sabendo disso, iniciaremos com informações sobre o Jornal do Comércio, que surgiu na praça do Rio de Janeiro em 1º de outubro de 1827 e era considerado o principal jornal da época, tendo sua orientação conservadora sempre bem definida (LEAL, 2009).

A Reforma, que teve sua primeira edição lançada no dia 12 de maio de 1869, era assinado por Nabuco de Araújo, Souza Franco, Zacarias, Teófilo Ottoni, entre outros. O jornal era defensor do liberalismo, trazendo pautas como a reforma eleitoral, reforma judiciária e a abolição da escravatura (SODRÉ, 1998, p. 202). A Nação teve o início das suas atividades no dia 3 de julho de 1872, sendo de linha conservadora, embora alegasse não ter nenhuma ligação com o governo, “a não ser o da simpatia de ideias e da continuação de um apoio [...], tendo o propósito de manter na imprensa enquanto merecer nossos aplausos e adesão o seu procedimento” (A NAÇÃO, 1872, ed. 001, p. 1). Questionava, desde a sua primeira edição, o posicionamento do jornal A Reforma. Em contrapartida, A Pátria, que surgiria na praça do Rio de Janeiro no dia 2 de janeiro de 1856, era abertamente hostil ao governo (A PÁTRIA, 1856, ed. 001, p. 1).

Por sua vez, o Diário do Rio de Janeiro foi lançado em 1º de junho de 1821, sendo fundado e regido pelo português Zeferino Vito de Meireles, ficando conhecido por sua omissão em questões políticas, tornando-se o primeiro jornal meramente informativo do Brasil (SODRÉ, 1998, p. 50). Na mesma linha nos deparamos com o jornal O Globo, que iniciou suas atividades em janeiro de 1852 e, apesar das poucas informações encontradas sobre esse jornal, é possível notar sua maneira mais imparcial de transmitir o noticiário (O GLOBO, 1852, ed. 006, p. 1). O Jornal da Tarde iniciou suas atividades em setembro de 1869, tendo como redator e proprietário Charles F. de Vivaldi em sociedade com o Barão de Pacheco, com publicações periódicas que defendiam o desenvolvimento do país (SILVA, 2018, p. 12). Por último, citamos o jornal O Mequetrefe, que surgiu no Rio de Janeiro em 1875, sendo dirigido por Lins de Albuquerque e composto por caricaturistas brasileiros de notável importância no século XIX, como Aluísio Azevedo, e contava, na redação, com Olavo Bilac (SÓDRE, 1998, p. 217).

Visto isso, começaremos a análise feita com os jornais publicados de 4 de fevereiro de 1874, referindo à edição de número 26 do Jornal A Nação, até as publicações de 12 de dezembro de 1875, referindo à edição de número 344 do Jornal do Comércio. Ao tomarmos as notícias publicadas na imprensa como fonte, notamos que o ano de 1874 foi marcado por uma relativa tranquilidade para Mauá e seus negócios, pelo menos era essa a aparência que se tinha. Por exemplo, em junho desse ano foi inaugurado o cabo telegráfico submarino, que colocava o Rio de Janeiro, Bahia, Recife e outras localidades ligadas a capital do império em contato com a Europa. Esse cabo inicialmente estava sob concessão de Mauá, sendo transferido posteriormente para uma companhia inglesa por 35.000 libras (A NAÇÃO, 1874,

ed. 138, p. 2). Essa informação é importante para esse estudo, pois veremos adiante que a transferência das empresas de Mauá para a administração estrangeira será alvo de crítica no senado. A Nação²⁹ complementa mostrando que ao ceder a concessão à companhia, Mauá não conseguiu obter lucros, mesmo sendo responsável por grande parte da realização das obras.

Além disso, sendo reconhecido pelos serviços prestados ao Estado, e principalmente, pela conclusão das obras do cabo submarino, Mauá recebeu o título de Visconde³⁰. A popularidade de Mauá era tamanha que em Santos foi feita uma demonstração de apreço, onde pessoas de todas as classes felicitaram o gerente do Banco Mauá daquela praça, visto que ele seria um representante do mais novo Visconde (JORNAL DO COMÉRCIO, 1874, ed. 183, p. 2).

No entanto, como vimos, no final de 1874 outra revolução aconteceu no Uruguai, com a ascensão de Pedro Varela ao poder. Para contornar a crise enfrentada pelo país, houve um aumento das emissões feitas pelo próprio Estado. A Nação (1875, ed. 40, p. 2) e o Jornal do Comércio (1875, ed. 068, p. 2) destacaram essa política de expansão monetária feita pelo governo do país vizinho e demonstraram que, a partir dessa medida, uma expectativa de desvalorização da moeda nacional em relação ao ouro foi gerada e, conseqüentemente, ensejou uma corrida de clientes aos bancos do país demandando a conversão de suas notas em metal. Ambos os jornais não se referiram especificamente ao Banco Mauá. O Jornal do Comércio, entretanto, informava que as notícias que circulavam na imprensa uruguaia eram tranquilizadoras, apesar do efeito desestabilizador dos boatos que corriam na boca da população.

Outra decisão tomada pelo governo uruguaio, o estabelecimento do curso forçado das notas, foi justificada com o intuito de facilitar a conversão da emissão pela junta de crédito público e habilitar os bancos a fazer qualquer operação de crédito que fosse útil ao governo para que houvesse fundos suficientes para o pagamento da dívida pública uruguaia. Ao

²⁹ O jornal A Pátria (30/09/1875, ed. 111, p. 2) levantou a hipótese de corrupção no jornal A Nação. Para A Pátria seria o Tesouro brasileiro que pagava a manutenção de A Nação e este, por sua vez, teria fortes relações com o Banco Mauá, sendo possível o fornecimento de notícias tendenciosas por parte desse jornal. É certo que os meios de comunicação tomam seus pontos de vistas e defendem de certa forma seus interesses, havendo sempre dois, três, ou várias interpretações e variações de um mesmo tema. Por isso, não será descartado aqui nenhuma passagem de nenhum jornal da Corte que tenha importância para o nosso estudo. Destaca-se aqui a importância do estudo bibliográfico anterior, fazendo com que seja possível criar um senso de crítica ao que se é noticiado.

³⁰ Apesar de ter recebido o título de Visconde em 25 de junho de 1874, continuaremos tratando Irineu Evangelista como Mauá, sendo raras as exceções que será usado o título de Visconde para se referir a ele, de forma que não ocorra nenhuma confusão ao leitor.

mesmo tempo, o jornal noticiou que o Ministro da Fazenda do Uruguai convocou uma reunião em sua casa com os principais comerciantes do país, na qual alertou os presentes de uma grave crise econômica iminente (JORNAL DO COMÉRCIO, 1875, ed. 68, p. 2).

Com essas medidas e a inquietação crescente da população levou a uma corrida aos bancos da praça de Montevideú, e, como poderia se esperar, suscitou no fechamento das portas de dois bancos: o Banco Mauá & Cia. e o Banco Navia & Cia.. A Nação (1875, ed. 40, p. 2) recolheu informações que apontavam o motivo da crise naquela praça. Para o jornal, a corrida era mesmo decorrente da desconfiança suscitada pela emissão de bilhetes feita pelo governo. O jornal ainda destacou que o fechamento dos bancos no dia 23 de fevereiro de 1875 não ocorreu devido à falta de capacidade para resistir à corrida, mas sim para impedir a saída de ouro. Para o Diário do Rio de Janeiro (1875, ed. 61, p. 1), o governo uruguaio não tomou as medidas necessárias para conter o pânico que havia se instalado na praça de Montevideú, que culminou em uma grande corrida aos bancos, e menciona o fechamento dos dois bancos mencionados. A Nação (1875, ed. 046, p. 2) avalia ainda que o anúncio de emissão de bilhetes foi uma forma de arrancar o ouro dos bancos e tornar a moeda que seria emitida pelo Estado a mais forte em circulação. Dessa forma, o jornal alega que foi pelo fato do Banco Mauá e o Banco Návia compreenderem o plano do governo, que essas instituições fecharam as portas, retomando a ideia de que os bancos estavam totalmente “saudáveis” quando encerraram as atividades. Já O Diário do Rio de Janeiro (1875, ed. 61, p. 1) cita uma passagem de A tribuna de Montevideú, publicado em março de 1875, na qual se afirmava que “aconteceu o que havíamos previsto em novembro do ano passado. Dois bancos acabam de suspender seus pagamentos [...], o governo tem procedido com muito tino deixando à força das circunstâncias o cuidado de decidir o final dos acontecimentos”.

Fica claro, então, que para esses jornais a emissão do governo era a causadora do fechamento dos bancos. Além disso, é reforçada a ideia de que os bancos tinham uma boa condição financeira e o problema seria então a corrida resultante da desconfiança gerada pela atuação do Estado. O Diário do Rio de Janeiro aponta ainda que o governo uruguaio não tomou as medidas necessárias para conter a crise iminente em Montevideú. A Nação, jornal próximo ao governo brasileiro, logo Rio Branco e, conseqüentemente Mauá, insistia que os bancos eram saudáveis e essa era uma informação que ajudava o Banco Mauá ou, pelo menos, poderia servir para tranquilizar seus clientes no Brasil.

Como mencionamos, a lei bancária uruguaia limitava a emissão até o equivalente a três vezes o montante em ouro dos bancos. Sabendo disso, *A Nação* (1875, ed. 56, p.2), questiona o fato de que, se era legalmente permitida a emissão acima do estoque de ouro, nenhum banco poderia ser considerado falido após uma corrida esgotar a reserva metálica da instituição. De fato, os bancos podiam emitir acima das suas reservas e esse era uma prática comum. Seria natural pensar que se ocorresse uma corrida, três quartos da emissão estariam descobertos. Estava na lei e era uma prática bancária. E era justamente essa prática que tornava as corridas aos bancos tão perigosas. Se todos os portadores de notas do banco fossem convertê-las em metal ao mesmo tempo, o banco faliria. Além disso, é importante destacar que o próprio governo uruguaio solicitou a falência da filial do Banco Mauá em Montevideu e foi esse fato que levou ao questionamento de *A Nação*.

Até aqui os jornais falaram genericamente da crise enfrentada no Uruguai e, como não surpreende, dedicaram especial atenção ao Banco Mauá. O fechamento do banco em Montevideu recebeu atenção especial na edição do dia 3 de março de 1875, tanto no *Jornal do Comércio* (1875, ed. 62, p. 3), quanto no *A Nação* (1875, ed. 44, p. 2). Na verdade, tratava-se da reprodução de uma notícia publicada na *Tribuna*, imprensa oficial do Uruguai, do dia 24 do mês anterior, onde era descrito o fechamento do Banco Mauá & cia. e do Banco Návía:

Os Bancos Mauá e Návía fecharam ontem as portas à conversão dos seus bilhetes. A grande aglomeração de gente diante daqueles estabelecimentos tornou necessária a presença da força pública. Em ambos se afixaram cartazes anunciando que irão entrar em liquidação e pagaram religiosamente a todos os seus credores.

O *Jornal do Comércio* (1875, ed. 62, p. 3) destacava que a *Tribuna* considerava o Banco Mauá o mais sólido de todos os bancos de Montevideu, atribuindo a manejos políticos a corrida que ocorreu sobre ele e, conseqüentemente, o fechamento de suas portas. Diante da crise enfrentada pela praça foi convocada uma sessão extraordinária da câmara dos deputados uruguaiois, na qual a comissão da fazenda prometeu apresentar um projeto que tiraria o Uruguai da crise, como já havia sido destacado por *A Nação* anteriormente. Segundo o jornal *A Nação* (1875, ed. 44, p. 2), a crise uruguaia até aquele momento não havia atingido a matriz do Banco Mauá e as suas demais filiais. No entanto, como vimos no capítulo anterior, o jornal estava errado em sua análise. Havia uma relação entre os acontecimentos das filiais com a matriz do banco. A corrida enfrentada pelo Banco Mauá em Montevideu causaria uma desconfiança nos credores abalando toda a instituição.

Era justamente o que dizia o jornal *A Pátria* (1875, ed. 36, p. 1) ao alegar que a suspensão de pagamentos da filial de Montevideu acarretaria uma falência forçada de todas as filiais do banco, afetando assim várias praças, trazendo abalos e problemas econômicos gravíssimos. Essa colocação de *A Pátria* entra em contradição direta com o defendido pelo *A Nação*, descrito no parágrafo anterior, mas está em conformidade com o que foi acompanhado no estudo da bibliografia. Por meio dessa análise percebemos que o Banco Mauá atravessava sérias dificuldades, que serão acrescidas a outros contratempos como, por exemplo, a negativa de crédito por parte do Banco do Brasil e o desfalque feito pelos custos da estrada de ferro Santos-Jundiaí. Além disso, não podemos esquecer as ligações que o Banco Mauá tinha com o Tesouro brasileiro, relação que será descrita de forma mais detalhada posteriormente.

O *Jornal do Comércio* (1875, ed. 68, p. 2) avaliou ainda que a suspensão de pagamentos do Banco Mauá era um fato previsível e muito prejudicial à instituição. No entanto, assim como outros jornais, parece isentar o banco de culpa apontando que o principal motivo da crise estava ligado aos erros acumulados na crise política uruguaia. De fato, a crise poderia estar ligada diretamente aos erros do Estado uruguaio. No entanto, ao fazermos a análise juntamente com o estudo bibliográfico, percebemos que havia um planejamento bem estruturado pelo governo de Varela. A primeira medida tomada foi rescindir o contrato de emissão com o Banco Mauá afirmando, segundo Besouchet (1978, p. 167), que a instituição não era popular. Além disso, foram emitidos folhetos com duras críticas ao banco enfraqueciam ainda mais a imagem da instituição. Parecia clara a intenção do governo do Uruguai em prejudicar o banco.

Quando os bancos Mauá e Navia fecharam suas portas com a crise, o *Jornal do Comércio* (1875, ed. 62, p. 3) informou que os bancos de Londres, Mercantil e Comercial resistiriam, apesar de também terem sofrido com corridas sobre os seus recursos. *A Nação* (1875, ed. 40, p. 2) destaca que, diante da crise bancária, o governo uruguaio tentou sem sucesso entrar em acordo com os bancos da praça. Contudo, em curto prazo, era esperado que o governo adotasse alguma providência, como o curso forçado, para salvar os bancos ainda em atividade e reabrir os que já haviam fechado suas portas.

A visão sobre a crise no Uruguai e a situação bancária foi tratada pelo próprio Mauá em um artigo publicado pelo jornal *A Nação* (1875, ed. 46, p. 2). Nesse artigo, Mauá defendia que seu banco estava em um bom momento, expondo na imprensa as perseguições que ele e seu banco haviam sofrido por parte do governo uruguaio. Lembrando que, os

conflitos do governo uruguaio com o Banco Mauá tomaram força quando o general Lorenzo Battle assumiu o poder em 1868, impoñto a redução do limite de emissão dos bancos e retomando a conversibilidade em ouro, levando o banco a fechar as portas pela primeira vez no mesmo ano. Lembrou que, em 1869, a casa sofreu outro abalo no Uruguai, dessa vez, como vimos anteriormente, devido às políticas nacionalistas, e, finalmente, em 1874, as medidas tomadas pelo governo Varella que acarretariam seu pedido de moratória em 1875.

Mauá também afirmava que seu banco havia sofrido atentados oriundos do governo oriental, com violação das leis do país. Essa afirmação será tratada de forma mais aprofundada no decorrer da seção, visto que ela estava ligada ao pedido de falência aberto contra o Banco Mauá em Montevideú. Além disso, Mauá declarou que, apesar de ter entrado em liquidação, todas as dívidas e compromissos do banco seriam pagos integralmente. No entanto, esse posicionamento de Mauá é facilmente justificado: era preciso dizer em público que o Banco Mauá estava saudável para tranquilizar os clientes das outras filiais e até mesmo de outras instituições, distanciando a falta de confiança do público e evitando que as pessoas ligassem os acontecimentos daquele momento com o ocorrido durante a crise do Souto, em 1864.

O Jornal do Comércio (1875, ed. 77, p.3) apresentou informações retiradas do Telegrafo Marítimo, do dia 6 de março de 1875. Esse jornal alegava que, na verdade, o grande problema do Banco Mauá não seria gerado pelo governo uruguaio e sim pelo próprio dono. Era defendido que não havia garantia da emissão do Banco Mauá, e o próprio Visconde não havia feito nenhuma proposta sobre a emissão do seu banco, limitando-se apenas a apresentar ideias para um ajuste futuro. Isso supostamente mostraria que o Banco já não teria condições de fazer sua própria liquidação, reforçando a ideia do governo uruguaio de abrir o processo de falência da instituição. Em resposta, O Jornal do Comércio (1875, ed. 081, p. 2), critica o que se havia sido noticiado, sendo classificado como maldoso e mentiroso, comprometendo a seriedade da imprensa e o compromisso com o povo.

O perigo do contágio no mercado de bancos é real. O jornal A Pátria (1875, ed. 36, p. 1), por exemplo, afirmava que o “desastre da casa Mauá será o desastre do maior número e melhores casas comerciais do Império, e mesmo talvez o Banco do Brasil”, uma posição contrastante com a do jornal A Nação e francamente prejudicial aos interesses de Mauá. Parecia que o jornal A Pátria estava prevendo a crise que assolaria a praça do Rio de Janeiro

em 1875 e que levaria o Estado a auxiliar os bancos para que não sucumbissem, como veremos adiante.

Como mencionado, o governo uruguaio tentou efetivar a liquidação do Banco Mauá. O atrito entre as partes era tamanho que Mauá chegou a receber um mandado de prisão (A NAÇÃO, 1875, ed. 46, p. 2). No entanto, ao perceber que Mauá não aceitaria suas propostas, o governo acabou mostrando-se indiferente à situação. Em um telegrama vindo do correspondente do jornal A Nação de Montevideú, em 2 de março de 1875, é possível notar esse posicionamento na afirmação de que os “negócios do Banco Mauá & Cia. desta cidade bem encaminhados. O governo trata de entrar em ajuste sobre emissão”.

Em meio ao impasse, Pedro Cogoy, um simples funcionário do ministério da Fazenda uruguaio, em posse de um bilhete de dez pesos entrou com o requerimento da abertura da falência do Banco Mauá. A Nação (1875, ed. 49, p. 2), destaca que apesar de todos os protestos vindos dos comerciantes e dos credores do banco contra a medida, não houve outra saída: o juiz de primeira instância aceitou a petição. Com muita dificuldade esse juiz aceitou a apelação do caso e a expectativa era que o tribunal superior reformulasse a sentença da falência, entregando ao próprio banco a sua liquidação. Quanto a Pedro Cogoy, esse recebeu um melhor emprego (A NAÇÃO, 1875, ed. 049, p. 3), deixando a forte impressão de que o pedido de falência aberto não se passava de mais um jogo político. O correspondente do Jornal do Comercio em Montevideú, em 2 de março de 1875, afirmou que:

O governo exige que o banco entregue ao estado a sua emissão como condição para afrouxar os rigores, e permitir a liquidação pelo próprio banco, como todos os credores e o comercio em geral de sejam, recebendo em garantia dessa emissão títulos da dívida pública. O Sr. Visconde de Mauá acede a esta proposta, mas reluta em entregar esses títulos ao baixo valor em que hoje se acham, em consequência da crise financeira do país. Os que valiam 60 estavam cotados a 30, e não acham compradores porque não há dinheiro. Por aí se pode calcular o enorme prejuízo que se quer impor ao banco.

Entretanto, a situação deste é boa. Foi conduzido ao ponto em que se acha por uma série de arbitrariedades inauditas, e o governo imperial tem escrito dever de dar completa e eficaz proteção aos interesses brasileiros importantes que se querem sacrificar. Se o banco Mauá não alcançar esta proteção decidida, os brasileiros não têm mais segurança no Estado Oriental. Devem abandoná-lo imediatamente.

Essa passagem demonstra a instabilidade política no Uruguai e o Banco Mauá parecia seguir o movimento de um pêndulo, ora beneficiado, ora prejudicado pelo governo dependendo das circunstâncias políticas. Para A Nação (1875, ed. 49, p. 3), a liquidação do Banco Mauá trouxe benefícios para o próprio Mauá. Apesar de estranha, esse posicionamento

do jornal não surpreende, visto que a liquidação era certa e a tentativa de dizer que ela seria benéfica para o banco seria uma forma de tentar manter a credibilidade da matriz. O mesmo jornal, por sua vez, justificou sua posição afirmando que o fechamento do banco em Montevideu livraria Mauá dos problemas que surgiam do Uruguai. No entanto, isso só poderia ser positivo se as filiais do Banco Mauá na Argentina e em Londres, e a sede no Brasil continuassem abertas e firmes. Mas isso não aconteceu, como apresentado neste trabalho, na bibliografia e observado na própria narrativa da imprensa.

O Jornal do Comércio (1875, ed. 68, p. 3) classificou o ocorrido com o Banco Mauá de Montevideu como de “extrema violência” e incentivava o governo brasileiro a reagir contra tal ato, visto que a casa bancária representava interesses valiosos que não poderiam ser abandonados. Tais interesses se referiam ao dinheiro do Tesouro brasileiro depositado no banco, como será explorado em debates no senado. O Jornal do Comércio ainda acrescenta que havia motivos para desconfiar da atitude do governo uruguaio contra o Banco Mauá. Como explicar a abertura de falência sendo Pedro Cogoy, um funcionário do governo e com apenas dez pesos, a única pessoa a se apresentar em juiz e pedir a falência do banco? Para o Jornal do Comércio (1875, ed. 68, p. 2), esse era um escândalo sem tamanho.

O que tornava tudo ainda mais estranho é a exigência que o Banco Mauá entregasse ao Estado uruguaio toda a sua emissão, como condição para facilitar o rigoroso processo, autorizando que a liquidação fosse feita pelo próprio banco, como era vontade de todos os credores e previsto e amparado pela lei. Mauá aceitou esta proposta, mas entregou os títulos pelo valor pelo qual eles estavam valendo na data. Devido à crise financeira do Uruguai, os títulos que tinham o valor de 60 pesos estavam cotados a 30. Aqui podemos ter uma noção do prejuízo que o Banco Mauá enfrentou para conseguir ter acesso ao que era legalmente garantido.

Esse era o ponto em que a intervenção do governo imperial poderia ter sido crucial não apenas para o Banco Mauá, mas também para todos os credores ligados à instituição e para a praça do Rio de Janeiro que, posteriormente, seria fortemente afetada pela suspensão de pagamentos desse banco. Visto desse ângulo, não se tratava da defesa de uma instituição privada, mas de importantes interesses brasileiros. Além disso, segundo o Jornal do Comércio (1875, ed. 68, p. 3), se o Banco Mauá não tivesse a proteção imperial a segurança dos brasileiros no Estado Oriental estaria arruinada. O motivo do jornal alertar o governo brasileiro para o fato de que o Banco Mauá deveria ser ajudado se explica porque a quebra do

banco no Uruguai poderia causar uma crise na matriz brasileira e prejudicar seus credores, consequentemente, poderia causar uma crise para o próprio governo brasileiro.

Nesse ponto, as discussões do senado passam a complementar as análises da falência que aparecem nos jornais. Na sessão de 5 de abril de 1875, o senador Figueira de Mello³¹ demonstrou que o governo uruguaio havia quebrado, atingindo também os bancos daquele país. Entre essas instituições, como já sabemos, estava o Banco Mauá & Cia. de Montevideú. Segundo ele, para que Mauá recebesse o direito de fazer a liquidação do seu banco, o governo brasileiro passou a defender os interesses ligados a ele, mandando para o Uruguai embarcações de guerra, a fim de pressionar os juízes para que votassem contra o pedido de falência.

O senado logo tomou conhecimento desse fato e não tardou para que fossem tomadas posições políticas. Críticos do governo como Figueira de Mello colocaram em cheque a legalidade desse ato, questionando o que o Brasil iria fazer se, na crise de 1864, quando o governo alterou leis do comércio para auxiliar alguns estabelecimentos quebrados, países que tiveram algum prejuízo mandassem navios de guerra para “conduzir” as decisões dos tribunais brasileiros (BRASIL, 07/04/1875, p. 10).

No dia 17 de março de 1875 a crise financeira do Uruguai ainda estava presente nas manchetes dos jornais. Para contornar essa calamidade econômica o governo Uruguaio havia proposto a suspensão do pagamento de juros e da amortização das dívidas internas que, segundo *A Nação* (1875, ed. 56, p. 2), foi muito mal recebida pelos portadores dos títulos dessa dívida e muitos deles recorreram dessas medidas junto ao congresso nacional alegando a ilegalidade e injustiça da proposta. Outro projeto foi prontamente apresentado pelo governo uruguaio, no qual foi proposta uma emissão de oito milhões de pesos, com o intuito de pagar os juros da dívida pública, e o curso forçado do papel moeda (*A NAÇÃO*, 1875, ed. 56, p. 2).

Até essa data não haviam sido decididas as questões do Banco Mauá no Uruguai, sendo a última atualização feita no dia 15 do mesmo mês, referente a uma reunião conduzida pelo Tribunal Superior uruguaio, com o intuito de reformular a sentença dada pelo juiz de primeira instância. Não podemos esquecer que a situação do Banco Mauá vai muito além da área financeira, estando diretamente entrelaçada com a política oriental. E esse era o grande

³¹ Jerônimo Martinho Figueira de Mello, nasceu em Sobral – Ceará, no dia 19/04/1809, e faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 20/08/1878. Foi um advogado, magistrado e funcionário público, ocupando os cargos de Procurador da Coroa, Fazenda e Soberania Nacional.

problema. Segundo *A Nação* (1875, ed. 56, p. 2), “o presidente Pedro Varela [...] fez tudo quanto podia para sacrificar o referido banco, ao qual estão ligados tantos e tão valiosos interesses brasileiros e estrangeiros”.

Em relação à liquidação, o Código Comercial Uruguaio era bastante claro: se os credores a solicitassem de forma judicial, o processo deveria ser feito conforme os credores julgassem viáveis. Tendo em vista o que constava no Código, todos os credores do banco fizeram um abaixo assinado contra a sentença de falência e, apesar disso, como já mencionado anteriormente, o pedido de falência foi aberto. Era essa a violação da lei a que Mauá se referia. Um questionamento que pode ser feito nesse momento seria o motivo pelo qual o processo de falência seguiu mesmo contra a vontade dos credores. O jornal *A Nação* (1875, ed. 56, p. 2) insinua que o governo uruguaio teria interesse na falência já que conduziria o processo e assim poderia retirar recursos do banco. Alguns juízes protestaram contra as ambições do governo, entre eles o Dr. Carlos Castro³², que demonstrou que a sentença do Juiz de primeira instância era ilegal, visto que, o desejo de todos os credores do banco era que a liquidação fosse entregue ao próprio banco. O Dr. Carlos Castro completa sua colocação mostrando que “a perseguição movida pelo governo a esse estabelecimento e as arbitrariedades que se pretendia cometer, dariam lugar a uma grande reclamação, não só por parte do ministro do Brasil, como por parte de outros diplomatas, aos quais se haviam dirigido já aos estrangeiros cujos interesses se queria levemente sacrificar” (*A NAÇÃO*, 1875, ed. 56, p. 2).

O desfecho da crise no Uruguai está relacionado a um projeto apresentado pelo governo, no final de março de 1875, à câmara dos deputados, onde foi aprovado, e encaminhado para o senado. Resumidamente, as principais medidas que o projeto abrangia a suspensão do pagamento de juros e amortização das dívidas públicas; a autorização para o poder executivo monetizar as dívidas públicas; a emissão de bilhetes com curso forçado; destinação de recursos do fundo para pagamento de juros e amortização de dívidas para cobrir o déficit do governo; e a proibição da emissão enquanto não se retirasse de circulação quantia equivalente ao que excedesse o total da dívida pública.

A Nação (1875, ed. 62, p. 3) avalia como estranho o fato do mesmo governo, que se mostrou tão severo com o Banco Mauá a ponto de ignorar o código comercial vigente, estar

³² O Juiz Dr. Carlos Castro é conhecido por ser um dos signatários do tratado da trílice aliança durante a Guerra do Paraguai.

apresentando um projeto que estabelecia a imediata suspensão do pagamento dos juros e da amortização das dívidas do Estado. Para o jornal, esse projeto nada mais foi do que uma declaração formal da falência do Estado. A colocação do jornal alinha-se com o que foi pronunciado por Figueira Mello no senado brasileiro.

Esse projeto gerou uma grande insatisfação, principalmente entre os detentores de títulos da dívida pública, que fizeram um protesto junto aos diplomatas e consulados pedindo apoio. Por sua vez, os diplomatas estrangeiros fizeram uma nota coletiva, e a encaminharam ao governo uruguaio, protestando contra a violação do direito de propriedade que era garantido pela constituição do país. Até 30 de março de 1875, dia da publicação desses relatos no jornal *A Nação* (1875, ed. 062, p. 3), o apelo diplomático ainda não havia surtido nenhum efeito.

Quanto à questão do Banco Mauá em Montevideú, foi decidido, no dia 22 de março de 1875, que a liquidação seria entregue ao banco, como era o desejo de todos os credores e assegurado por lei. Segundo *A Nação* (1875, ed. 62, p. 3), “o que se fez ao Sr. Visconde de Mauá não tem nome”, e tal indignação vinha da tentativa de imposição do processo de falência e a total negligência quanto as leis comerciais locais e vigentes. O *Diário do Rio de Janeiro* (1875, ed. 136, p. 1) adverte que o Banco Mauá era o principal credor dos pecuaristas do interior uruguaio e a crise decorrente de sua falência e do Banco Návia poderia ser tremenda caso o governo não tomasse medidas urgentes.

Até aqui foi relatada a crise no Uruguai e o pedido de falência do Banco Mauá naquele país. Essa análise evidencia que a situação do banco já não era tão promissora em 1874, quando o governo Varella assumiu o poder. Até o momento, os fatos narrados na imprensa e no senado se alinham com o discutido na bibliografia. O enredo é o mesmo, mas pela imprensa observamos um detalhamento melhor dos fatos, acrescentando informações que dão maior embasamento para as acusações de Mauá e, conseqüentemente, elucidam a trajetória que levou ao pedido de falência no Uruguai. Um exemplo: o caso do pedido de falência aberto por Pedro Cogoy não foi discutido anteriormente, sendo apresentado apenas após a análise dos jornais. É possível afirmar também que a falência do Banco Mauá, em certa medida, está ligada aos acontecimentos uruguaiois. Não estamos afirmando ainda que essa é a única ou a principal causa do infortúnio, mas sim reconhecendo que esses fatores tiveram um peso. É preciso dar continuidade à análise e averiguar os acontecimentos no Brasil, país sede da matriz do banco estudado.

Como vimos, o Banco Mauá passou a enfrentar uma crise no Uruguai já em 1874. Em 1875, a crise latente no país vizinho passou a atormentar os negócios de Mauá também no Rio de Janeiro. Mauá, após enfrentar os problemas de Montevideú, se deparou com uma crise no Rio de Janeiro, que segundo ele, seria causada pela deficiência do meio circulante na praça (2011, p. 255).

A expansão monetária feita para financiar a Guerra do Paraguai foi acompanhada por uma retração do meio circulante logo após o final do conflito. Como vimos no capítulo anterior, essa retração surtiu efeitos negativos em curto prazo, sendo que, em 1871, já era sentida certa escassez de meio circulante na praça do Rio de Janeiro. Em 1875, a crise que estava aumentando de forma gradativa chegou ao seu ápice com o fechamento do Banco Mauá, do Banco Nacional e do Banco Alemão.

O Jornal do Comércio (1875, ed. 168, p. 3) diagnosticou a crise de 1875 como “industrial, comercial, monetária, ou simplesmente bancária”. Acreditava-se que os negócios da praça do Rio de Janeiro estavam melhorando e, de repente, a crise irrompeu-se sem que fosse prevista antes. Para entender o peso da crise de 1875 sobre os bancos da praça do Rio de Janeiro, é preciso destacar a situação do Banco do Brasil. No final de 1874, o Banco do Brasil havia fechado o seu balanço com apenas 200 contos em caixa. Em determinada ocasião o Banco do Brasil, que era sempre procurado pelos outros bancos para prestar auxílio, chegou a afirmar para um destes que “não temos mais dinheiro disponível, o melhor é fecharem as portas, que nós faremos o mesmo” (JORNAL DO COMÉRCIO, 1875, ed. 168, p. 3). Essa situação do Banco do Brasil também poderia justificar a negativa de crédito para o Banco Mauá.

O Jornal A Pátria (1875, ed. 036, p.1), prevendo que a situação atingiria níveis de calamidade, descreveu em seu artigo de primeira página que uma crise econômica ou comercial de grande impacto estaria prestes a surgir na praça do Rio de Janeiro, sendo possivelmente a última crise enfrentada pelo governo do Imperador. Esse aviso de crise ocorria logo após a suspensão de pagamentos do Banco Mauá de Montevideú que segundo, A Pátria, era “um desastre forçado, violento e espantoso”, referindo-se aos ataques feitos pelo governo uruguaio ao Banco Mauá.

O fato é que a crise não era esperada na praça do Rio de Janeiro. Além disso, a imprensa brasileira não só acompanhou como parece ter entendido a importância do Banco Mauá para os negócios e para a política brasileira. Nesse momento, como era de se esperar, a

suspensão de pagamentos em Montevideu havia alarmado outras praças e seria difícil o Banco Mauá se reerguer dessa queda. O Globo (1875, ed. 136, p. 1) afirma que a organização dos bancos era asfixiada pelas leis brasileiras, com suas tendências centralizadoras e, em um momento de enfrentamento de problemas sérios, demonstrava total fraqueza. Apesar disso, é necessário destacar que os bancos de 1875 pouco tinham a ver com os bancos que enfrentaram a crise de 1864, pois no decorrer dos anos os estabelecimentos tiveram grandes somas de capital realizado e tinham um grande volume de depósitos em seus caixas (O GLOBO, 1875, ed. 136, p. 1). Então, se observarmos a situação de forma técnica, podemos notar que apesar da crise e da situação enfrentada pelo Banco Mauá, ainda se havia um cenário menos complexo do que o enfrentado anos antes.

No entanto, a imagem da crise de 1864 ainda estava muito presente na memória do público, gerando pânico. E, segundo o Globo (1875, ed. 136, p. 1), “o pânico é mau conselheiro, os depositantes mostram-se em geral atemorizados e supondo salvar os seus capitais, correm à própria ruína”. Mas, quando consideramos que boa parte dos depositantes não conhecia o funcionamento dos mecanismos bancários, é compreensível a desconfiança por parte da população.

No dia 17 de maio de 1875 o Banco Mauá suspendeu seus pagamentos na casa matriz e solicitou moratória. Segundo A Nação (1875, ed. 103, p. 3), além dos acontecimentos do Uruguai, como já descritos, um outro motivo para a suspensão dos pagamentos foi a negativa de auxílio que o Banco Mauá havia solicitado ao Banco do Brasil que seria essencial para a manutenção da instituição. Além disso, A Nação destaca a importância do Banco para o país e salienta o bom estado em que ele se encontrava na data do pedido da moratória.

Acrescido a esse cenário, o gerente do Banco Alemão havia desaparecido e por isso esse banco não abriu as portas naquele dia, o que ainda não indicava que o banco havia suspenso seus pagamentos. A praça do Rio de Janeiro que começava a se desvencilhar das apreensões causadas pelo fechamento das portas do Banco Nacional (JORNAL DO COMÉRCIO, 1875, ed. 137, p. 1) deveria agora preparar-se para mais uma quebra de confiança dos credores.

Mauá apresentou um documento ao Tribunal do Comércio, publicado em vários jornais da Corte³³, na parte ‘in editorial’. Esse documento (ANEXO A), além de explicar os

³³ Documento encontrado em: Jornal do Comércio (1875, ed. 137, p. 2); Diário do Rio de Janeiro (1875, ed. 136, p. 2); O Globo (1875, ed. 135, p. 1); A Nação (1875, ed. 104, p. 2).

motivos da suspensão de pagamentos, ainda solicitava o pedido de moratória das filiais das províncias de São Paulo, Porto Alegre, São Pedro do Sul e das casas filiais de Londres e Buenos Aires. O Diário do Rio de Janeiro (18/05/1875, ed. 136, p. 2), no entanto, vai além demonstrando seu mais profundo sentimento de tristeza pela suspensão de pagamentos do Banco Mauá, alegando que o motivo para isso seriam os problemas financeiros de Montevideú e a crise enfrentada pela praça do Rio de Janeiro.

Em resumo, Mauá destaca nesse documento que, apesar da crise enfrentada pelo Banco Mauá, MacGregor & Cia, em 1864, a instituição havia resistido, sendo amparada naquela época pelo Banco do Brasil, tornando-se anos depois o Banco Mauá & Cia., como já descrito. Mauá também destaca a trajetória de vinte anos do seu banco em Londres, de onde saíam, segundo ele, créditos para a indústria nacional e obras públicas, e o qual não havia se abalado em nenhum momento, nem mesmo com os acontecimentos de 1869 no Uruguai, nem com o prejuízo causado pela estrada de ferro Santos-Jundiaí.

Mauá primeiro enalteceu sua instituição, mostrando com exemplos que, mesmo em momentos de crise, seu banco conseguiu sobreviver. No entanto, esse momento era diferente. Mauá revela que, em decorrência da crise de 1875, não havia meios para atenuar os impactos causados pela moratória da filial do Banco em Montevideú. Dessa forma, a saída encontrada para a situação seria solicitar moratória pelo tempo e condições impostas pelo Tribunal do Comércio para todas as filiais e para a matriz do Banco Mauá & Cia.

A suspensão de pagamentos do Banco Mauá surtiu efeitos negativos não apenas na América Latina, mas também na Europa. Segundo o Diário do Rio de Janeiro (11/06/1875, ed. 160, p. 1), a praça de Lisboa foi afetada por causa de valores e transações valiosas que estavam pendentes com o Banco, envolvendo dois bancos portugueses, o de Portugal e o Lusitano, nessa quebra. Além disso, a filial do Banco Mauá de Londres também havia suspenso seus pagamentos, deixando várias letras, de bancos e indivíduos particulares, sem quitação.

O Jornal do Comércio (19/05/1875, ed. 138, p. 3) discute claramente a suspensão de pagamentos do Banco Mauá. Para o jornal a causa dessa medida extrema estava clara: a suspensão de pagamentos do estabelecimento bancário em Montevideú. Segundo o Jornal, essa resolução poderia produzir uma crise comercial de grandes magnitudes, no entanto, Mauá já havia restringido suas operações e operado em pequena escala.

É necessário explicar que o processo de pedido de moratória não é tão simples como se pensa. Não bastava apenas publicar um longo documento em jornais da Corte e endereçá-lo ao Tribunal do Comércio. A moratória só podia ser concedida aos empresários que se declaravam falidos, mas que demonstravam o motivo da sua insolvabilidade, sendo uma garantia aos credores de que eles receberiam o que eram deles por direito. O código comercial expressava, no artigo nº 898, os casos em que a moratória podia ser concedida:

Só pode obter moratória o comerciante que provar, que a sua impossibilidade de satisfazer de pronto as obrigações contraídas procede de acidentes extraordinários imprevistos, ou de força maior (art. 799), e que ao mesmo tempo verificar por um balanço exato e documentado, que tem fundos bastantes para pagar integralmente a todos os seus credores, mediante alguma espera. (BRASIL, 25 de junho de 1850)

O Banco Mauá se encontrava com seu capital totalmente integralizado na data em que solicitou moratória, podendo provar ao juízo que julgaria seu processo que sua falência não era fraudulenta ou enganosa. Caso contrário, o banco seria obrigado a integralizar seu capital e teria a obrigação de pagar os seus credores.

Tendo o Banco Mauá solicitado moratória, membros do Tribunal do Comércio e do Banco do Brasil³⁴ foram nomeados para examinarem os balanços apresentados pelo banco com o intuito de avaliar a real situação da casa. Para isso foram disponibilizados os balanços com o fechamento de 15 de maio de 1875 (ANEXO B), referente apenas ao banco do Rio de Janeiro, e o balanço de 31 de março de 1875 (ANEXO C), que incluía as filiais.

A análise dos examinadores constatou que tudo encontrava-se perfeitamente em dia com o banco, alegando que os balanços da instituição eram feitos de maneira extremamente eficiente e clara, o que facilitou o exame das transações de todas as casas filiais. Os examinadores afirmaram que:

As ocorrências extraordinárias e imprevistas que se deram no Rio da Prata, ocasionando suspensão de pagamentos e pedidos de moratória da casa filial em Montevideu, agravadas pelas dificuldades dessa praça nos últimos tempos, embaraçaram a obtenção dos meios precisos ao impetrante, para com prontidão poder solver os seus compromissos e prover as necessidades urgentes de pagamentos a que tinha que atender (A NAÇÃO, 01/06/1875, ed. 115, p. 3).

Os ativos do Banco Mauá apresentavam um grande saldo positivo, o que reforça que a promessa de Mauá em pagar todos os credores da instituição era viável. Os examinadores

³⁴ Foram nomeados: Manoel Marques de Sá e Antônio José de Bem.

destacam que “uma liquidação lenta prudente e dirigida pelo próprio impetrante que é quem tem pleno conhecimento das inúmeras transações da casa bancária, será de toda vantagem para os credores” (A NAÇÃO, 01/06/1875, ed. 115, p. 3).

A conclusão apresentada pelos examinadores das contas do Banco Mauá demonstra que a crise de 1875 não afetou a instituição, não sendo este um motivo para a falência do banco. No entanto, essa conclusão dos examinadores é questionável, visto que a crise de 1875 dificultou a situação do banco para contornar os efeitos causados pelos acontecimentos de Montevideu e influenciou na negativa de crédito para cobrir cheques a descoberto no exterior. É imprescindível lembrar, como já estudado na bibliografia, que o empréstimo do Banco do Brasil poderia ter salvado Mauá.

A defesa da liquidação feita pela própria instituição levou em conta o fato de que uma liquidação feita de forma judicial tem uma característica bastante onerosa que, por consequência, traria grandes prejuízos para os credores. Esse tipo de liquidação afetaria principalmente os credores, que sofreriam ainda mais as consequências e o impacto do processo, visto que o processo seria muito mais oneroso. Além disso, as comissões liquidantes nomeadas teriam de ser pagas pelo ativo do banco, diminuindo os valores disponíveis para pagamento aos credores.

Marques e José (A NAÇÃO, 01/06/1875, ed. 115, p. 3), os examinadores das contas, destacam a imprevisibilidade dos fatos que levaram a moratória do Banco, mas afirmam que a instituição teria total condição para cumprir com seus deveres. Dessa forma, a moratória para o período de três anos foi autorizada, sendo que no final de cada ano deveriam se fazer os pagamentos que o estado de liquidação permitisse.

Os bancos sobreviviam com certa dificuldade, mas a situação poderia piorar. Um pânico gerado por uma negociação de apólices e uma série de boatos resultaram numa retirada de depósitos de maneira preocupante e constante. O Jornal do Comércio apontou duas saídas para resolver o problema dos depósitos: ou o governo tomava providências extraordinárias que auxiliassem os bancos ou os bancos suspendiam seus pagamentos, seja por moratória ou falência. O Banco Nacional foi o primeiro a analisar a sua situação e decidir se conseguiria esperar uma possível ajuda do governo ou se teria de suspender seus pagamentos. Dessa forma, foi solicitado ao Banco do Brasil um empréstimo de 2.000 contos, que lhe foi negado pela falta de dinheiro para o crédito (JORNAL DO COMÉRCIO, 18/06/1875, ed. 168, p. 3).

Tendo esse empréstimo negado, foi solicitado ao governo que se tomasse providência a respeito da situação bancária da praça. O Visconde do Rio Branco convocou uma reunião com os gerentes dos bancos e outras instituições financeiras aprovando a emissão de cerca de 25.000 contos em papel moeda como auxílio aos bancos. Mas não foi fácil encontrar apoio para autorizar essa emissão e só depois da moratória do Banco Nacional que a medida foi apoiada.

A crise de 1875 também havia sido debatida no senado. A inclusão dos debates feitos sobre a crise nesse estudo não tem o intuito de detalhá-la, mas sim perceber como o Banco Mauá apareceu na discussão e o que estava em jogo com sua falência.

O senador Silveira da Motta³⁵ fez uma comparação entre a crise de 1864 e a de 1875. Segundo o senador, a primeira havia sido causada pelo abuso do crédito e foi acompanhada pela falência de mais de 200 casas comerciais. Em contrapartida, na de 1875, foram decretadas somente as falências do Banco Mauá e do Banco Alemão, ainda assim por motivos paralelos a situação econômica da praça (BRASIL, 22/05/1875, p. 84).

Para Figueira de Mello (BRASIL, 24/05/1875, p. 101), a suposta crise seria, na verdade, um meio de tentar salvar o Banco Mauá e, com ele, o montante nele depositado pelo Tesouro. O senador Figueira de Mello associou a intervenção do governo na crise diretamente aos interesses que o Estado tinha no Banco Mauá. Dessa forma, não seria o resgate da praça o principal motivo da intervenção, mas a recuperação do dinheiro do Tesouro depositado no banco. Nesse momento, salvar Mauá seria salvar o Tesouro. Falaremos desse montante depositado posteriormente, tendo em vista a ampla discussão que esse fato gerou e para que não haja aqui uma quebra muito brusca de raciocínio. Com o abalo do Banco Mauá de Montevideú, segundo Figueira Mello, seria “necessário que se achasse algum meio de socorrê-lo, esse meio foi encontrado nas ideias que se propalaram, de que a praça estava em crise comercial, veio ao depois dizer que havia uma crise monetária ou retração do crédito”.

Na opinião do senador, que era um crítico a figura do Visconde, não bastava apenas a palavra de Mauá como garantia do depósito feito no Banco Mauá. Ele ainda declarou que o colapso do Banco Mauá estava ligado ao fato de Mauá ter aberto tantas filiais, que levaram a uma perda do controle da gestão dos estabelecimentos (BRASIL, 24/05/1875, p. 102). Esse

³⁵ José Inácio Silveira da Motta, nasceu no dia 15 de fevereiro de 1811 em Goiás e faleceu no dia 16 de outubro de 1893, em Guanabara no Rio de Janeiro. Foi advogado, professor de direito da faculdade de São Paulo, secretário estadual e Conselheiro de Estado.

seria um dos principais motivos para que não fosse confiadas quantias do Tesouro brasileiro ao Banco Mauá. Figueira Mello completou seu discurso afirmando que,

Embora o Sr. Visconde de Mauá fosse um brasileiro distinto pelo espírito de empresa que sempre apresentou, pelo seu patriotismo, pelo seu desejo de servir ao país, todavia ele não tinha o espírito da administração, que é aquele que se leva as empresas a bons fins, que dá lucro ao Estado e aos seus empresários.

O Banco Mauá não era a primeira empresa de Mauá a fechar suas atividades. A Ponta d'Areia encerrou suas atividades e só foi reestabelecida para ser vendida ao Estado. Havia também uma empresa chamada 'maxambombas', e após pouco tendo sendo administrada por Mauá ela acabou sendo fechada e a empresa de gás, que foi a primeira estabelecida por Mauá e que depois de certo tempo foi transferida para administração estrangeira (BRASIL, 24/05/1875, p. 102). Houve também o caso do próprio Banco Mauá, MacGregor & Cia., em 1866. Um exemplo mais recente, tratado nesse capítulo, diz respeito também a transferência do Cabo Submarino para a administração estrangeira.

Para controlar a crise, o senado brasileiro aprovou no dia 28 de maio de 1875 a proposta que autorizava o governo a auxiliar os bancos. Nesse momento foram feitas emissões graduais injetando moeda na economia da praça, com o intuito de salvar as firmas prejudicadas pela crise, evitando que ocorressem várias falências.

Nesse momento, é importante destacar que a proposta de auxílio aos bancos ainda não tinha ido para o senado, quando o Banco Mauá suspendeu seus pagamentos e o gerente do Banco Alemão ainda estava desaparecido. O Banco Rural também tinha declarado que fecharia se o governo não o amparasse com um empréstimo.

O trâmite da medida foi rápido na câmara dos deputados, sendo que em dois dias a proposta já tinha sido aprovada. No entanto, não se pode afirmar para o senado. Foram feitas sete seções para avaliar a viabilidade e o impacto da medida para o controle da crise.

Nesse momento, A Nação (29/05/1875, ed. 113, p. 1) parte para a defesa do governo e escreve que, por mais conservador que fosse, nenhum ministro estava isento de atravessar uma crise e, quando o Visconde do Rio Branco prestou ajuda ao Banco Mauá, essa teria sido pela confiança que a instituição representava e não pela amizade do Ministro com seu proprietário.

Em contrapartida, Zacarias, que nessa altura foi o maior opositor de Rio Branco e Mauá, afirmou que aquela era uma proposta de uma solução para algo que nem se quer estava

definido. Era necessário que o governo definisse qual seria esse mal, quais suas proporções e apenas após essas definições caberia dizer qual seria a solução do problema. Ao que se parece, Rio Branco havia apresentado uma solução para um problema que nem se quer havia sido discutido no senado. Zacarias (BRASIL, 21/05/1875, p. 69) fez a leitura da introdução da proposta feita pelo Rio Branco:

As circunstâncias atuais da praça do Rio de Janeiro e de outras das mais importantes do Império exigem providências prontas e excepcionais para evitar as graves consequências de um pânico - pela falta de meio circulante ou retração do capital monetário [...]. A praça quer qualquer destas providências que vou indicar, ou seja, porque haja deficiência de moeda ou porque o capital monetário se oculte, e haja retração.

Para Zacarias (BRASIL, 21/05/1875, p. 69) um governo com boas estratégias não se posicionaria assim. A crise deveria ser, segundo o senador, proveniente da deficiência de crédito. Caso contrário, se a crise fosse proveniente da falta de meio circulante, a primeira parte da proposta de Rio Branco não teria mais aplicação. No caso de se tratar de uma contração do crédito, o papel-moeda que seria emitido não traria nenhum benefício para a economia. Para se ter a autorização para o auxílio aos bancos era preciso que Rio Branco não fugisse do discurso se havia deficiência ou não de meio circulante.

Rio Branco (BRASIL, 21/05/1875, p. 70) afirmava que “não há um meio de conhecer exatamente qual a quantidade de meio circulante que um país precisa”. Para Zacarias (BRASIL, 21/05/1875, p. 70), era verdade a afirmação anterior: não se podia dizer exatamente quantos contos uma nação necessitava. No entanto, o senador defendia que o governo não se intrometesse nas questões bancárias, deixando que os bancos emissores tomassem a decisão de estender ou contrair as emissões, sendo guiados pelo câmbio e pela taxa de desconto, sem interferência estatal.

No que diz respeito à Mauá, Zacarias (BRASIL, 21/05/1875, p. 70) afirmou que de 1865 até a data do discurso, Mauá teria se tornado um homem diferente daquele de 1853. Segundo o senador, o Visconde era agora apenas um devedor do Banco do Brasil.

Zacarias apontou que a dívida contraída pelo Banco Mauá, MacGregor & Cia. para contornar os efeitos da crise de 1864, não teria sido paga, apenas amortizada, e que o débito para com o Banco do Brasil em 1875 já estava próximo ao valor devido inicialmente. Além disso, nas palavras de Zacarias (BRASIL, 21/05/1875, p. 70), Mauá “não é o banqueiro esperançoso daquelas épocas, é um homem que cedeu a torrente dos acontecimentos, a essa

torrente que fez desaparecer da face do comércio Souto, Gomes & Filhos, e outros, e a que eles (se referindo ao Banco Mauá) só por milagre da divindade pode resistir”.

Temos então um motivo não apresentado na bibliografia sobre a negativa de crédito por parte do Banco do Brasil para o Banco Mauá. A dívida contraída em 1864 ainda não havia sido paga. O risco de fornecer um novo empréstimo a uma instituição que ainda devia outro auxílio, acrescido à situação financeira enfrentada na época pelo Banco do Brasil e a moratória solicitada em Montevideu tornava o empréstimo inviável. Na bibliografia essa informação não é tratada dessa forma, fazendo com que tenhamos uma ressalva quanto à afirmação de Zacarias, visto que ele era adversário de Mauá nesse momento. Em 1875 a situação do Banco do Brasil não estava favorável para a disponibilização de empréstimos e, como já mencionado, a falência do Banco Mauá no Uruguai agravou ainda mais a situação.

Mauá havia recorrido ao Banco do Brasil, em 1870, para conseguir um abatimento nos juros da dívida contraída em 1864, diminuindo esse valor de 9% para 6% ao ano. Zacarias (BRASIL, 21/05/1875, p. 71), declarou que visto as circunstâncias em que o Banco Mauá já se encontrava, era de se esperar o alto risco em se depositar quantias do Tesouro no Banco Mauá de Montevideu. Para o senador, a quebra do banco estava diretamente relacionada à incapacidade de Mauá em gerir suas empresas. Em suas palavras, “quando um banco se estende por toda a parte do antigo e novo mundo e se mais mundo houvera lá ele chegará; [...]; por que tem dirigido e feito quebrar outras empresas, porque tem dez bancos, quando ele mal poderá dirigir um” (BRASIL, 21/05/1875, p. 71). Zacarias também se mostrou inconformado com o fato de Rio Branco não ter visto que em qualquer momento a instituição bancária de Mauá poderia entrar em colapso, e que o dinheiro do Tesouro depositado nela poderia se perder.

Provavelmente o que acontecia, segundo Zacarias (BRASIL, 21/05/1875, p. 71), era que quando Rio Branco questionava a Mauá como estavam seus negócios bancários, obtinha a resposta de que estava tudo tranquilo e, se houvesse algum problema, ele ainda teria filiais em outros países. Mauá provavelmente tinha consciência das dificuldades enfrentadas pelo seu banco, mesmo assim ele podia não repassar essas informações para Rio Branco, de maneira a não gerar alardes, tendo em vista que o fechamento de uma filial seria equivalente a problemas sérios para todo o banco. Vimos isso quando o Banco Mauá de Montevideu fechou suas portas, não tardou para que o efeito negativo fosse sentido por todas as outras filiais e pela matriz, acarretando assim ao pedido de moratória da instituição como um todo.

Zacarias (BRASIL, 21/05/1875, p. 71) destaca ainda que Mauá estava vivendo à custa do Tesouro já a dois ou três anos. Segundo o senador, seriam essas ajudas do Tesouro que mantinham seu banco em atividade. Pelas evidências Mauá fazia um saque, recebia a importância desse saque e girava com o dinheiro. Quando o dinheiro ia terminando, ele fazia um novo saque e novamente girava com o dinheiro. Seria preciso apenas que cessassem os saques sobre Londres para que o banco quebrasse. E isso aconteceu quando Mauá não conseguiu os 3.000 contos de crédito com o Banco do Brasil. Sem esse valor, não foi possível quitar os saques anteriores feitos sobre Londres, manchando assim o crédito que o banco tinha no exterior, impossibilitando novas transações.

Quando a lei de auxílio aos bancos foi, finalmente, aprovada no senado, era tarde para salvar o Banco Mauá e o Banco Alemão. O Jornal do Comércio questionou o fato de que, apesar do Banco Mauá ser um dos principais da praça do Rio de Janeiro, nada de eficaz foi feito para tentar auxiliar essa instituição. Em parte do artigo, o Jornal do Comércio (18/06/1875, ed. 168, p. 3), explica que:

Nas calamidades públicas todos desejariam empregar providencias, não só para prevenir a continuação dos males, como para reparar os já efetuados; e até se fosse possível, para ressuscitar os mortos. Entretanto, os zeladores da lei só queriam que ela fosse aplicada para salvar os vivos e perfeitamente sãos, julgando conveniente que os simplesmente feridos e já convalescentes fossem condenados a mortos, à fome e a míngua de todos os auxílios.

Quanto ao Banco Alemão, descobriu-se que seu gerente desaparecido, na verdade, havia cometido suicídio, e, em sua carta de despedida³⁶, endereçada a sua esposa, ele escreve que o motivo desse ato de desespero seria o fato de ter desfalcado seu banco com 3.000 contos e encontrar-se com sua honra comprometida por ter acreditado em um “certo ministro e em um banco que faliu” (O MEQUETREFE, 17/06/1875, ed. 026, p. 2).

O Banco falido era o Banco Mauá e o ministro era o Visconde do Rio Branco, que, de acordo com A Pátria (15/06/1875, ed. 68, p. 2) havia dado milhares de contos para o Banco Alemão e que posteriormente seriam passados para o Banco Mauá, que por sua vez comprometeria o Tesouro brasileiro em 7.500 contos. Mauá dizia que não se podia extrair da carta deixada pelo gerente do Banco Alemão nenhuma ligação com o Banco Mauá. No entanto, na carta de 15 de maio de 1875, estava escrito que “amanhã ou depois de amanhã sabereis que Mauá & C., os quais devem ao nosso banco 3.000:000\$ tem que quebrar”. O

³⁶ Uma cópia da carta está contida no Anexo E.

Anexo D apresenta as transações feitas entre o Banco Alemão e o Banco Mauá entre os anos de 1874 e 1875.

Havia uma regularidade de transações entre o Banco Alemão e o Banco Mauá. Mauá afirma que a suspensão do seu banco não seria responsável, por si só, pelos problemas enfrentados pelo Banco Alemão, deixando que outras casas também influenciaram para a situação negativa. No entanto, quando lemos a carta deixada pelo gerente do Banco Alemão notamos que Mauá e seu banco possuíam sua carga de culpa no ocorrido, mas Mauá estava certo ao afirmar que a falência do seu estabelecimento não seria por si só causadora dos problemas enfrentados pelo referido banco. Não iremos entrar nos detalhes sobre a falência desse segundo banco, visto que isso está fora do objetivo desse estudo. O intuito aqui é apenas destacar os desdobramentos de suas transações com o Banco Mauá.

O jornal A Reforma (25/05/1875, ed. 114, p.1) tratou da suspensão dos pagamentos do Banco Alemão. Em sua avaliação, o Tesouro público era credor desse banco e a suspensão dos pagamentos se deu em virtude de uma soma de 5.540 contos emprestada pelo Tesouro ao Banco Alemão que, por sua vez, a emprestou ao Banco Mauá. Essa análise reforça a ligação entre os acontecimentos do Banco Mauá e do Banco Alemão, além de apontar que o Banco Mauá vinha buscando diversas fontes de crédito, o que representa que a instituição realmente já se encontrava com dificuldades antes de 1875.

A situação com o Banco Alemão era mais um elo que se fechava na história do Banco Mauá & Cia. No entanto, ainda havia mais uma questão que foi amplamente discutida na imprensa e no Senado: a quantia do Tesouro Nacional depositada no Banco Mauá de Montevideú. Essa quantia havia sido confiada em depósito ao banco que, em algum momento, a utilizou em suas transações. No dia em que o estabelecimento se viu obrigado a fechar suas portas, o valor pertencente ao governo brasileiro não estava em seus cofres. Esse acontecimento desencadeou de uma série de acusações de favorecimento ao banco por parte do ministro Rio Branco.

O fato de o Banco Mauá ser o depositário de quantias pertencentes ao Brasil, destinadas ao pagamento das tropas que ainda eram mantidas no Paraguai, era o motivo pelo qual o governo brasileiro fez interferências no Uruguai. Como mencionado, quando entraram com o pedido de falência do Banco Mauá em Montevideú e este foi autorizado pelo juiz de primeira instância, o Brasil enviou uma esquadra para o Uruguai, com o intuito de ‘pressionar’ o governo do país vizinho de forma a evitar que tal julgamento acontecesse. Todo

esse interesse era norteadado pelo fato de que, se o Banco Mauá falisse, grande soma das importâncias brasileiras seriam prejudicadas. O próprio Rio Branco (BRASIL, 05/04/1875, p. 90) reconhecia que “nesse banco há tantos mil soberanos que não são do banco, mas do governo brasileiro”.

Segundo A Reforma (27/05/1875, ed. 116, p. 3), Mauá devia para o Estado brasileiro cerca de 7.000 contos. O jornal conclui seu artigo deixando implícita a suspeita de corrupção, ao afirmar que “só em um país como o nosso, baixo império dos tempos modernos, um governo, que usa e abusa da fortuna pública [...], ficaria impune com um tão grave atentado”. Posteriormente, A Reforma (16/06/1875, ed. 132, p. 1) se utiliza do claro apoio que o jornal A Nação dava a Mauá para afirmar que o dinheiro público que lhe foi cedido era um exemplo da dependência dos homens do comércio e da indústria junto ao governo. Além disso, A Reforma insinua também que, provavelmente, a dívida de Mauá com o Estado seria muito maior, mas não publicamente divulgada.

Dos 507.887 pesos que deveriam existir no Banco Mauá de Montevideú, apenas 43.074 encontravam-se na instituição, sendo 5.535 em papel, que não havia sido a espécie depositada. Dessa forma, a perda resultante para o Brasil teria sido de 1.108 contos, que se somam aos 7.000 contos devidos por Mauá (A REFORMA, 16/06/1875, ed. 132, p. 1). Para A Reforma, não havia um motivo plausível que justificasse um montante tão grande de depósitos naquele banco, visto que as despesas ainda restantes no Paraguai não exigiam tanta reserva metálica.

No senado, a discussão sobre as quantias presentes no Banco Mauá também estava presente. Era do conhecimento de todos que não seria a primeira vez que o Banco Mauá de Montevideú passava por dificuldades. Dessa forma, Figueira Mello (BRASIL, 05/04/1875, p. 91) questionou o fato de que, já que era necessário ainda manter gastos com tropas no Paraguai, por que não foi mantida a agência brasileira em Montevideú, que havia sido aberta durante a guerra do Paraguai e que liberava os ministros brasileiros da dependência de qualquer outro banco, ao invés de enviar dinheiro do Estado ao Banco Mauá.

Zacarias (BRASIL, 23/04/1875, p. 196) afirma que se não tivessem fechado a agência brasileira no Uruguai não haveria tantas ligações entre o Banco Mauá de Montevideú e o governo do Brasil. Se ainda existisse a agência brasileira, o dinheiro do país iria diretamente para ela e não para o Banco Mauá. Consequentemente, o interesse brasileiro na decisão do tribunal uruguaio não existiria, visto que não haveria quantias brasileiras envolvidas.

Rio Branco explica que o fechamento da agência brasileira no Rio da Prata ocorreu porque a agência não podia mais fazer saques, diante da escassez do ouro. Zacarias prontamente criticou essa razão, afirmando que da mesma forma que o Banco Mauá tinha cofres para guardar a quantia enviada do Brasil, a agência também podia tê-los.

Em artigo publicado pelo jornal *A Nação* (19/06/1875, ed. 153, p. 4) foi criticada a oposição sofrida por Mauá no Senado, afirmando que a importância de seu banco não poderia ser desmerecida pela opinião de um ou de outro. Deveria se considerar a pontualidade, a confiança e o valor das transações, coisa que, para o jornal, o Banco Mauá sempre cumpriu corretamente. O intuito do jornal com esse artigo era apontar que não havia nada de errado nas transações e o banco sempre demonstrou confiabilidade.

Em resposta as discussões feitas no Senado, Mauá fez publicações em jornais da Corte no dia 19 de junho de 1875³⁷. Em resumo, a publicação tratava de depósitos de fundos monetários nacionais no Banco Mauá de Montevideú. Mauá inicia seu artigo criticando a forma pela qual Zacarias acusava o Visconde do Rio Branco, declarando que todas as ações tomadas eram pautadas em defender os interesses nacionais. Posteriormente, Mauá explica que os depósitos passaram a ser feitos em seu banco por necessidade do próprio Estado, enfatiza que não havia erro no uso desse montante e, por último, critica os ataques de Zacarias.

Para *A Reforma* (16/06/1875, ed. 132, p. 1), se o Banco Mauá necessitou fazer uso dos depósitos do governo brasileiro, esse provavelmente havia sido feito sob autorização do Visconde do Rio Branco. Se o Ministro da Fazenda autorizou o banco a utilizar o depósito isso indicava, segundo o jornal, que aquele montante ali depositado não era necessário para as despesas do exército e da esquadra.

Mas o fato era que o Visconde do Rio Branco não havia estipulado o sistema de desconto com o Banco Mauá de Montevideú. Mauá demonstrava que no período da Guerra do Paraguai, quando Zacarias ainda era ministro, já ocorriam no Uruguai depósitos de fundos brasileiros no Banco Mauá, possuindo a aprovação de Zacarias.

No dia 13 de julho de 1875, *A Pátria* (13/07/1875, ed. 078, p. 2) trouxe à tona uma notícia que complicaria ainda mais a imagem de Mauá e seu banco na Corte: a soma

³⁷ A publicação foi encontrada no *Jornal A Nação* (1875, p. 3, ed. 131) e no *jornal A Reforma* (1875, p. 1, ed. 135).

depositada no Banco Mauá de Montevideu ultrapassava em muito os 7.500 contos até então informados, a quantia seria superior a 14.000 contos. É necessário avaliar que a hipótese de corrupção seja real, visto que, se não houvesse irregularidades, não haveria motivo para omitir o valor das somas depositadas e gastas pelo banco. Também é preciso criar a hipótese que esse valor seja meramente ferramenta da oposição para prejudicar ainda mais a situação de Mauá.

Para A Reforma (19/06/1875, ed. 135, p. 1), no entanto, o caso poderia ir muito além da amizade entre Mauá e Rio Branco. O jornal alega que o fato do Rio Branco ainda estar no poder demonstrava que ele provavelmente tinha feito os depósitos sob alguma ordem superior para tentar salvar um banco já falido. Esse argumento aponta que para a imprensa que fazia oposição a Mauá, os problemas de seu banco já ocorriam antes mesmo do seu pedido de moratória e que isso poderia ser de ciência do Estado brasileiro.

Em artigo publicado no Diário do Rio de Janeiro (18/06/1875, ed. 169, p. 1) Mauá respondeu às acusações de uso indevido do dinheiro depositado no banco de Montevideu. Ele reconhecia que foram depositadas grandes somas de dinheiro no banco durante a Guerra do Paraguai devido à incapacidade do governo em distribuir essas quantias por todo o território em conflito e destacava que não foi feita qualquer exigência que comprovasse a situação financeira de nenhuma filial do Banco Mauá. Além disso, Mauá explicava o que já conhecemos hoje como uma prática comum e essencial aos bancos: a aplicação do dinheiro depositado para outros fins. Em balancetes do Banco da Inglaterra era possível observar a aplicação dos depósitos feitos sem juros. Ou seja, não deveria ser um crime aquilo que já era prática comum entre as instituições bancárias.

No senado, Rio Branco (BRASIL, 26/04/1875, p. 210) se alinhou ao que foi dito por Mauá e demonstrou em sessão que um pouco antes do início da Guerra do Paraguai, em 1863, o pagamento das forças estacionadas no Rio da Prata era feito pelo Banco Mauá. Como o número de pagamentos feitos cresceu consideravelmente no período de guerra, foi necessário criar uma agência brasileira para que se fossem pagas com maior agilidade as despesas no Paraguai. Com o fim da guerra e a diminuição das demandas para a agência, foi decidido que era inviável mantê-la, voltando-se à prática anterior.

Como dito anteriormente, a relação de amizade entre Mauá e Rio Branco era motivo para acusações por parte dos senadores. Silveira da Motta (BRASIL, 14/05/1875, p. 41) afirmava que Rio Branco, ao enviar uma esquadra para o Uruguai, poderia ser acusado de

proteger também o Banco do Brasil, já que o Banco Mauá possuía dívidas nesse estabelecimento, o que ligava as duas instituições. O argumento de Silveira da Motta remete ao problema da crise sistêmica em mercados bancários. Portanto, dada a interligação dos bancos, a quebra de Mauá poderia significar problemas para o Banco do Brasil. Dessa maneira, o senador Silveira da Motta defendia que:

Se o nobre senador fosse de opinião que se desse o favor a todos os bancos que precisassem, compreende-se; mas que previamente se forme um juízo severo sobre a moralidade dos bancos para então decretar-se o favor, isto é função odiosa que demanda imenso tempo e uma imparcialidade que o orador não sabe se o governo terá. Se fora governo, tal alvitre não aceitava, ou a todos os bancos ou a nenhum. (BRASIL, 14/05/1875, p. 41)

Rio Branco buscou justificar o repasse feito ao Banco Mauá e disse que acreditava que o Tesouro e nenhum outro credor da instituição teria prejuízo. Quando a Casa do Souto decretou moratória, esta possuía um passivo de 54.000:000\$ sendo boa parte desse valor não reestabelecido para os credores, distribuindo um dividendo de aproximadamente 10 a 15% do montante total (BRASIL, 24/05/1875, p. 101). Por que os 97.000 contos de passivo do Banco Mauá seriam pagos aos seus respectivos credores? Esse é um questionamento pertinente, mas já vimos que Mauá dispôs dos próprios bens para pagar seus credores.

A Reforma (23/06/1875, ed. 138, p. 1) interpreta a fala proferida por Rio Branco, questionando o fato de que, como disse o próprio Mauá, seu banco haveria de pagar pelo menos a maior parte do seu débito durante a sua liquidação. O questionamento foi: de quanto seria esse pagamento? Quanto o país perderia? Rio Branco não informou e, segundo A Reforma (23/06/1875, ed. 138, p. 1), nem informaria, devido ao seu medo de encarar a gravidade da situação em que ele havia se colocado.

Para Silveira da Motta (BRASIL, 22/05/1875, p. 87), a condição pela qual o Banco Mauá se encontrava só devia ser analisada pelos senadores e deputados em relação ao grau de responsabilidade do governo por ter confiado grandes somas de dinheiro do Tesouro em um banco que já vinha apresentando graves sinais de problemas em sua saúde financeira.

O Marquês de São Vicente³⁸, que era amigo declarado de Mauá, alegou que o pedido de moratória não alterava as qualidades do Visconde (BRASIL, 26/05/1875, p. 122). Segundo o senador, se não fossem os imprevisíveis acontecimentos de Montevideú, o Banco Mauá não

³⁸ José Antônio Pimenta Bueno, o Marques de São Vicente, nasceu no dia 04/12/1803 em Santos, no estado de São Paulo e faleceu no dia 19/02/1878 na cidade do Rio de Janeiro. Formado em direito, exerceu atividades como funcionário público e magistrado.

precisaria encerrar seus pagamentos em nenhuma de suas filiais. Para o Marquês de São Vicente, a corrida sobre o Banco Mauá em Montevideu havia sido planejada pelo governo uruguaio para tornar indisponíveis os capitais presentes no banco.

O Marquês de São Vicente (BRASIL, 26/05/1875, p. 126), destaca ainda que o balanço do banco de Montevideu apontava para um passivo e um ativo de 77.000:000\$. Acrescido a esse montante, havia também um fundo de capital de 10.000:000\$, e 2.400:000\$ de lucros suspensos. Esses valores asseguravam uma margem de 12.400:000\$ para cobrir as perdas da liquidação. O Marquês de São Vicente queria demonstrar, simplesmente, que todo o temor dos outros senadores na perda do montante contido no banco e os relatos da imprensa não eram pertinentes.

Zacarias (BRASIL, 26/05/1875, p. 127), responde à análise do Marquês de São Vicente questionando se algum comerciante havia apresentado um balanço com déficit para pedir moratória. A verdade é que Zacarias estava certo. Como visto anteriormente, a moratória só era concedida para os estabelecimentos que podiam pagar os seus compromissos. Sendo assim, se um comerciante apresentasse um balanço com déficit o seu caminho seria a falência.

Havia muitos interesses em jogo com a moratória do Banco Mauá. Os relatos contidos na imprensa e no senado, que destacavam a preocupação dos parlamentares com prejuízos para o Estado oriundos da quebra do Banco Mauá, podem ser usados para sustentar a afirmação anterior, por exemplo, o montante corresponde aos depósitos feitos no Banco Mauá de Montevideu.

Com isso, chegamos ao fim das narrativas feitas pela imprensa e pelo parlamento brasileiro sobre a falência do Banco Mauá & Cia.. Vimos que boa parte dos acontecimentos estão alinhados com o que é descrito pela bibliografia, exceto pelo posicionamento de alguns políticos e jornais de oposição ao governo que levantaram a possibilidade de corrupção no caso. Por apresentar pontos de vista distintos, essa rica análise feita a partir da imprensa da Corte e das discussões no parlamento, auxilia para que possamos verificar se existem novos elementos que não estavam presentes na bibliografia sobre o tema.

Mauá apresentou seis justificativas para explicar seu infortúnio, e o exercício feito nessa dissertação foi exatamente verificar como a literatura sobre a falência de seu banco tratou o assunto. Para o Visconde, a proibição do Banco Mauá, MacGregor & Cia. em

assumir a forma de comandita por ações foi o principal motivo que o levou ao pedido de moratória. No entanto, essa causa não foi citada por mais nenhum outro autor, nem mesmo na imprensa ou no parlamento. Provavelmente esse motivo foi desconsiderado por estar muito longe temporalmente dos fatos ocorridos em 1875. Quando analisamos as fontes notamos que nelas são tratadas assuntos mais contemporâneos. Mauá acusava também as leis financeiras e as decisões dos tribunais que, assim como a primeira causa, não foram tratadas na bibliografia analisada.

No entanto, os prejuízos enfrentados com a estrada de ferro Santos-Jundiaí, apresentado por Mauá como o quarto elemento que teria levado seu banco à sua falência, foi apresentado por Faria (1933) como uma de suas principais causas. Esse fator também não foi apresentado na imprensa e não havia sido discutido pelo parlamento.

A quinta causa apresentada por Mauá foi a mais discutida entre os autores que estudaram o tema, na imprensa e no parlamento. Os problemas enfrentados no Uruguai foram, para Besouchet (1978), Caldeira (2014) e Soares (1957), o principal motivo que levou o Banco Mauá à falência. A imprensa e o parlamento também apontam para isso sendo, na verdade, esse o motivo central que norteia a maior parte da discussão apresentada nessa análise.

Além disso, Mauá aponta como sexta e última causa da moratória a negativa de crédito por parte do Banco do Brasil. Faria (1933) também destaca essa causa. A imprensa e o parlamento não apontam esse fato como um dos causadores da falência, mas há relatos do motivo pelo qual o crédito não poderia ser concedido ao Banco Mauá & Cia: segundo Zacarias, um empréstimo de 1864 ainda não havia sido quitado; a filial do banco em Montevideú já havia decretado moratória afetando toda a imagem do banco; além do mais, o estabelecimento estava envolvido em estranhas movimentações que ligava o então ministro Rio Branco a Mauá.

Três autores estudados relataram um motivo diferente dos apresentados pelo Mauá. Calógeras (1960, p. 162-3), apontou para explicações monetárias. Besouchet (1978, p. 171), apontou para injustas aplicações da justiça. Minadeo (2002, p. 14-15), demonstra que os problemas não seriam oriundos do Uruguai, nem mesmo estariam ligados ao Estado brasileiro, mas sim à falta de planejamento de longo prazo que seria fundamental para a manutenção do banco. Figueira de Mello (BRASIL, 24/05/1875, p. 102) apresentou um ponto de vista bem parecido, indicando que o acontecido no Banco Mauá se devia à falta de controle

na gestão do estabelecimento, sendo que seria impraticável administrar um banco com tantas filiais e em tantos países. Apesar da proximidade entre os dois argumentos, notamos que se trata de fatores diferentes. Minadeo indica a falta de planejamento futuro, não ao descontrole administrativo geral. Figueira de Mello é bem enfático no que tange à administração, não questionando a falta de planejamento.

Dessa maneira, notamos que seguindo a imprensa ou o parlamento, a literatura se encontra de acordo com as novas fontes. O que diferencia a análise das novas fontes da análise da bibliografia são as divergências nas análises dos fatos, em que são apontadas versões favoráveis e contrárias a Mauá. Nesse ponto, as fontes bibliográficas usadas são fundamentais, pois a partir delas é possível perceber melhor o jogo de interesses envolvidos na falência.

Figura 1 - Barão de Mauá no Uruguai



Fonte: La Ortiga e El Carrote (1874 *apud* SOSA VOTA, 2017, p. 133).

Nota: Charge publicada no jornal Uruguio La Ortiga e El Carrote, onde Mauá é representado ao centro da figura, com roupas formais e segurando uma serinha. O enfermo representa a política uruguiaia. Lê-se na figura: “Forte Gatto: o enfermo ficará bem depois de duas seringadas”.

Figura 2 - Nota emitida pelo Banco Mauá & Cia. de Montevideú



Fonte: Soares (2020, p. 13).

Nota: emitida pelo Banco Mauá & Cia. em Montevideú, 01/03/1875. Ela poderia ser trocada por dois dobrões de ouro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve como principal objetivo analisar os motivos que levaram o Banco Mauá & Cia. à sua falência sob a ótica das narrativas da imprensa da Corte e do parlamento brasileiro, a fim de compará-las com a literatura existente sobre o assunto. No entanto, para que essa análise fosse compreendida e houvesse um bom embasamento, se fez necessário reconstruir toda a trajetória bancária de Mauá.

Como vimos, o primeiro banco criado por Mauá foi o seu Banco do Brasil em 1851. Após a junção estabelecida pelo governo com o Banco Comercial do Rio de Janeiro, em 1853, essa instituição encerrou suas atividades, dando espaço para a criação do Banco Mauá, MacGregor & Cia. que iniciaria suas atividades em 1854.

O Banco Mauá, MacGregor & Cia. se tornou uma importante instituição de crédito, sendo que, poucos anos depois do início das suas atividades, a casa já se encontrava em posição de auxiliar o governo imperial a se desvencilhar dos problemas causados pela crise de 1857. Esse mesmo ano foi marcado pela abertura do Banco Mauá & Cia. de Montevideú, que se tornaria algum tempo depois uma importante instituição no conjunto dos negócios financeiros de Mauá.

Em 1864, o Banco Mauá, MacGregor & Cia. se deparou com outra crise econômica causada pela falência da Casa Bancária do Souto & Cia.. Dessa vez, o banco não prestaria auxílio ao governo, mas recorreria ao auxílio do Banco do Brasil para manter suas atividades e não sucumbir à série de falências experimentada pela praça do Rio de Janeiro. Esse acontecimento teve grande impacto para a instituição e, mesmo após a tentativa de prolongar sua vida, o banco encerrou suas atividades em 1866.

Foi em meio a esse cenário que o Banco Mauá & Cia., banco protagonista desse estudo, iniciou suas atividades no Brasil. O banco em Montevideú, com o mesmo nome e aberto anos antes, tornou-se naquele momento uma filial da matriz brasileira. Com uma existência de doze anos, o Banco Mauá & Cia. teve sua trajetória marcada por diversos problemas, entre eles os desgastes causados pela crise de 1864, como a herança de um ativo cheio de devedores crônicos e desfalques oriundos do Mauá, MacGregor. Os diversos atritos políticos enfrentados no Uruguai e a incapacidade de estabelecer uma boa saúde financeira também marcou a história do estabelecimento.

Apesar de todos os esforços, o Banco Mauá & Cia. declarou moratória em 1875 e, conseqüentemente, sua falência em 1878. Destacamos aqui a crise enfrentada em 1875 na praça do Rio de Janeiro, que afetou diretamente os bancos. A crise teve impacto negativo direto nas casas bancárias, afetando também o Banco Mauá, visto que se a crise não estivesse latente na praça do Rio de Janeiro provavelmente Mauá teria conseguido o crédito com o Banco do Brasil e sua situação poderia ser revertida.

Para tentar justificar os acontecimentos que levaram a esse cenário, Mauá escreveu uma Autobiografia, seguida de uma Exposição aos Credores, listando e relatando todos os acontecimentos que cercaram o Banco Mauá. Foram apresentadas seis justificativas para o pedido de moratória, sendo elas: a negativa de funcionamento do Banco Mauá, MacGregor & Cia. como comandita por ações; as leis financeiras; as decisões dos tribunais; os gastos com a estrada de ferro Santos-Jundiaí; os acontecimentos no Uruguai; e, por fim, a negativa de crédito por parte do Banco do Brasil.

Os relatos bibliográficos e as narrativas da imprensa e do parlamento apresentam uma boa proximidade, indicando um alinhamento bem delimitado entre as fontes. No entanto, quando analisamos as narrativas da imprensa e do senado é possível perceber relatos mais profundos e que realmente afetaram diretamente a instituição e o Brasil.

Também foi possível observar que Mauá não era apenas vítima de ataques, como muitas vezes sua Autobiografia deu a entender, e em outros autores que tratavam sobre o tema. Mauá havia desfalcado o Tesouro brasileiro com um montante superior a 7.000 contos, sendo nesse momento levantando indícios de transações ilegais feitas para o banco. Mauá também havia feito transações com o Banco Alemão, causando sérios prejuízos para essa instituição, levando-a ao pedido de moratória.

Por fim, apesar de ser a quinta causa apresentada por Mauá, os acontecimentos do Uruguai são apontados como o principal causador da falência do Banco Mauá. Na reconstrução da trajetória do banco, notamos que desde 1864 a instituição vinha sofrendo alguns contratemplos no país vizinhos, sendo justificados principalmente pela intervenção brasileira na revolução liderada por Flores. Após isso, o banco se viu frente a problemas causadas pela política e pela situação financeira uruguaia, tendo que fechar suas portas duas vezes antes da moratória que levaria toda a instituição à falência, em 1875.

É impraticável descartar os outros acontecimentos descritos. Eles fazem parte do emaranhado de fatores que culminaram no pedido de moratória, mas não foram eles a causa motriz. Por exemplo, a negativa de crédito por parte do Banco do Brasil ocorreu por uma série de outros fatores paralelos e não teria sido tão devastadora se o Banco Mauá não estivesse com sua imagem abalada pela moratória do Uruguai.

Visto isso, a hipótese que encontraríamos algo novo não foi confirmada. Apesar disso foi possível encontrar novos detalhes que complementam a análise sobre a falência como, por exemplo, a crítica direta à administração feita por Mauá relatada por Figueira de Mello no senado não havia sido apresentada anteriormente na bibliografia. O pedido de moratória aberto por Pedro Cogoy no Uruguai, que evidenciou o descontentamento do governo uruguaio com o Banco Mauá, foi tratado apenas na imprensa.

Observamos que as narrativas contidas nos jornais da corte e nos debates do parlamento formam uma rica fonte de informações, contribuindo de forma significativa para o tema. São poucos os autores que fazem a análise da falência do banco, e o uso de uma nova fonte de informações se torna imprescindível para tornar os debates sobre o tema ainda mais rico, aprofundando a análise a partir de fontes pouco comuns.

De maneira geral, não existem novidades nas novas fontes utilizadas que mudem radicalmente as análises da literatura. Um fato interessante é que as discussões do parlamento e da imprensa conseguiram capturar algo que a literatura não apresentou, isto é, as diferentes interpretações dos mesmos fatos na imprensa (*A Nação* e *A Reforma*, por exemplo) e no parlamento (*Rio Branco* e *Zacarias*, por exemplo). Essas diferentes posições revelam diferentes interesses. E, se incorporadas à análise, poderiam aproximar o pesquisador de uma realidade que não pode ser definida quando olhada apenas por um ângulo: Mauá como herói ou Mauá como vilão. Os motivos da falência parecem ter sido os mesmos elencados por Mauá e apontados pela literatura, sendo que as novas fontes utilizadas funcionaram como um incremento das discussões sobre o tema, trazendo o distanciamento e a demonstração das diferentes interpretações sobre cada um desses motivos.

REFERÊNCIAS

A NAÇÃO. Rio de Janeiro. 1874-1875. Várias edições.

A PÁTRIA. Rio de Janeiro. 1875. Várias edições.

A REFORMA. Rio de Janeiro. 1875. Várias edições.

AURELL, Jaume. Textos autobiográficos como fontes historiográficas: relendo Fernand Braudel e Anne Kriegel. **História**, São Paulo, v. 33, p. 340-364, 2014.

BARMAN, Roderick J. Business and Government in Imperial Brazil: The Experience of Viscount Maua. **Journal of Latin American Studies**, v. 13, n. 2, Nov. 1981.

BARRAGÁN, Guillermo; MARICHAL, Carlos. Los primeros pánicos y crisis bancarias em América Latina 1857-1864. *In*: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 5., 2019, Santiago de Chile. **Anais [...]**. Santiago de Chile, 2019.

BESOUCHET, Lídia. **Mauá e seu tempo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

BESOUCHET, Lídia. **Mauá, Irineu Evangelista de Sousa: correspondência política de Mauá no Rio da Prata: 1850-1885**. [S. l.]: Brasiliana, 1943.

BRASIL. **Collecção das Leis do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1823/1870.

BRASIL. Comissão de Inquérito sobre as Causas da Crise na Praça do Rio de Janeiro. **Relatório da comissão encarregada pelo governo imperial por avisos do 1º de outubro a 28 de dezembro de 1864 de proceder a um inquérito sobre as causas principais e acidentadas da crise do mês de outubro de 1864**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Annaes do parlamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1875.

BRASIL. Projeto de Biografias dos Senadores do Impero, e da República. *In*: LEITE NETO, Leonardo. **Catálogo biográfico dos senadores brasileiros, de 1826 a 1986**. Brasília, DF: Senado Federal, 1986. v. 1.

BRASIL. Senado Federal. **Annaes do Senado do Império do Brazil**. Rio de Janeiro: Typ. do Diário do Rio de Janeiro, 1875.

CALDEIRA, Jorge. **Mauá: empresário do império**. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

CALMON, Pedro. **História do Brasil: O império 1800-1899**. [S. l.]: Companhia Editora Nacional, 1947.

CALÓGERAS, João Pandiá. **Formação histórica do Brasil**. [S. l.]: Brasiliana, 1938.

CAVALCANTI, Amaro. **O meio circulante nacional**: resenha e compilação chronologica de legislação e de factos: de 1836 à 1866. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. v. 2.

COSENTINO, Daniel do Val; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. As ideias de Mauá sobre o progresso econômico, a moeda e o crédito, e o câmbio (1860-1878). *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 12.; CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 13., 2017, Niterói. **Anais [...]**. Niterói: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2017. p. 1-25.

DEVOTO, Juan E. Pivel. **Contribución a la historia económica y financeira del Uruguay. Los Bancos: 1868-1876**. A. Monteverde: Montevideo, 1976.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro. 1875. Várias edições.

ETCHECHURY, Mario Barrera. **Hijos de Mercurio, esclavos de Marte**: mercaderes y servidores del estado en una frontera sud-atlántica: Montevideo, 1806-1860. Montevideo: [s. n.], 2013.

FARIA, Alberto de. **Ireneo Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. **A era Mauá**: os anos de ouro da monarquia no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2014.

FONSECA, Pedro César; MOLLO, Maria de Lourdes. Metalistas x papelistas: origens teóricas e antecedentes do debate entre monetaristas e desenvolvimentistas. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, ago. 2012.

GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. Anatomia política de uma crise bancária, praça do Rio de Janeiro, Brasil, primeiro semestre de 1875. **Revista de História**, n. 180, p. 1-30, 2021.

GAMBI, Thiago Fontelas Rosado; COSENTINO, Daniel V. As ideias econômicas de Mauá e o liberalismo nos trópicos (1860-1878). **América Latina en la Historia Económica**, v. 27, n. 1, 2020.

GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. **O banco da ordem**: política e finanças no império brasileiro (1853-66). Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GAMBI, Thiago Fontelas Rosado; COSENTINO, Daniel do Val. O debate sobre moeda, crédito e bancos no Império. *In*: COSENTINO, Daniel do Val; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado (org.). **História do pensamento econômico**: pensamento econômico brasileiro. São Paulo, Niterói: Hucitec/EdUFF, 2019.

GANNS, Cláudio; MAUÁ, Irineu Evangelista de Souza. Barão de. **Autobiografia**. [S. l.]: Senado Federal, 2011.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado**: o caso da sociedade bancária Mauá, Macgregor & Companhia (1854-1866). 1997. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel *et al.* O Império e os bancos comerciais do Rio de Janeiro na Segunda metade do século XIX: os casos do Banco Mauá, MacGregor & Cia., do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e do Banco Comercial e Agrícola. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA*, 3.; *CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS*, 4., 1999, Niterói. **Proceedings** [...]. Niterói: ABPHE, 1999.

JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro. 1874-1875. Várias edições.

JORNAL DA TARDE. Rio de Janeiro. 1875. Várias edições.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Materiales para la historia de America Latina**. Córdoba: Pasado y Presente, 1972.

KINDLEBERGER, Charles P. **Manias, panics and crashes: a história de crises financeiras**. [S. l.]: Springer, 2017.

KUNIOCHI, Marcia Naomi. A letra de câmbio e a prática bancária no Brasil em meados do século XIX. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA*, 3., 1999, Campinas. **Anais** [...]. Campinas, 1999.

LEAL, Carlos Eduardo; SANDRONI, Cícero. **Verbete: Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

LIMA, Heitor Ferreira. **Três industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

MARCHANT, Anyda. A new portrait of Mauá The Banker: a man of business in nineteenth-century Brazil. **The Hispanic American Historical Review**, v. 30, n. 4, 1950.

MAUÁ, Irineu Evangelista de Souza, Barão de. **Autobiografia**. Senado Federal: Cláudio Ganns, 2011.

MAUÁ, Irineu Evangelista de Souza, Barão de. **Exposição do Visconde de Mauá aos credores de Mauá & C. e ao público**. Senado Federal: Cláudio Ganns, 2011.

MAUÁ, Irineu Evangelista de Souza, Barão de. **O meio circulante do Brazil**. Senado Federal: Cláudio Ganns, 2011.

MESSIAS, Talita Alves de. **Guerra e dívida: os conflitos na Bacia do Prata e a dívida externa no Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 2015.

MINADEO, Roberto. A controversa figura de Mauá. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 18-31, 2002.

O GLOBO. Rio de Janeiro. 1875. Várias edições.

O MEQUETREFE. Rio de Janeiro. 1875. Várias edições.

OLIVEIRA, Sabrina Ribeiro. **Mauá no Rio da Prata: 1850-1864**. [S. l.: s. n.], 2018.

REBELLO, Edgard de Castro. **Mauá, restaurando a verdade**. Rio de Janeiro: Editorial Universo, 1932.

REBELLO, Edgard de Castro. **Mauá & outros estudos**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1975.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. Mauá e sua presença na economia brasileira do século XIX. *In*: MAUÁ, Barão de. **Empresário e político**. Rio de Janeiro: Bianchi Ed., 1987.

SCHULZ, John. **A crise financeira da abolição**. São Paulo: Edusp/Instituto Fernand Braudel, 1996.

SILVA, Elisiane da; NEVES, Gervásio Rodrigo; MARTINS, Liana Bach (org.). **Mauá: o desafio inovador numa sociedade arcaica**. Brasília, DF: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

SILVA, Helen de Oliveira. Nação e sociedade na ilustração do Brasil (1876-1880) e na ilustração popular (1876-1877): notas de pesquisa. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DA ANPUH/SP, 24., 2018, Guarulhos, SP. **Anais [...]**. Guarulhos, SP: UNIFESP, 2018.

SOARES, Teixeira. **O Gigante e o Rio: a ação de Mauá no Uruguai e na Argentina 1851-1878**. Rio de Janeiro: Ed. Cia Bras. de Artes Gráficas, 1957.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 1998.

VOTA, María Silvina Sosa. Rivalidades históricas: la imagen de Brasil en la prensa ilustrada porteña a finales del siglo XIX. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, v. 22, p. 118-146, 2017.

YAFFÉ, Jaime. La maldición de Mauá. Crisis bancarias en Uruguay (1868- 2000). **Boletín de Historia Económica**, v. 1, n. 2, p. 23-28, 2003.

ANEXO A – Pedido de moratória

Meritíssimo Tribunal do Comércio – Perante vós se apresenta o Visconde de Mauá, chefe e solidariamente responsável pelas transações da casa bancária estabelecida nesta corte à rua Primeiro de Março, nº 80, sob a firma social Mauá & Cia., bem como e também o chefe solidariamente responsável pelas transações das casas bancárias da mesma firma, na capital da província de São Paulo, nas cidades de Santos e de Campinas, da mesma província, na capital da província do Pará, na capital da província de São Pedro do Sul, e nas cidades de Pelotas e do Rio-Grande da mesma província, estabelecimentos estes ramificados em filiais fora do Império.

É de notoriedade pública que, embora a casa Mauá & Cia. houvesse sofrido prejuízos pela grande crise bancária de 1864, pode a ele resistir, satisfazendo os seus compromissos, quando baquearam quase todas as instituições de crédito. O Banco do Brasil, amparado pelo governo para não ser arrastado na ruína comum reconheceu que também devia auxiliar a casa Mauá pelo estudo que faz dos recursos deste da sua solvabilidade.

É também de notoriedade pública que a casa Mauá & Cia. de Londres goza há mais de 20 anos de inteiro e imaculado crédito, pagando com restrita pontualidade anualmente milhões de libras esterlinas por saques e créditos abertos ao comércio do Brasil e do Rio da Prata, créditos, muitos dos quais tem servido para auxiliar indústrias nacionais e necessidades públicas, sendo ainda agora aquela casa o canal por onde se operava a execução de importantes contratos de colonização, nos quais nem o visconde de Mauá, nem os estabelecimentos mencionados tinham interesse algum, além de mínima comissão bancária pelos dinheiros adiantados a largos prazos.

E tão fundado era o crédito dos estabelecimentos do Visconde de Mauá, que na praça de Londres não tiveram importância para abala-lo nem a espoliação de que foi vítima por parte do governo da República do Uruguai em 1869, espoliação tão evidente e clamorosa que obrigou o governo imperial a autorizar uma reclamação diplomática até agora pendente; nem também a relutância da diretoria da estrada de ferro de Santos a Jundiaí em pagar as grandes quantias despendidas pelo visconde de Mauá para a construção daquela estrada em época em que a companhia, exaurida, não tinha fundos para continuar as obras e conclui-las dentro do prazo do seu contrato. E teve razão a praça de Londres, porque embora aqueles dois assuntos

constituíssem muito fundadamente uma importante verba do ativo das casas Mauá & Cia, sendo que até já há sentença da 1ª instância mandando a companhia da referida estrada de ferro pagar o capital e o juros das quantias desprendidas, nem por isso deixaram as ditas casas de pontualmente acudir ao seu crédito e compromissos até hoje, que não passados longos anos, independentemente daqueles recursos estagnados.

Porém nos atuais momentos vê-se o visconde de Mauá obrigado a reconhecer que, em presença da crise que perturba as transações comerciais de várias praças do Império e especialmente da do Rio de Janeiro, não pode obter meios prontos para atenuar nas outras casas bancárias, dirigidas por ele, as consequências do que ocorreu a 23 de fevereiro próximo passado em Montevideu e que é conhecido por este meritíssimo tribunal, porque foi minuciosamente referido pelas folhas diárias. A casa filial dali foi constrangida a fechar as portas, por haverem sido em violenta corrida esgotados os seus recursos metálicos, os quais, entretanto, eram mais que suficientes segundo as leis da República Oriental.

Juntando a este requerimento o balanço da casa Mauá & Cia. desta capital até o último dia do mês findo e o de todas as casas filiais da mesma firma no Brasil e nos países estrangeiros até 31 de março próximo passado, o visconde de Mauá mostra que, ajudado por todos os seus zelosos e honrados companheiros de trabalho, os gerentes e empregados das ditas casas, e sem perseguir os seus devedores, tem sempre se esforçado para escoimar do ativo de sua firma todas as parcelas duvidosas, afim de ser o dito ativo, com é, garantia real dos compromissos do seu passivo é bastante para os satisfazer totalmente.

Nestes termos, pede e espera obter moratória pelo tempo e com as condições que a seus credores e a este meritíssimo tribunal parecem convenientes.

Visconde de Mauá, 17 de maio de 1875.

ANEXO B – Balanço Banco Mauá & Cia., data do pedido de moratória

Banco Mauá, Caixa Matriz, 15 de maio de 1875

Ativo		Passivo	
London and Westminster Bank	23.071\$970	Banque Centrale Anversoise	485.223\$280
London and County Bank	88.186\$020	London and Hanseatic Bank	901.597\$100
Fundos públicos e ações	9.575.546\$920	Alliance Bannk	905.630\$100
Escritório e mobília	7.182\$240	Marchant Banking Company	266.666\$670
Imóveis	1.616.109\$383	Letras por dinheiro a prêmios	973.571\$870
Letras a receber	1.552.970\$216	Letras a pagar	4.893.193\$165
Lestras descontadas	898.838\$250	Contas correntes	19.979.933%\$328
Contas correntes	11.032.000\$371	Comptoir d'Escompte, de Paris	23.415\$690
Caixa	25.468\$706		
	28.546.232\$965		27.782.323\$103

Importância do ativo	38.546.232\$965
Importância do passivo	27.143.995\$530
Excesso do ativo sobre o passivo das casas filiais em 31 de março de 1875, conforme os balancetes	11.402.487\$135

Fonte: O Globo, 1 de junho de 1875, ed. 149, p. 1.

ANEXO C – Balanço das Casas filiais do Banco Mauá em 31 de março de 1875

Casas filiais do Banco Mauá em 31 de março de 1875

	Nas províncias	Fora do império	Total
Ativo			
Fundos públicos e ações	41.650\$000	6.451.569\$110	6.496.219\$110
Imóveis	568.122\$021	3.183.893\$970	3.752.015\$991
Contas correntes	5.671.403\$379	9.50.285\$550	15.172.688\$929
Letras a receber e descontadas	1.889.451\$248	3.157.732\$810	5.017.184\$088
Escritório e mobília	19.122\$170	67.811\$800	86.989\$970
Reclamações em Montevidéu	3.792.168\$000	3.792.168\$000
Caixa	1.115.089\$637	3.038.933\$210	4.190.032\$955
	9.304.838\$155	29.241.394\$510	38.546.232\$965
Passivo			
Contas correntes	7.114.029\$885	6.410.661\$550	13.554.751\$135
Letras a pagar e letras por dia, tomadas a prêmios	2.281.911\$955	6.139.102\$140	8.415.044\$095
Emissão do Banco de Montevidéu	5.174.000\$000	5.174.000\$000
	9.426.031\$840	17.717.763\$690	27.143.995\$530
Ativo	38.546.232\$965		
Passivo	27.143.995\$530		
Excesso do ativo sobre o passivo	11.402.437\$135		

Fonte: O Globo, 1 de junho de 1875, ed. 149, p. 1.

ANEXO D – Carta do gerente do Banco Alemão

15 de maio de 1875

Caríssima Virgie! Tereis ntado que há um ou dois dias tenho estado excessivamente preocupado. Eu vos disse que alguns de meus amigos (só de nome) traíram a fé que neles depositei, e lograram-me do modo o mais ultrajante. Sabereis que o Mauá, que deve ao nosso Banco mais de 3,000:000\$000 quebra amanhã; Maylasky tem defraudado o nosso Banco (servindo-se de mim) em £ 55,000. Não posso viver para ver a calamidade, mas perco a cabeça ao pensar em vós, minha caríssima Virgie, e em nossa filhinha. (Que horrível coisa!)

Que momento esse, quando, há uma hora, me separei de vós! Não posso pedir-vos que me perdoe. Consenti que vos peça que quando deixares o Rio procureis meus pais, que vos receberão com bondade, minha mãe será boa para convosco e meu irmão irá vós proteger; dizei-lhes que eu imploro o seu perdão.

A julgar pela experiencia não creio que vossos parentes venhão a ser bons para convosco. E agora eis chegando o derradeiro instante. Chegou a seu tormo a nossa desgraça, e tudo devido a mim. Preciso dizer-vos adeus para sempre, caríssima Virgie, a vós e à nossa filhinha.

Agora chegou o derradeiro instante, já nada posso dizer – adeus para sempre. –

Vosso desgraçado,

August Riecke

ANEXO E – Transações do Banco Mauá & Cia. com o Banco Alemão

O Deutschch Brasilianisch Bank em conta corrente com Mauá & C., Rio de Janeiro

(continua)

1874				
	Data	Transação	Débito	Crédito
Julho	16	Recebido		235.294\$100
	23	Dito		911.176\$500
	.	Dito		932.088\$800
Agosto	1	Pago	550.000\$000	
	20	Dito	1.000.000\$000	
	22	Recebido		461.598\$800
Setembro	3	Pago	229.665\$070	
	14	Juros a 6%		9.880\$560
	.	Pago	800.263\$350	
	23	Recebido		909.952\$600
	30	Pago	300.000\$000	
Outubro	1	Dito	200.000\$000	
	3	Recebido		1.811.820\$760
	.	Pago	300.000\$000	
	7	Dito	400.000\$000	
	15	Dito	180.281\$690	
	19	Dito	100.000\$000	
	20	Recebido		633.962\$270
	23	Dito		2.128.303\$930
	.	Pago	1.356.364\$610	
		Importe de diferença de câmbio	2.551\$000	
28	Pago	433.000\$000		
29	Dito	200.000\$000		
30	Dito	150.000\$000		
Novembro	2	Recebido		200.000\$000
	8	Pago	100.000\$000	
	4	Dito	100.000\$000	
	7	Dito	200.000\$000	
	11	Recebido		100.000\$000
	16	Dito		905.660\$400
	16	Pago	160.000\$000	
	17	Recebido		180.000\$000
	20	Pago	450.000\$000	
	21	Pago	1.000.000\$000	
26	Dito	100.000\$000		

O Deutchch Brasilianisch Bank em conta corrente com Mauá & C., Rio de Janeiro

(continuação)

1874				
	Data	Transação	Débito	Crédito
Dezembro	28	Recebido		153.000\$000
	30	Pago	200.000\$000	
	1	Recebido		200.000\$000
	7	Dito		802.276\$500
	16	Pago	300.000\$000	
	21	Dito	200.000\$000	
	22	Dito	100.000\$000	
	23	Recebido		905.660\$100
	24	Pago	300.000\$000	
	25	Dito	120.000\$000	
	30	Dito	300.000\$000	
	31	Dito	200.000\$000	
	31	Juros a 6% até 30 de novembro		18.527\$130
31	Ditos a 7% até hoje		9.375\$910	
1875				
Janeiro	5	Pago	300.000\$000	
	7	Dito	350.000\$000	
	12	Recebido		1.086.792\$480
	13	Pago	200.000\$000	
	18	Dito	943.190\$090	
	21	Dito	500.000\$000	
	22	Recebido		768.000\$000
	25	Dito		1.355.091\$610
	30	Pago	400.000\$000	
	Fevereiro	3	Recebido	
5		Pago	100.000\$000	
6		Dito	500.000\$000	
10		Dito	200.000\$000	
15		Recebido		1.704.392\$520
15		Pago	166.517\$510	
20		Recebido		20.000\$000
22		Pago	20.000\$000	
23		Dito	223.253\$810	
Março		10	Pago	150.000\$000
	20	Dito	150.000\$000	
Abril	20	Recebido		150.000\$000
	8	Pago	400.000\$000	
	10	Recebido		250.000\$000

O Deutshch Brasilianisch Bank em conta corrente com Mauá & C., Rio de Janeiro

(conclusão)

1875				
Maio	12	Dito		150.000\$000
	14	Pago	200.000\$000	
	15	Recebido		401.984\$430
	16	Dito		82.273\$720
	17	Pago	700.000\$000	
	24	Dito	69.772\$620	
	27	Recebido		70.000\$000
	5	Recebido		100.000\$000
	8	Pago	100.000\$000	
	8	Saldo	1.914.612\$200 17.869.504\$080	17.869.504\$080

Fonte: A Nação, 23 de junho de 1875, ed. 134, p. 4